

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO RUÍNAS DA ESTÂNCIA
SANTA CLARA: UMA UNIDADE DOMÉSTICA DA
FRONTEIRA OESTE/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jaqueline Ferreira Pes

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO RUÍNAS DA ESTÂNCIA SANTA
CLARA: UMA UNIDADE DOMÉSTICA DA FRONTEIRA
OESTE/RS**

Jaqueline Ferreira Pes

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder

Santa Maria, RS, Brasil,
2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ferreira Pes, Jaqueline
SÍTIO ARQUEOLÓGICO RUÍNAS DA ESTÂNCIA SANTA CLARA: UMA
UNIDADE DOMÉSTICA DA FRONTEIRA OESTE/RS / Jaqueline
Ferreira Pes.-2013.
108 p. ; 30cm

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,
RS, 2013

1. Arqueologia Histórica 2. Louças 3. Estância 4. Quaraí
I. Seiguer Milder, Saul Eduardo II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO RUÍNAS DA ESTÂNCIA SANTA CLARA:
UMA UNIDADE DOMÉSTICA DA FRONTEIRA OESTE/RS**

elaborada por

Jaqueline Ferreira Pes

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Saul Eduardo Seiguer Milder, Dr.
(Presidente/ Orientador)

Luís Augusto Ebling Farinatti, Dr. (UFSM)

Denise Saad, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 28 de fevereiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao apoio incondicional da minha família, minha mãe Regina, meu pai Manoel e minha irmã Alessandra.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural e aos professores do curso, especialmente a Professora Denise Saad, pela acolhida e ajuda em diversos momentos do mestrado.

Meu agradecimento especial ao Professor Saul Eduardo Seiguer Milder, orientador deste trabalho e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria.

Aos colegas de Laboratório, Thielle Kaus, Lucio Lemes, Vanessa, Bruno e todos aqueles que participaram de atividades de campo na Estância Santa Clara, mas que não se encontram mais no laboratório. Meu agradecimento aos funcionários Jaime Paim e Angelo Pohl. Ao colega de mestrado Anderson Marques, pela amizade e conversas durante as análises.

Também àqueles que realizam ou realizaram pesquisas nas estâncias da fronteira oeste e que contribuíram diretamente, ou despertando, através da leitura, meu interesse para este estudo: Diele Thomasi, Flamarion Gomes, Grasiela Tebaldi, Juliana Santi.

Ao proprietário da Estância Santa Clara, Ivo Wagner, pela receptividade e interesse no prosseguimento das pesquisas.

Especialmente agradeço as minhas amigas Nayara, Luciele, Sîndia e Ana Cláudia. E ao Bruno pelo companheirismo, carinho e compreensão em todos os momentos desta jornada.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

Sítio Arqueológico Ruínas da Estância Santa Clara: uma unidade doméstica da Fronteira Oeste/RS

Autor: Jaqueline Ferreira Pes

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder

Data e local de defesa: Santa Maria, 28 de fevereiro de 2013.

Este trabalho visa apresentar as pesquisas realizadas no sítio arqueológico histórico Ruínas da Estância Santa Clara, um estabelecimento rural localizado no município de Quaraí/RS, fronteira com Artigas no Uruguai. As intervenções de campo foram efetivadas no ano de 2009 e 2011, dando continuidade ao projeto Salamanca desenvolvido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, que visa resgatar e valorizar o patrimônio arqueológico do Município. Os aspectos da cultura material serão apresentados no decorrer do trabalho, sendo que se deteve na análise das louças, buscando seu significado de consumo. Ainda que a finalidade primordial dos artefatos cerâmicos, sejam eles contemporâneos ou pré-coloniais, seja conter resíduos sólidos ou líquidos, eles podem ser dotados de uma carga simbólica que transcende a funcionalidade original. As louças teriam apenas caráter funcional? Eram demarcadores de *status*? Que significados poderiam ter para aqueles que a consumiam? A partir do estudo das louças buscou-se perceber parte do cotidiano dos habitantes dessa estância.

Palavras-chave: Estância. Fronteira. Louças.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Professionalizing Post-Graduate Program in Cultural Heritage
Federal University of Santa Maria

***Ruínas da Estância Santa Clara* Archaeological Site:
a domestic unity of the West Frontier/RS**

Author: Jaqueline Ferreira Pes

Advisor: Saul Eduardo Seiguer Milder

Place and Local of Defense: Santa Maria, 28 February, 2013.

This paper aims to present research carried out at the historical *Ruínas da Estância Santa Clara* archaeological site, a place located in the rural area of Quaraí / RS, in the Artigas and Uruguay border. The field interventions were done in 2009 and 2011, continuing the Salamanca project developed by the Archaeological Studies and Research Laboratory at the Federal University of Santa Maria, which aims to recover and enhance the archaeological heritage of the city. Aspects of material culture are presented throughout this work which focused on the analysis of chinaware, regarding its consumption meaning. Although the primary purpose of either contemporary or pre-colonial ceramic artifacts is to maintain either solid or liquid waste, they can be endowed with a symbolic characteristic which transcends their original functionality. Would the chinawares have only a functional character? Were they status registering devices? What meaning would they have for those who used them? From the study of the chinawares, we tried to interpret part of the everyday life of that site inhabitants.

Key-words: Ranch. Border. Chinaware.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 AS ESTÂNCIAS NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	10
2.1 A Fronteira Oeste e o estabelecimento das estâncias.....	10
2.2 As Estâncias.....	14
3 A ESTÂNCIA SANTA CLARA.....	29
3.1 Introdução sobre a Estância Santa Clara.....	29
3.2 Intervenções Arqueológicas.....	36
4 VESTÍGIOS DE UM PASSADO ESTANCIEIRO: ANÁLISE DA CULTURA MATERIAL.....	53
4.1 Aspectos gerais sobre a cultura material	56
4.2 Louças.....	60
4.2.1 Louças e unidades domésticas do Rio Grande do Sul oitocentista: Diferentes contextos.....	61
4.2.2 Possibilidades interpretativas do estudo das louças e análise dessa categoria material na Estância Santa Clara.....	69
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas no Sítio Arqueológico Histórico Ruínas da Estância Santa Clara tiveram início em 2009, dando continuidade ao Projeto Salamanca desenvolvido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM), que faz o resgate cultural e histórico do município de Quaraí através da pesquisa arqueológica desde 1997. Com o desenvolvimento do Projeto já foram realizadas várias pesquisas no município, pois além de apresentar uma grande variedade de sítios arqueológicos, Quaraí caracteriza-se por ser uma região de fronteira, marcada no passado por diversas disputas e tratados pela demarcação dos limites territoriais. E cuja localização na fronteira é marco decisivo até a atualidade, pois se constitui em uma região dinâmica, em permanente construção, na qual ocorrem trocas culturais e econômicas.

O Sítio Arqueológico localiza-se a 20 Km do município de Quaraí, no Estado no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai e trata-se de uma antiga propriedade estancieira. Por meio deste trabalho pretende-se analisar a Estância sob a perspectiva arqueológica, apresentando as intervenções arqueológicas no sítio, e a partir daí interpretar as mudanças do perfil da propriedade no decorrer do tempo, como alterações funcionais, nos aspectos construtivos, e a análise dos vestígios materiais resgatados, objetivando-se conhecer elementos do cotidiano da Estância Santa Clara.

Este estudo, realizado durante o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, trará contribuições para o conhecimento da história e patrimônio arqueológico da cidade, contribuindo assim para a continuidade do Projeto Salamanca e identificação do sítio arqueológico como Patrimônio Cultural do município.

A possibilidade de se trabalhar com vestígios materiais é uma conquista que vem desde o século passado, quando houve uma reavaliação do que seria documento ou fonte histórica, englobando nesta categoria vários vestígios da produção humana ao longo do tempo, e não só os registros escritos e documentos oficiais. São consideradas fontes históricas as moradias, os monumentos, os objetos, instrumentos de trabalho, relatos orais, obras de arte, além dos já reconhecidos documentos oficiais.

A arqueologia é uma ciência que possui como fonte de pesquisa os vestígios materiais deixados pelos nossos antepassados, através dos quais estuda a vida e cultura dos povos que viveram no passado, e que deixaram ou não documentos escritos. O trabalho do arqueólogo com as “coisas” está relacionado com a história das pessoas, as suas memórias e a memória dos outros, não sendo apenas o exercício de uma metodologia científica, que coleciona, interpreta e transforma a cultura material em dados (HILBERT, 2009)

Ao incorporar novas fontes, como a cultura material, cria-se a possibilidade de resgatar o indivíduo comum¹, as relações sociais a partir do cotidiano. No caso específico das estâncias, os vestígios materiais possibilitam novas versões, assim como explorar o cotidiano, poder aquisitivo dos indivíduos e a hierarquia a partir da materialidade. Através da cultura material é possível investigar esses aspectos através de uma fonte que não os documentos escritos e explorar aspectos do cotidiano dos moradores que ficam ocultados na materialidade.

A importância do estudo do cotidiano consiste em “promover a descentralização dos sujeitos históricos e a descoberta das “histórias de gente sem história”, procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro do discurso histórico convencional”². É possível explorar a experiência de homens e mulheres cuja identidade foi tão frequentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem.

As pesquisas que envolvem estâncias já ressaltaram bastante os aspectos políticos, econômicos e a vida pública de alguns estancieiros, que tiveram importante participação no cenário de demarcação territorial do atual estado. Assim como a participação econômica das estâncias, principalmente relacionada a produção de gado. Por isso, considera-se relevante a pesquisa arqueológica, buscando resgatar o ambiente doméstico das estâncias da fronteira oeste. É a cultura material que pode demonstrar o corriqueiro, o banal das estâncias.

A partir da análise da cultura material resgatada é possível constatar que a Estância em questão faz parte do contexto do século XIX. Ao analisar os vestígios resgatados busca-se não apenas uma análise quantitativa e aspectos técnicos dos

¹Entende-se por indivíduo comum a maioria das pessoas, aquelas que não são personagens reconhecidos pela historiografia tradicional.

² MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

materiais arqueológicos, pois a Arqueologia não visa apenas resgatar peças, curiosidades, e antigas estruturas de uma sociedade, mas sim entender e explicar as sociedades a partir dos elementos materiais, que são produtos de suas atividades, e das relações desses elementos entre si e com o meio ambiente (ALBURQUERQUE, 1993).

No primeiro capítulo explicou-se como surgiram as primeiras estâncias e os aspectos que as caracterizavam inicialmente, assim como algumas mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Além disso, devido à localização fronteiriça da estância foram feitas algumas considerações sobre o conceito de fronteira. Esse tipo de propriedade contribuiu no passado para que se garantisse a posse do território frente às disputas com os “castelhanos”.

No segundo capítulo, apresentou-se a Estância Santa Clara, a partir dos relatos orais e das impressões obtidas a partir do registro arqueológico. As intervenções efetivadas no ano de 2009 e 2011 foram apresentadas neste capítulo, onde se explicou a metodologia de campo utilizada, as estruturas evidenciadas, os locais de concentração de materiais, e as interpretações que surgiram após a realização do trabalho. As primeiras intervenções arqueológicas consistiram em atividades prospectivas, e a última intervenção foi uma escavação na área dos fundos da casa principal, que apresentava grandes concentrações de materiais.

No terceiro capítulo os materiais arqueológicos resgatados foram apresentados de forma geral, sendo que a aprofundou-se a análise das louças, que além de ser um importante indicativo cronológico dos habitantes da estância, pode ser indicativo de *status*, hierarquia intra-sítio, mas não só, pois pode abranger uma gama de outros significados e escolhas dos moradores.

A seguir buscou-se desenvolver este trabalho para que possa ser apreciado por todos aqueles que se interessem por Arqueologia, e em específico por arqueologia histórica em propriedades rurais estancieiras. Busca-se desta forma contribuir para a preservação e divulgação deste patrimônio, que até então se encontrava esquecido e em um constante processo de deterioração, devido a fatores naturais e antrópicos.

CAPÍTULO 2- AS ESTÂNCIAS NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

2.1 A Fronteira Oeste e o estabelecimento das estâncias

Para compreendermos as estâncias é necessário fazer um resgate do surgimento e implantação destas propriedades na região estudada, ou seja, resgatar a origem desse tipo de estabelecimento e o papel que tiveram para a conformação da fronteira oeste³. Além disso, é fundamental fazer uma discussão sobre o termo fronteira, para que se compreenda o espaço em estudo.

É importante fazer uma distinção entre fronteira e limite, sendo que o limite é uma linha imaginária que divide estados limítrofes, estando diretamente relacionado à construção dos Estados Nacionais. Segundo Santi⁴ “a consolidação das linhas só existirá a partir do século XIX, quando os estados tornaram-se suficientemente organizados e capazes de garantir a definição de suas áreas jurídicas” (2004, p.11). A autora define limite como uma linha que pode ser definida natural ou artificialmente e que contorna o extremo território físico do estado.

Já fronteira é uma área maior, um espaço onde as pessoas habitam e se relacionam. Fronteira não pressupõe apenas um limite, mas sim um intercâmbio com o outro. E não se trata apenas de uma região construída geograficamente, mas, sobretudo historicamente. A fronteira é uma noção espacial que envolve não apenas a linha que traça os limites, mas também as áreas vizinhas.

Além disso, o termo fronteira pode ser utilizado para identificar fenômenos de diversas naturezas como políticos, culturais, econômicos ou físico-naturais. Uma característica comum é que todas as fronteiras são essencialmente mutantes: “as fronteiras, sejam elas físicas, culturais, políticas ou econômicas, demarcam territórios produzidos por fenômenos extremamente dinâmicos. Esse dinamismo é

³ A Fronteira Oeste é composta atualmente dos seguintes municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Garruchos, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

⁴ SANTI, Juliana Rossato. **Estabelecimento de Estâncias**: Estratégia imposta pela Coroa Luso-Brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana), Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

transferido ao próprio traçado das fronteiras que não cessam de se modificar” (TOLEDO, 2011, p.26)⁵.

No caso da fronteira oeste, a sua consolidação foi marcada por inúmeros conflitos, acordos, e tratados, avanços e recuos, e isso influenciou na formação das estâncias dessa região. Desde o Tratado de Tordesilhas em 1494 ocorreram as disputas entre Portugal e Espanha, mas é no século XIX que passam a ter maior importância dentro dessa região do atual estado do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto as estâncias foram fundamentais para o estabelecimento da fronteira entre Brasil e Uruguai, sendo que, inicialmente, o principal objetivo desse tipo de estabelecimento era povoar a região para garantir a posse e tornar as terras produtivas, assim, as estâncias passaram a ter um aspecto doméstico e familiar. Segundo Santi, considerando o processo de construção dos estados nacionais do Brasil/Uruguai “percebe-se que estes não conseguiriam consolidar as suas fronteiras nacionais sem a participação daqueles que passaram a residir nas chamadas estâncias” (2004, p.13).

A estância foi um tipo de estabelecimento que acarretou profundas raízes na história do Brasil colonial, decorrente de uma política metropolitana que visava a ocupação e o povoamento das distantes terras da região sul, utilizando-se dessa estratégia (incentivar o ato de estanciar), para mantê-las sob domínio e resguardo da ameaça espanhola em primeiro momento. O mesmo sistema vale para a questão limítrofe do lado espanhol (SANTI, 2004, p.64).

As estâncias localizadas no atual município de Quaraí fazem parte desse espaço fronteiro, marcado no início do século XIX por constantes disputas entre as Coroas Portuguesa e Espanhola, e por um forte militarismo. Porém, além do caráter belicoso, a fronteira é considerada um ambiente dinâmico, onde são realizadas trocas comerciais, tanto lícitas quanto ilícitas, e culturais. Além disso, a fronteira apresenta-se contraditória, pois ao mesmo tempo em que delimita o espaço das comunidades às relaciona.

A formação dos povoados situados na fronteira oeste sul rio-grandense foram resultado das relações fronteiriças estabelecidas entre o Brasil e os países vizinhos. Estes povoados, nas palavras de Colvero⁶,

⁵ TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade.** Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). São Paulo, 2011.

possuem características próprias de cidades formadas a partir de inter-relações, nem sempre amigáveis, com pessoas que possuíam hábitos e língua totalmente diferenciadas mas que buscavam subterfúgio no outro lado para complementar sua sobrevivência em regiões praticamente deixadas de lado pelos poderes centralizados (2003, p.57).

Na percepção de Pesavento (2001)⁷ há uma tendência em pensar a fronteira a partir de uma concepção de território e limites políticos, sendo um espaço delimitador, mas segundo a autora, “antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas”:

...fronteiras não são apenas marcos divisórios construídos, que representam limites e que estabelecem divisões. Elas também induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio. Figurando um trânsito não apenas de lugar, mas também de situação ou época, esta dimensão da fronteira aponta para a instigante reflexão de que, pelo contato e permeabilidade, a fronteira possibilita o surgimento de algo novo, híbrido, diferente, mestiço, de um terceiro que se insinua nesta situação de passagem (2001, p. 8).

A fronteira não foi unicamente palco de conflitos entre portugueses e espanhóis, e muito menos um cenário onde os “heróis” lusitanos conseguiram defender as terras do atual Rio Grande do Sul, pois segundo Kuhn⁸:

Repensar a história do Brasil e a história do Rio Grande do Sul significa principalmente romper com certos mitos e desconstruir certas representações do passado que não tem mais muita utilidade analítica para a historiografia contemporânea. A concepção de fronteira utilizada pela historiografia tradicional é uma dessas formas de representação idealizada, que supervaloriza as rivalidades e a exclusão entre povoadores hispânicos e lusitanos. Isso sem falar na exaltação das virtudes quase heróicas de um grupo de colonizadores/conquistadores que garantiu a posse do território rio-grandense para a causa portuguesa e também para o Brasil (2007, p.23).

Em estudos recentes acentua-se o caráter de troca na região fronteira, como a historiadora Reichel (2006)⁹, que apresenta a fronteira não só como uma

⁶ COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Negócios na madrugada : o comércio ilícito e a expansão da economia no extremo oeste (1850-1870)**. Dissertação de mestrado – Universidade de Passo Fundo, 2003.

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org.). **Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)**. In: História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

⁸ KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento. In: **Breve história do Rio Grande do Sul** – 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

⁹ REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: Boeira, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral). **História do Rio Grande do Sul** – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

linha divisória entre territórios, mas como um espaço marcado pela interação social entre diversos grupos. Reichel (2006) denomina de fronteira-zona esse espaço de intercâmbio, onde os limites são imaginários:

...os avanços e recuos dos limites divisórios dos Impérios português e espanhol na América Meridional afetaram seus habitantes não só em tempo de guerra, mas nos de paz. A indefinição das linhas demarcatórias levava-os a perceber a fronteira como uma possibilidade de estabelecer redes de trocas, contatos, de concretizar desejos, de reagir a dificuldades. Com isso, a fronteira atuava não só como uma linha que define até onde um território se estende e outro inicia, mas como uma zona de intercâmbio, em que predominam interações entre grupos sociais (REICHEL, 2006, p.48).

Nesse espaço quem determinava as linhas divisórias não era a população local, mas aqueles que estavam no além-mar, portanto não havia interesse local em obedecer as imposições, com isso na fronteira bandeavam pessoas, animais e mercadorias, não respeitando os limites estipulados pelas Coroas Ibéricas.

Kuhn considera que:

O espaço fronteiriço colonial deve ser compreendido como uma fronteira em movimento, com intensa circulação de mercadorias, em um contexto demográfico heterogêneo e numa conjuntura de instabilidade política (p.24, 2007).

A fronteira Platina pode ser caracterizada como um espaço de confronto/encontro, marcado pela transgressão, cruzamento, passagem e miscigenação. É um espaço social de relações marcadas pela informalidade e pelas soluções criativas, onde ocorrem relações de parentesco multiculturais. Neste espaço as relações econômicas são de reciprocidade, conveniência, permeadas por tensões políticas e conflitos. Existem diferentes grupos na região fronteiriça, sendo que cada sujeito possui interesses particulares e situações socioculturais específicas, as famílias abastadas da fronteira tinham percepções e interesses diferentes das dos escravos, pequenos produtores, peões, etc.(THOMPSON FLORES, p. 40, 2007)¹⁰.

No caso específico da fronteira que envolve o Brasil e Uruguai percebe-se características que foram comuns aos dois lados da fronteira, como o charque, o gado, o contrabando, o couro, o gaúcho e a presença das estâncias, que

¹⁰ THOMPSON FLORES, Mariana. **Contrabando e contrabandista na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. (1851-1864)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

contribuíram para a consolidação dessa fronteira. As divisas entre esses dois países se oficializaram em 1851, com o Tratado de Limites, mas as disputas continuaram existindo até o século XX.

Cabe ressaltar que mesmo que os Estados Nacionais busquem impor diferenças entre um lado e outro da fronteira, o contato entre as partes cria hábitos muito semelhantes, e que acabam formando uma identidade fronteiriça específica. Mesmo assim, são poucos que concebem o Rio Grande do Sul como integrado a uma região de fronteira, e que consideram a fronteira não apenas como limite visto a partir de enfoques diplomáticos, mas como uma zona de integração, onde se constroem relações sociais (THOMPSON FLORES, p.19, 2007).

Thompson Flores caracteriza a fronteira como um espaço dinâmico uma vez que é formada por diversos grupos sociais. E a mesma fronteira em um mesmo espaço de tempo adquire sentidos diferentes para cada grupo, e “estes vários sentidos estão diretamente ligados à questão de compreender este espaço como lugar de integração, mas também de afirmação de alteridades” (p.42, 2007).

Um novo enfoque pode ser dado sobre a fronteira a partir do estudo da cultura material, como o cotidiano dos habitantes, os costumes, as trocas culturais entre os moradores de um lado e de outro da fronteira, avaliando assim não apenas os aspectos econômicos e políticos. Desta forma, a arqueologia “é uma maneira de tornar a história local relevante para grupos excluídos da história oficial” (HILBERT, 2009, p. 13)¹¹.

2.2. As Estâncias

As estâncias tiveram suas origens no processo de formação do Rio Grande do Sul e algumas existem até o presente, embora tivessem passado por mudanças no decorrer do tempo quanto as suas características e funções.

O termo estância pode ser entendido atualmente “como um estabelecimento rural, voltado para uma economia de mercado com base na produção pecuarista”, sendo que esta definição restringe-se ao aspecto econômico (GOMES, 2001, p.

¹¹ HILBERT, Klaus. Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras. In: **Métis: história & cultura** - v.8, n.16, p.11-25, jul./dez. 2009.

25)¹². Segundo Gomes, a criação, principalmente de gado bovino, parece ser uma característica que se manteve imutável ao longo do tempo.

As primeiras estâncias do território do que viria a ser o atual estado do Rio Grande do Sul, as missioneiras, datam do século XVII. Eram propriedades comunais organizadas pelos jesuítas espanhóis, com a produção voltada para a subsistência das comunidades missioneiras e não para a comercialização intensa com mercados externos. As estâncias missioneiras “abasteciam a população de carne, couro, sebo, graxa, além de atenderem hospitais, escolas e outras instituições da ordem, localizadas em Buenos Aires” (REICHEL, 2006, p. 47).

As estâncias foram importantes ao estimular a ocupação e a fixação dos colonizadores a terra. As primeiras estâncias a se formar na região da fronteira oeste do Rio Grande Sul, onde se localizam municípios como Alegrete, Santana do Livramento, Uruguaiana, entre outros, foram as missioneiras (REICHEL, 2006, p.47).

Mas as estâncias missioneiras eram diferentes das estâncias que vão se consolidar na fronteira oeste a partir da doação de terras pela Coroa portuguesa para garantir a posse desse território. As estâncias da fronteira oeste tornaram-se estabelecimentos baseados na criação de gado, o que permitiu que essa região fosse ocupada e se tornasse produtiva. Segundo Osório (2007) a tomada de gado nos campos indivisos foi fundamental para o estabelecimento das estâncias e da atividade pecuária nos territórios portugueses.

As diferenças entre estância missioneira e a portuguesa são bem definidas por Santi:

a estância missioneira era espanhola, com caráter e administração religiosa, sempre mantendo um equilíbrio entre bens, o homem e o consumo, a estância portuguesa era de caráter meramente econômico, militar e exploratório (2004, p.38).

No trabalho intitulado *Estabelecimento de estâncias: Estratégia imposta pela Coroa luso-brasileira na fixação dos limites da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul*, Santi apresenta a seguinte definição para o termo estância:

Do latim *stantia*, coisas paradas. Lugar onde se está, morada, residência. No Rio Grande do Sul, propriedade rural, média ou grande, que se dedicava à lavoura ou à pecuária, especialmente a criação de gado bovino e cavalari.

¹² GOMES, Flamarion Freire da Fontoura. **Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1928-1905)** Um Estudo de Caso em Arqueologia Histórica Rural. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2001.

Fazenda de criação. Estabelecimento rural destinado a criação de gado constituído de grande extensão de campos divididos (SANTI, 2004, p.25).

Durante o século XIX, as estâncias portuguesas foram fundamentais para a consolidação da fronteira sul rio-grandense, na região da campanha do estado. Nesse período era necessário fixar pessoas nesses locais, pois a coroa espanhola estava tentando avançar sobre esse território. A estância era caracterizada pela sua complementaridade com a fronteira, havendo uma relação direta entre os proprietários de terras e a organização das estâncias com a consolidação da fronteira (TOLEDO, 2011, p. 36).

Segundo Colvero:

O povoamento da região da campanha ocorreu à medida que se alastravam pelo pampa e pelo Brasil as notícias da possibilidade da riqueza pastoril, e da necessidade dos “candidatos” a sesmeiro terem espírito aventureiro, em virtude da localização das sesmarias, as quais exigiam, em certos momentos, que fosse montada na propriedade uma guarda particular para defesa de seus interesses e da própria vida (2003, p. 36).

As primeiras estâncias portuguesas se estabeleceram a partir da concessão de sesmarias¹³ pela Coroa, para que se efetivasse a posse das terras, num período marcado por constantes conflitos e tratados entre a metrópole portuguesa e a espanhola, no qual os limites eram indefinidos, “os portugueses, usando da tática do *uti possidetis* concederam sesmarias a civis com a intenção de forçar o avanço da linha demarcatória para o oeste” (REICHEL, 2006, p. 50).

Através do *uti possidetis*¹⁴ um território passaria ao domínio de alguém se de fato fosse ocupado, mesmo não levando em consideração os tratados de limites, ampliando desta forma a ocupação territorial.

As primeiras sesmarias foram doadas na porção leste do estado, e foi no final do século XVIII e do século XIX que se intensificou a doação de terras na fronteira oeste, sendo a partir daí que se estabelecem as estâncias dessa região.

Ainda, segundo Thomasi¹⁵, referindo-se ao estabelecimento de estâncias:

¹³ Sesmaria: medida de terra antiga, de concessão atribuída ao Vice-Rei, Governador da Capitania do Rio de Janeiro. A sesmaria foi uma concessão de terras que dava ao sesmeiro o domínio sobre uma área que variava de três léguas em uma dimensão por outra em uma e meia de largura. Uma superfície total que variava entre 13 a 10 mil hectares em números redondos. A sesmaria era concedida em carta régia, a título gratuito, a quem se comprometesse a certas e determinadas condições, especificadas na legislação de terra, em vigor na época, o Regimento das Sesmarias. A primeira sesmaria concedida oficialmente no Rio Grande do Sul foi no ano de 1732, a Manoel Gonçalves Ribeiro, nos campos de Tramandaí, no lugar chamado conchas (SANTI, 2004, p.25).

¹⁴ Do latim: a terra pertence a quem ocupa (SANTI, 2004, p.11).

Além de núcleo produtivo de gado, tanto para o consumo fora do estado, como também para o consumo interno, nas charqueadas, o estabelecimento de estâncias na fronteira oeste do Rio Grande do Sul insere-se na estratégia imposta pela Coroa Luso-brasileira na fixação dos limites, com uma efetivação da posse do território (2008, p.34).

A concessão de sesmarias para aqueles que tivessem reunido uma quantidade de gado, teve efetiva importância na conservação do território para a Coroa Portuguesa. Além disso, devido a militarização da área fronteiriça, alguns militares foram deslocados para servir nessa área, como prêmio ou mesmo estímulo recebiam sesmarias ou *suertes de estância* (REICHEL, 2006, p. 53). Além dos militares, deve-se mencionar que açorianos e tropeiros também receberam sesmarias e tornaram-se estancieiros. Segundo Toledo:

Quem era posseiro devia assegurar os limites do seu campo para impedir a expansão dos vizinhos. E com isso percebe-se que a apropriação de terras se estabeleceu através de interesses pessoais e da Coroa, voltada para a segurança e consolidação da zona fronteiriça (2011, p.37).

Alguns civis, por estarem envolvidos na defesa de suas propriedades, acabavam recebendo cargos militares. Essa fusão militar-estancieiro/estancieiro-militar formou um grupo dominante na fronteira, mesclando o poder público ao privado submetiam trabalhadores e propriedades ao seu controle (REICHEL, 2006, p.54). Mas além deste grupo dominante existiam outros atores sociais, eram eles os contrabandistas, os “nativos”, escravos, pretos forros, soldados, e civis que trabalhavam na agricultura ou pastoreio.

Uma das condições primordiais para a obtenção da sesmaria era a apropriação prévia da terra com estabelecimento de lavoura ou criação de gado, após o requerimento era verificada a capacidade e então vinha a alegação pela fazenda real. Segundo Santi “as leis beneficiavam aqueles que eram economicamente superiores, obedecendo ao fato de que os trâmites de obtenção das sesmarias eram muito caros” (2004, p.52).

Além da distribuição desigual verificavam-se muitos abusos que tinham por finalidade recompensar as pessoas mais próximas ao poder: “despoticamente os

¹⁵ THOMASI, Diele Ilha. **Metals da Estância Velha do Jarau-Quaraí-RS: uma análise do cotidiano de uma estância na fronteira Brasil-Uruguai no século XIX através da Arqueologia Histórica.** Monografia de especialização (Pós Graduação em Arqueologia – Processos Interdisciplinares em Arqueologia, URI), Erechim: 2008.

governos distribuem os campos e arbitrariamente anulavam concessões feitas a uns para transferirem-nas a outros mais afortunados ou protegidos” (SANTI, 2004, p.67)

As sesmarias doadas eram terras “desocupadas” que pertenciam a Coroa, e por isso não era necessário o pagamento de impostos ou encargos. Na verdade essas terras não eram desocupadas, pois eram habitadas por povos nativos. Mas assim foram consideradas porque ainda não haviam sido ocupadas nem por espanhóis nem por portugueses. A conquista pelos povos europeus ocorreu com a limpeza territorial, ou seja, com o extermínio dos povos indígenas que viviam naqueles campos. Além da expulsão dos povos nativos, o regime das sesmarias resultou em uma forma de ocupação desordenada da terra e foi responsável pelo surgimento de grandes latifúndios, sendo que alguns se mantiveram até hoje.

Na primeira metade do século XIX, mais precisamente 1822, quase todas as terras já tinham sido doadas, e o estado quase não tinha mais terras para ceder. Em 17 de julho de 1822 uma resolução pôs fim ao regime de sesmarias no Brasil, mas mesmo assim continuaram as doações (SANTI, 2004, p. 22, 27).

Além da doação de sesmarias o processo de apropriação fundiária foi feito de várias formas, como a posse simples, a usurpação de antigos posseiros e a compra. E para consolidar e manter o direito sobre os grandes latifúndios era necessário estar inserido em uma rede de alianças com a própria elite (civis e militares) e com os subalternos (escravos, agregados e peões) (FARINATTI, 2010, p.481)¹⁶.

No Rio Grande do Sul, antigos tropeiros, soldados desmobilizados e mestiços indígenas tornaram-se posseiros, ocupando as terras e prestando serviços aos grandes latifundiários.

A posse de terras só foi legalizada em 1850, com a Lei de Terras, com isso surgiu o registro de terras, e a posse saiu das mãos do estado para particulares. Até então os usuários detinham apenas concessão de uso e não da propriedade legal. O proprietário passou a ter um documento que lhe garantia a posse, e as terras não seriam mais doadas, mas vendidas. Desta forma se favoreceram grandes proprietários que tinham condições econômicas para legalizar sua situação, enquanto pequenos lavradores sem recursos ficavam a margem do processo de apropriação legal da terra. O não acesso a terra por parte da maioria da população

¹⁶ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confinos Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

garantiu um grande contingente de mão-de-obra barata e acirrou as desigualdades sociais.

Após entender a forma inicial de apropriação das terras voltamos ao estabelecimento estancieiro na fronteira. As estâncias localizadas na fronteira eram empreendimentos rurais voltados para a criação de gado, o que permitiu a fixação a terra e a defesa dos limites territoriais, mas, além disso, se tornou um núcleo habitacional, no qual o estancieiro vivia com sua família, peões, escravos e agregados.

Santi (2004) afirma que em uma estância existiam vários atores sociais que compunham este espaço estancieiro, provenientes de várias etnias (indígenas, africanos e europeus). Segundo Toledo (2011) existia uma variedade de trabalhadores neste cenário, como capatazes, cozinheiras, posteiros, caseiros, escravos, alambradores, esquiladores, tropeiros, carreteiros, quinchadores e tumbeiro, alguns sendo trabalhadores permanentes e outros sazonais.

Essa diversidade de atores sociais demonstra que as atividades desenvolvidas em uma estância eram muitas. Algumas dessas atividades eram remuneradas, como por exemplo, é o caso dos peões que trabalhavam por baixos salários e muitas vezes prestavam trabalhos temporários em várias estâncias. Geralmente as estâncias sulinas combinavam trabalho livre e escravo.

O capataz era o trabalhador que recebia melhor salário por possuir o domínio sobre as técnicas de realização de todas as tarefas realizadas na estância, era o responsável por coordenar todas as atividades ali desenvolvidas. Já os peões geralmente recebiam seus pagamentos em espécie, e em produtos como sal e erva-mate. Por isso a dificuldade em ascenderem economicamente e a necessidade de realizarem trabalhos temporários em várias estâncias. Alguns peões moravam em algum terreno da própria estância, possuindo às vezes uma pequena plantação e algumas cabeças de gado (SANTI, 2004, p.29).

Farinatti afirma que os peões que permaneciam poucos meses nas estâncias não o faziam por ter uma índole inconstante, mas sim porque aquela atividade não era a única forma de ganharem a vida, significava apenas uma das estratégias de sobrevivência, pois alguns possuíam outras possibilidades, como o acesso a recursos produtivos, o que permitia uma produção autônoma. Isso permitia que saíssem apenas em algumas épocas do ano aumentar seus rendimentos. Muitos desses peões estavam inseridos em famílias de pequenos produtores e visavam ter

uma produção agrária própria e laços familiares no futuro (FARINATTI, 2010, p. 365).

Esses peões que trabalhavam poucos meses em geral recebiam salários melhores, pois supriam uma alta demanda estacional (FARINATTI, 2010, p. 392). Além disso, as estâncias contavam com o trabalho regular de escravos e alguns peões que permaneciam o ano todo. Os peões mais estáveis tinham a desvantagem de receber a maior parte dos seus vencimentos em mercadorias, algumas retiradas na própria estância e outras nas casas de comércio, na conta dos patrões. As mercadorias entregues como adiantamento poderiam ser tecidos, erva-mate, fumo, cachaça, instrumentos de trabalho, sal, entre outros (FARINATTI, 2010, p.389).

Como já foi colocado havia vários atores sociais na estância, dentre eles a presença de escravos é significativa, e expõe a complexidade das relações sociais dentro deste espaço.

No século XIX muitos viajantes passaram pelo Rio Grande do Sul, não chegaram a deixar uma tendência historiográfica, mas alguns historiadores usaram suas descrições para enaltecer o Rio Grande do Sul, dando origem ao mito da democracia racial. Saint Hilaire, por exemplo, deixou informações sobre a escravidão que foram aceitas por bastante tempo, como a de que a escravidão era mais branda no sul, o que só mais tarde foi se desmitificar (GUTFREIND, 1992)¹⁷.

Os viajantes que passaram pelas estâncias sulinas sempre apontam a presença de escravos, alguns passam a ideia que seria um trabalho mais brando, mas outros falam da brutalidade com que os negros eram tratados. Estudos já demonstraram que não se tratava de uma relação mais humana entre senhores e escravos, mas sim de uma particularidade nas atividades desenvolvidas nas estâncias, que diferiam das charqueadas e de outras regiões do país. A ideia de que os senhores eram mais generosos foi aos poucos sendo refutada.

A escravidão, segundo Helen Osório¹⁸, foi maior do que considera historiografia tradicional, o trabalho escravo esteve presente em todas as atividades, não esteve limitado apenas às charqueadas e serviços urbanos, desempenharam

¹⁷ GUTFREIND, Ieda. A historiografia sul-rio-grandense e seus fundamentos. In: **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1992.

¹⁸ OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: Boeira, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral). História do Rio Grande do Sul – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

também tarefas campeiras junto aos peões livres. Segundo a autora a grande presença de escravos ocorreu por que:

A compra de cativos não era tão onerosa quanto se pensou antigamente; novos estudos em todo o Brasil mostram como foi grande o número de pessoas livres que foram proprietários de escravos, e, portanto, comprometidas com a escravidão. Isso é tão verdadeiro que havia homens forros, ex-escravos, que em sua condição de homens livres também adquiriam e eram possuidoras de cativos, quando sua situação econômica permitia (OSÓRIO, 2006, p.160).

Helen Osório afirma que a escravidão aparece como uma característica estrutural da região do atual Rio Grande do Sul desde seu período de formação e que “homens livres e cativos trabalharam lado a lado nas lides campeiras” (2006, p.167).

A presença dos escravos na estância não está atestada somente nas senzalas, mas em outros ambientes, construídos com a força e o trabalho escravo, como as extensas mangueiras de pedra (GOMES, 2001). Ainda, segundo Gomes, “a sua presença na estância expõe a complexidade das relações sociais dentro deste espaço aparentemente homogêneo” (2001, p,46).

Segundo Farinatti, a pecuária extensiva, apesar de seu caráter de produção voltada para o mercado interno, caracterizava-se pela incorporação continua de trabalhos escravos. Em sua pesquisa identificou número elevado de escravos homens, o que corresponderia a necessidade do trabalho com o gado nos estabelecimentos pastoris da Campanha, mesmo que estes homens desempenham ocupações diversas (FARINATTI, 2010, 351).

Nas grandes estâncias analisadas por Farinatti, a maioria dos escravos eram campeiros, mas havia também os roceiros, domésticos, alfaiates, pedreiros, carpinteiros, sapateiros e ferreiros.

A existência dessa diversidade de ocupações, mesmo que não estivessem todas presentes em uma mesma estância, aponta para a importância que os escravos tinham na reprodução das grandes estâncias e sobre a racionalidade econômica dos estancieiros, que possuindo algum desses escravos com ofício distinto já ajudava, na medida em que diminuía a necessidade de recorrer ao mercado. Mesmo em estratos economicamente inferiores de criadores de gado a presença de escravos campeiros era significativa, mas as demais especializações apareciam então apenas eventualmente (FARINATTI, 2010. p. 356, 357).

...os escravos estavam presentes em unidades produtivas de diversas envergaduras, e não apenas nas grandes estâncias. Era nessas, porém, que eles desempenhavam um papel fundamental. Eram empregados em diversos tipos de tarefas, com destaque para o costeio do gado (FARINATTI, 2010, p.360).

Para a reprodução da escravidão na pecuária sulina, assim como em diversas partes do país, não bastava apenas a aquisição de escravos, era necessário manter níveis de negociação com esses subalternos. Esses tinham demandas e estratégias diferentes e a elite, para se manter no poder, precisava saber “ceder”, “acomodar” para então reproduzir a dominação (FARINATTI, 2010, p.487).

Embora a maioria dos autores aborde a estância como grandes propriedades, Helen Osório (2006) ressalta a diversidade que existiu com relação às estâncias¹⁹ no período colonial, tanto no que diz respeito a extensão das propriedades, quanto ao tipo atividades desenvolvidas, que não restringiam-se apenas à atividade pecuária, mas também a agricultura, esta não estando restrita a estâncias menores. Outro indicio da prática da agricultura era a presença de instrumentos agrícolas encontrados em inventários (OSÓRIO, 2006; FARINATTI, 2010).

Osório aponta para a existência de pequenas, médias e grandes propriedades, contestando a visão de uma paisagem agrária formada quase que exclusivamente por grandes estâncias:

existiam, sim, grandes unidades criatórias, que concentravam mais da metade do rebanho existente, mas, junto a estas, encontrava-se uma infinidade de pequenas e médias estâncias, com seus rebanhos mais diminutos (OSÓRIO, 2007, p.114).

Osório (2007) constata que no Rio Grande do Sul, uma região comumente associada ao “reino da pecuária”, o número de possuidores de terra que se dedicavam à agricultura predominava sobre o número de criadores de gado. Ressalta-se que seu estudo abrangia todo estado e não apenas a região da fronteira. Mesmo assim a autora afirma que “os lavradores²⁰, portanto, estavam disseminados por praticamente todo o território da Capitania” (OSÓRIO, 2007, p.

¹⁹ Propriedades com número superior a cem cabeças de gado vacum (OSÓRIO, 2007, P.105)

²⁰ Lavrador: “produtor rural que era *simultaneamente* um agricultor e um pastor, que alimentava seu grupo familiar com sua produção de trigo, milho, feijão ou farinha de mandioca, carne e leite de seu pequeno rebanho e possivelmente comercializava algum excedente alimentar, alguma vaca ou alguns couros (...) contava fundamentalmente com a força de trabalho de seu grupo familiar para sua manutenção e reprodução” (OSÓRIO, 2007, p. 86)

83). Além disso, autora afirma que muitas unidades produtivas apresentavam caráter misto, dedicadas a pecuária e a agricultura.

Segundo Osório (2007) as estâncias do final do século XVIII e duas primeiras décadas do XIX, não podem ser tomadas como estabelecimentos exclusivos de atividade pecuária. Essa imagem foi projetada a partir de meados do século XIX, quando da quase onipresença da pecuária na economia do Rio Grande do Sul.

Outro trabalho importante para esclarecer aspectos sobre fronteira oeste é o de Thompson Flores (2007), que analisou o contrabando nessa região, mais precisamente no município de Alegrete, no século XIX. A autora identifica uma sociedade complexa e não mais o modelo dicotomizado entre peões e estancieiros, além desses o município fronteiriço:

Englobava também homens livres pobres, escravos, famílias que se dedicavam a modestas produções agropastoris, grandes estâncias que também desenvolviam atividades agrícolas, diversificação dos rebanhos (ovinos, eqüinos e muares), comércio de excedentes agrícolas, estancieiros que lidavam com o comércio, comerciantes, enfim, uma formação social bem mais complexa (THOMPSON FLORES, 2007, p.11).

Ainda Farinatti (2010) ao analisar as famílias de elite agrária no município de Alegrete/RS (1825-1865), afirma que a sociedade contemplava, além de grandes estancieiros e peões, também médios e pequenos proprietários (estancieiros²¹, pequenos e médios criadores²², lavradores²³, agregados²⁴). Além desses atores haviam comerciantes, jornaleiros e “uma população escravizada, cuja presença nada tinha de fortuita e desempenhava papel essencial na reprodução da economia pecuária” (FARINATTI, 2010, p. 477, 478).

Os estudos de Thompson Flores e Farinatti demonstram que a região da fronteira não foi um espaço por excelência dos grandes criadores de gado ao longo do século XIX, mas que a sociedade ali existente foi muito mais diversificada.

Outra contribuição da pesquisa de Farinatti é a sua busca por compreender como os grandes estancieiros gaúchos conseguiam se manter como elite agrária

²¹ Estancieiros: mais abastados criadores de gado, todos proprietários de terra e de grandes estabelecimentos rurais (FARINATTI, 2010, p.414).

²² Criadores: nessa categoria existia uma variedade de condições econômicas: grandes, pequenos e médios criadores, eram proprietários das terras que manejavam seus rebanhos (Idem, 2010, p.415).

²³ Lavradores: aqueles que podiam criar até 100 cabeças de gado vacum, possuíam instrumentos agrícolas, e na maioria dos casos não eram proprietários das terras onde viviam (Idem, 2010, p.416).

²⁴ Agregados: aqueles que moravam de agregados nas estâncias, com uma produção autônoma, mas modesta, em terras alheias. Os lavradores e criadores também poderiam viver como agregados em estâncias (Idem, 2010, p.415).

diante de diversos grupos sociais, como escravos, peões, lavradores e outros, ao longo do século XIX. Farinatti demonstrou que para preservar seu domínio e legitimidade social as famílias criavam várias estratégias, como estabelecer alianças com outras famílias de elite, a busca por participar do poder militar da fronteira, a antecipação de heranças, compartilhamento de recursos dentro da família e manutenção das terras indivisas depois da sucessão hereditária.

Farinatti afirma a partir da sua investigação que a elite econômica além da atividade agrária praticavam outras atividades econômicas, paralelamente a pecuária (2010, p. 59): “vários daqueles que desenvolviam a criação de gado em grande escala praticavam também outras atividades em paralelo com ela, ao menos em parte de suas vidas” (2010, p.62).

Os estudos de Farinatti apontam para o predomínio da pecuária extensiva, mas sem especialização absoluta. Segundo o autor “as estâncias não eram apenas empresas que buscavam a excelência na atividade pecuária, eram parte de um todo maior”. Nem todos os recursos eram otimizados para obter ganhos com a pecuária, pois os lucros eram utilizados pelas famílias também para sustentar uma política de alianças sociais e para acessar o poder militar (FARINATTI, p. 32, 2010).

Considerou-se os trabalhos acima citados importantes para esta pesquisa sobre estâncias, pois apresentam dados novos, como por exemplo, a diversificação produtiva nas propriedades estancieiras e a ampliação do leque social de uma estância. E mesmo que algumas sejam pesquisas em Alegrete, este é um município muito próximo a Quaraí, onde se insere a Estância Santa Clara. Além disso, Quaraí pertenceu à Alegrete até o ano de 1875 e faz parte deste contexto da fronteira oeste

Por localizarem-se longe dos centros urbanos as estâncias deviam garantir parte de seu auto-abastecimento, era necessário produzir seu alimento e demais produtos necessários à sua sobrevivência. Poucos artigos eram comprados de mascates, que passavam esporadicamente pelas estâncias, devido principalmente ao difícil acesso.

Gomes (2001) aponta que o sistema econômico da estância baseava-se principalmente na criação, e que além do gado bovino havia criações de gado muar e eqüino. As mulas criadas nas estâncias eram destinadas principalmente ao mercado de Minas Gerais e São Paulo. Segundo o autor, “na maioria dos casos essa informação passa despercebida, centrando-se sempre no gado bovino todas as atenções dispensadas (GOMES, 2001, p48).

Mas outras economias movimentavam as estâncias, que Gomes denomina “produção paralela”, constituindo uma “indústria caseira”. Parte da criação de gado servia para a subsistência da própria estância, sendo consumido localmente, manufaturado e preparado de diversas formas, bem como fornecia matéria-prima para a confecção de artefatos feitos a partir do couro, guampa, entre outros (GOMES, 2001, P.48). Ainda há presença da agricultura de subsistência na estância, porém essa é pouco comentada por não destinar-se a comercialização.

Com relação a agricultura, Farinatti afirma que as grandes estâncias da fronteira a praticavam, em geral para atender suas necessidades, mas também poderiam vender seu excedente nos mercados locais (FARINATTI, 2010, p.355). A pecuária ocupou o lugar central da economia da região, mas isso não significou a ausência de lavouras naquele espaço agrário.

A produção agrícola ocupava papéis distintos nos diferentes estabelecimentos de criação. Muitos deles levavam a cabo o cultivo de trigo, feijão, mandioca e milho, em escala reduzida, cobrindo apenas parte da necessidade de autoabastecimento, enquanto outros chegavam a produzir pequenos excedentes que enviavam para o mercado (FARINATTI, 2010, p.126).

Farinatti confirma a presença de atafonas e moinhos para produção de farinha de mandioca ou de trigo, o que indica que na fronteira não era exclusivamente especializada na produção pecuária, e que nem todos os produtos agrícolas vinham de fora. Mas mesmo assim o autor relativiza a ideia de que as estâncias da Campanha seriam quase autossuficientes ao logo do século XIX.

A presença de instrumentos agrícolas está longe de indicar autossuficiência em termos de abastecimento de produtos agrícolas. Podia-se cultivar um produto para o consumo próprio ou mesmo para vender, e ainda assim, comprar outros no mercado (FARINATTI, 2010, p.129).

Quanto as instalações encontradas nas estâncias é comum a presença de casas, galpões, senzalas, currais, mangueiras de pedra, atafonas, e quintais cercados que serviam para abrigar pomares. Estas construções configuram espaços que delimitam áreas para atividades específicas, tanto em âmbito doméstico como produtivo. Segundo Santi, nas estâncias maiores e distantes dos povoados era comum a construção de uma pequena capela e muitas vezes até do cemitério (2004, p.105).

Macedo (1983)²⁵ cita algumas das principais instalações de uma estância, que são: o sobrado (residência da família), a atafona (engenho de farinha de mandioca), a tulha (depósito de grãos e verduras), a casa do charque, o pomar, o jardim, o depósito geral (máquinas e ferramentas), uma área de serviços gerais e circulação e a senzala.

Estruturalmente as estâncias do século XIX demonstram uma realidade baseada na necessidade. Não existiam grandes centros urbanos próximos, então a vida social ocorria dentro da própria estância, e “a aquisição e construção material não serviam como símbolo de poder econômico” (SANTI, 2004, p.103). Empregavam-se os recursos disponíveis no local para o acabamento das construções, utilizando-se material in natura proveniente dos cerros e das matas das várzeas próximas as sangas e arroios (SANTI, 2004, p.108).

Além do papel econômico o estabelecimento estancieiro desempenhou é importante ressaltar que as estâncias foram importantes na sociabilização desse espaço, sendo umas das primeiras formas de organização social e territorial do estado do Rio Grande do Sul. Um local que se tornou ambiente de convívio social, onde se desenrolavam atividades do cotidiano doméstico e não apenas atividades produtivas e de defesa do território. Nesse sentido, Gomes afirma:

Nas estâncias da Campanha rio-grandense do século XIX, se organizavam exércitos formados por peões e escravos, que tornavam-se soldados, e por estancieiros que incorporavam a função de comandantes. Mas entre guerras e revoluções a vida cotidiana decorria ao redor das casas, nos currais, nas mangueiras, nos galpões, nos campos, ou findava num cemitério, de onde se avistava da porta da casa sede (2001, p. 26).

Ao referir-se a esfera doméstica de uma estância, Toledo afirma que “essa faceta da organização estancieira não é muito comentada e estudada pelos pesquisadores, que centram sua atenção no caráter público da estância, ou seja, criação de gado e apropriação das terras” (2011, p.41). Desta forma, Toledo define estância como uma unidade doméstica onde se realizam práticas cotidianas e há a interação dos seus habitantes, abrigando diferentes agentes históricos, que ocupam espaços distintos dentro da unidade estancieira.

Cabe ressaltar que a configuração das estâncias passou por alterações ao longo de sua existência.

²⁵ MACEDO, Francisco Riopardense de. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. (Documenta 15). P. 75 a 81.

Segundo Gomes (2001), algumas mudanças ocorreram no final do século XIX, que acabaram modificando as características do estabelecimento estancieiro. Uma das mudanças verificadas é a divisão de grandes propriedades, que são partilhadas em heranças sucessivas. Nesse processo as grandes estâncias vão sendo recortadas sucessivamente pelo aramado e a característica da estância enquanto grande propriedade vai se modificando.

Com o crescimento das cidades, surgem as influências da vida urbana sobre a vida nas estâncias. Os centros urbanos se tornam um atrativo para a família estancieira, que passa a residir nas cidades, relegando muitas estâncias a períodos de estada. Segundo Gomes:

Na campanha, no final do século XIX, o capataz passa a ser o principal responsável pelas atividades na estância, enquanto que, muitas vezes, as famílias preferem a vida mais amena nas cidades. As cidades vão tornando-se um atrativo irresistível, muitos dos herdeiros passam a preferir a vida urbana buscando, sobretudo, condições de estudo. (2001, p. 33,34).

Outra mudança, segundo Xavier (1964), é que a estância volta-se cada vez mais para uma economia mercantil, desaparecendo a economia natural pelo desligamento progressivo da família, que se desloca para as cidades (1964, p. 83). No final do século XIX ainda ocorre o processo de cercamento dos campos, a introdução de novas raças, o surgimento das ferrovias e a modernização da pecuária (FARINATTI, 2010, p. 29). Gomes ainda menciona as alterações sociais dentro da estância ocorridas a partir da extinção do trabalho escravo (2001, p. 25).

Além das já citadas mudanças, Farinatti afirma que os custos para estabelecer uma estância aumentaram ao longo do tempo, pois terminaram as possibilidades, de quando a fronteira ainda era aberta, de se adquirir terra e gado por custos mais baixos (2010, p.148). O percentual de grandes produtores também diminuiu, e a terra passou a ser o patrimônio mais valorizado a partir da segunda metade do século XIX.

Acredita-se que com esse capítulo foi possível ter uma breve noção sobre o surgimento das estâncias, e a importância que tiveram na constituição da fronteira oeste. Além disso, percebe-se a diversidade de atores sociais, espaços construídos e variedade de atividades produtivas que em conjunto caracterizam esse tipo de estabelecimento. Ressaltando que algumas mudanças ocorreram ao longo do

período de existência das estâncias, mas que também houve permanências, como a criação de gado por exemplo.

Nos próximos capítulos será apresentado um estudo em Arqueologia Histórica, a Estância Santa Clara, caracterizada como um estabelecimento estancieiro do século XIX e XX. Atenção especial vai ser dada ao estudo das louças, e a partir desta categoria vai ser explorado o significado que poderia representar para os agentes que habitavam a estância, destacando que a louça representa parte da esfera feminina (LIMA, 1995) e que poderia assumir significados diferentes para os agentes sociais que faziam parte da unidade doméstica. Desta forma exploram-se outras fontes para o estudo das estâncias para conhecer aspectos relacionados ao cotidiano doméstico.

CAPÍTULO 3. A ESTÂNCIA SANTA CLARA

Velhas ruínas e vestígios soterrados são exaustivamente analisados para que possamos compreender melhor a vida desses povos remotos (Carlos Lemos).

3.1. Introdução sobre a Estância Santa Clara

Remanescente de uma antiga propriedade estancieira, o Sítio Arqueológico Ruínas da Estância Santa Clara está localizado a 20 Km do centro da cidade de Quaraí, na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com Artigas/Uruguai. Este município se emancipou de Alegrete no século XIX, mais precisamente em 1875²⁶.

As primeiras pesquisas arqueológicas no sítio efetuaram-se em 2009, e posteriormente em 2011. A coordenada UTM que demarca o sítio é 21J 565196 6627215, conforme dados da Ficha de Cadastro Nacional de Sítio Arqueológico fornecida pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).



Figura 1: Mapa ilustrando a localização do Sítio Arqueológico Estância Santa Clara

²⁶ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. **O contrabando na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: mercadorias, agentes, estratégias e abrangência** (1851-1864). p.99

em relação ao município de Quaraí e ao Rio Quaraí, limite entre Brasil e Uruguai. Fonte: MapSurce, abril de 2009.



Figura 2: Imagem de satélite do Sítio Arqueológico Ruínas Estância Santa Clara. Fonte: Google Earth, acessado em 08/10/09.

O Sítio estudado trata-se de uma propriedade estancieira, cuja sede em ruínas foi abandonada no final do século XX. A sede atual está localizada próxima às ruínas, e é propriedade de Ivo Wagner Filho. A descoberta do sítio arqueológico foi possível devido a informações de moradores locais que acompanharam os trabalhos de campo realizados no município de Quaraí.

O interesse do proprietário foi fundamental para o início das pesquisas, permitindo que se realizassem as primeiras atividades de campo, contribuindo assim, para o conhecimento dessa estância e conseqüentemente das estâncias da região da fronteira do Brasil com Uruguai.

As terras da estância foram adquiridas por volta da década de 1970 por Ivo Wagner, pai do proprietário atual, falecido pouco tempo após o início das atividades arqueológicas no sítio.

A sede foi ocupada até os anos 90 do século passado, o que explica a existência de artefatos recentes junto a materiais característicos do século XIX. Segundo relato do pai de Ivo Wagner Filho, um dos primeiros proprietários da

Estância teria sido José Aires, mas não conseguimos informações que confirmassem essa afirmação.

Nas décadas de 40 e 50 do século XX a estrutura principal servia como morada de um agregado da Estância, informação esta obtida em entrevista com Ivone Magalhães, filha deste agregado e que passou parte de sua infância na propriedade. Ela morou na estância dos seis até os 16 anos, isso nas décadas de 1940 e 1950. Os pais de Ivone eram Maria Oduli, uruguaia e Pedro Alcantara Magalhães Oduli, brasileiro. Seu pai era agregado da propriedade que pertencia a Silvio Ponte, sendo o responsável por cuidar das terras da estância e ceder parte da produção ao proprietário. Além de Ivone haviam mais 12 filhos, sete eram mulheres e cinco homens.

As relações matrimoniais entre pessoas de distintas nacionalidades, como no caso dos pais de Ivone, atestam a permeabilidade de relações na região fronteiriça ao longo de sua história. As trocas ocorriam e ainda acontecem, no âmbito social, cultural e econômico.

O termo agregado assumiu um novo significado a partir da segunda metade do século XX no Rio Grande do Sul, diferente do século XIX. Segundo Farinatti “passou a designar preferencialmente, a família que vivia nos campos de um proprietário, podia plantar e ter alguns animais e, em contrapartida, “reparava o campo” e auxiliava regularmente nos trabalhos da pecuária” (FARINATTI, 2010, p. 446, 447).

No século XIX os agregados possuíam maior autonomia, e embora ajudassem nos trabalhos das estâncias não parecem ter sido mão de obra regular para os proprietários, “os agregados não se transformavam, facilmente, em trabalhadores estáveis” (FARINATTI, 2010, p.453). Na primeira metade do século XIX, quando os limites ainda não eram precisos, os agregados mantinham a posse da terra na propriedade em que estavam instalados. Mas a partir de meados do século XIX a valorização dos títulos legais das terras, a maior definição das propriedades e a crise do trabalho escravo afetaram na relação proprietário/agregado. Os proprietários precisavam de mão de obra regular, e acabaram se tornando intolerantes aos agregados, que buscavam manter seus níveis de autonomia (FARINATTI, 2010, p.446).

Várias transformações aconteceram na paisagem estancieira da Santa Clara no decorrer dos anos, algumas foram apagadas pelo tempo, outras apresentam

ínfimos sinais, que apenas com o olhar muito acurado é possível perceber. Certas mudanças foram relatadas pelos antigos moradores, como por exemplo, a mudança do acesso à estância. Este não era o mesmo que o atual, e se dava pelo chamado Passo do Meio.

Além disso, D. Ivone explicou as edificações da propriedade na época, e suas funções. Segundo ela, a casa possuía 6 cômodos (3 quartos, 1 sala, uma peça grande, e um anexo à casa, utilizado como banheiro). Um corredor ligava a casa à estrutura ao lado, que era um galpão, edificado parte em madeira e outra com tijolos, que servia para estocar a produção, o que confirma a informação de Ivo Wagner, quando visitamos as ruínas pela primeira vez. Algumas fotografias que a Sr^a. Ivone possui permitem que conheça a parte da frente do galpão no período em que ela morou na Estância (Figura 3).



Figura 3: Frente do galpão- fotografia da década de 40 do século XX.
Fonte: Acervo pessoal Ivone Magalhães

A estância possuía atafona para milho, forno de barro e cacimba. Ivone ainda comentou a existência de várias mangueiras de pedra, e de um açude (fundos da casa). Algumas mangueiras de pedra passaram por reformas durante o período que ela morou na estância, assim como a cacimba, que também foi reformada.

Segundo Ivone, houveram vários proprietários na Estância, ela lembra de três: Quinote Aires, que comprou as terras de um “castelhano”. Silvio Ponte, que concedeu a posição de agregado a seu pai, e o sucessor de Silvio, Felipe de Paula.

A partir dessa informação se questiona se o proprietário José Aires, informado por Ivo Wagner seria algum familiar de Quinote Aires.

Os relatos de Ivone apontam para uma atividade essencialmente agrícola, com produção de milho, mandioca, batata (doce e inglesa), amendoim e ameixa. Além de criações como galinha, porcos e peixes; e produção de queijo, farinha de mandioca e canjica. Segundo Ivone as transações comerciais eram feitas em espécie. Trocavam o que produziam por produtos que necessitavam, como açúcar, café, massa e arroz. Nota-se a persistência de uma economia baseada em trocas, que se realizava desde o período colonial quando: “a falta de moedas proporcionou uma economia de trocas, na qual porcos e galinhas, algodão e farinha eram muito apreciados e utilizados como dinheiro” (ALGRANTI, 1997, p.149,150). O relato de Ivone sobre a produção agrícola confirma-se também através de uma fotografia de suas irmãs, junto às plantações, próximas a casa da propriedade (Figura 4).



Figura 4: Fotografia em que aparecem as plantações da Estância.
Fonte: Acervo pessoal Ivone Magalhães

Mas além da atividade agrícola e de subsistência, havia a prática do contrabando, ou como ela afirma “chibo”. O contrabando vinha do Uruguai, e segundo Ivone, a Estância era o “passador” deste, realizado durante a noite. Os produtos do contrabando eram principalmente gado e lã. Durante a noite o gado repousava nas taquaireiras com formato circular, que serviam como mangueira para esconder o gado e proteger esse do frio. Já a lã era transportada no lombo de

mulas, passando por uma picada no mato e atravessando o arroio. A lã era armazenada provisoriamente no galpão ao lado da casa. Segundo Ivone, o galpão anoitecia cheio e amanhecia vazio. A partir da informação sobre o contrabando concorda-se com a afirmativa de Thompson Flores de que

Trata-se praticamente de um lugar-comum a informação de que a prática do contrabando ocorre nas fronteiras do Rio Grande do Sul desde tempos imemoráveis. Envolto por uma mítica de bravata e heroísmo, o contrabando dispõe de diversas e variadas “histórias” (causos) sobre sua prática e seus agentes (os contrabandistas) (THOMPSON FLORES, p. 10, 2007).

A Estância Santa é apenas um dos inúmeros espaços localizados na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul propícios à realização do contrabando. Sendo esta uma temática muito rica, e ainda a ser explorada, pois embora seja recorrente as referências sobre o contrabando em produções historiográficas sobre o Rio Grande do Sul ainda há poucos estudos que se dediquem exclusivamente as práticas do comércio ilícito. Segundo Thompson Flores “sabe-se que houve o contrabando de mulas, de gado, erva, fumo, manufaturados, mas pouco se reflete sobre como, quando e através de quais agentes ocorriam” (p. 10, 2007).

Enfim, sabe-se por informações orais que a Estância Santa Clara foi palco deste tipo de atividade, e que o contrabando relaciona-se diretamente com a realidade da fronteira, que deve ser compreendida como um espaço que não consegue impor barreiras entre as comunidades nacionais (THOMPSON FLORES, p.28, 2007).

Além dos relatos sobre as estruturas físicas da propriedade, da produção nela realizada e do contrabando, Ivone ainda descreveu outras atividades nela realizadas, como políticas e de entretenimento. O pátio da propriedade serviu para a realização de comícios do político Saul Brum Saldanha, candidato à prefeitura de Quaraí na época, este montava seu palco de discurso entre os Umbus localizados a frente da sede, dois ainda existem no local. O entretenimento descrito por Ivone eram bailes aos sábados, que duravam o dia inteiro, e eram feitos numa “cancha” atrás da casa.

Como a entrevista ocorreu ao mesmo período em que estava sendo feita a escavação em uma lixeira da estância, a atividade de escavação foi explicada para Ivone, perguntando a ela sobre os locais onde descartavam o lixo. A resposta foi que queimavam o lixo em um buraco adiante da cacimba e próximo as taquareiras, bem

distante da casa. Sondagens foram realizadas visando encontrar algum vestígio dessa lixeira, mas nada foi evidenciado, talvez porque atualmente existe uma lavoura muito próxima ao local por ela descrito.

Os relatos de D. Ivone contribuíram para que se resgatasse um pouco da história da Estância Santa Clara. Além disso, as informações orais são importantes nesses casos em que se estuda um sítio que foi ocupado em tempos presentes ainda na memória das pessoas. A informação oral “puede ser entendida como la historia que las personas comunes llevan consigo” (ORSER, 2000, p. 38)²⁷. Com relação aos artefatos, elas podem ser empregadas para mostrar como um item material específico era produzido e usado. Temos como exemplo, no caso da Estância Santa Clara, quando o proprietário afirma que as telhas e tijolos eram produzidos no próprio local, explicando assim a rusticidade desses materiais construtivos. As informações orais ainda são importantes para registrar elementos da arquitetura vernacular²⁸.

Constata-se a partir dos trabalhos de campo e das informações orais que a propriedade em questão teve várias fisionomias ao longo do tempo, não podendo ser classificada exclusivamente como estância voltada para a produção pecuária, pois houve períodos em que a atividade econômica foi a produção agrícola, como na segunda metade do século XX. Mas tem que ser considerado a existência de muitas mangueiras de pedra próximas às estruturas habitacionais, o que é um forte indício de atividades relacionadas à pecuária, pelo menos em algum momento da sua ocupação. Segundo Gomes (2001) as mangueiras evidenciam a atividade econômica e o próprio sentido da existência do estabelecimento estancieiro, a criação.

Além disso, as construções passaram por diversas transformações, tendo peças acrescidas, ou mesmo destruídas pelo tempo ou ação humana. Com seus usos e funções modificadas de acordo com as necessidades das pessoas. Percebe-se assim a pluralidade deste espaço, tanto com relação à organização produtiva como do espaço habitacional. Deve-se considerar que as estruturas remanescentes podem não terem sido as mesmas existentes no século XIX, algumas podem ter cedido o mesmo espaço para as construções posteriores.

²⁷ pode ser entendida como a história que as pessoas comuns levam consigo. (ORSER, 2000, p. 38)

²⁸ Arquitetura Vernácula: formas de desenho arquitetônico que não são ensinadas nas escolas de arquitetura, que refletem mais diretamente as visões de uma cultura sobre o que constitui uma boa construção (ORSER, 2000, p. 107).

3.2. Intervenções Arqueológicas

Primeira intervenção

A primeira intervenção no sítio arqueológico ocorreu no dia 28 de abril de 2009. Inicialmente efetivou-se o contato com o proprietário atual, que contribui com informações importantes, como período de aquisição, antigos proprietários, atividades realizadas na Estância, sobre as possíveis origens e a produção de alguns dos materiais construtivos.

Após o testemunho oral do proprietário, fez-se um reconhecimento do terreno, que se denomina prospecção ou *survey*. Inicialmente foram identificadas duas estruturas no sítio arqueológico, a casa/sede da estância e uma estrutura ao lado, que segundo o proprietário seria um galpão.

As primeiras análises das estruturas²⁹ remanescentes mostraram a possibilidade de três momentos construtivos na estrutura principal. A construção mais antiga percebida foi uma pequeno cômodo (Figura 5 e 6), anexo à casa/sede. Suas paredes são constituídas principalmente de pedras e tijolos, formando uma composição desorganizada. O espaçamento entre as pedras que compõem as paredes é preenchido por pedras talhadas que foram cuidadosamente encaixadas. Em uma das paredes existem três pequenas aberturas, que serviriam para ventilação.

Quando a casa foi construída essa peça já estava ali, pois são construções que apresentam técnicas construtivas bem diferentes. Desta forma constatou-se que existiram construções contemporâneas a esse pequeno cômodo, mas que não apresentam mais evidências visíveis. A função original desta construção ainda é desconhecida, mas poderia ter sido uma senzala, uma cozinha, entre outros, durante o século XIX, sendo que suas funções podem ter variado de acordo com as necessidades de cada morador, por exemplo, para o século XX há relatos que serviu como banheiro. Caso fosse utilizada como senzala teria abrigado no máximo 2 escravos, devido às suas dimensões reduzidas. Construção similar a esta foi registrada na região central do Estado, no município de São Martinho da Serra, no

²⁹ Define-se estrutura, segundo Orser (2000), como qualquer evidencia de presença humana em um sítio arqueológico que não pode ser removida (p. 108).

Casarão dos Mello (século XIX), apresentando técnicas construtivas semelhantes (porém com dimensões maiores) e cuja função era servir de “quarto para negros” (MACHADO, 2004, p. 135).

O segundo momento construtivo identificado nas ruínas da estância compõe o restante da estrutura remanescente, onde ainda é possível observar algumas paredes conservadas, constituídas por tijolos, aberturas de madeira e telhado de duas águas (Figura 7). O último momento construtivo, segundo o proprietário, era um banheiro adaptado à estrutura principal, que visava dar maior comodidade aos últimos moradores da Estância, nas últimas décadas do século XX. Ao lado da casa/sede, há evidências de paredes caídas de uma segunda estrutura que, de acordo o proprietário, seria o galpão.



Figura 5: Construção mais antiga, anexo à estrutura principal.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM



Figura 6: Construção mais antiga da estrutura principal.

Fonte: Acervo LEPA/UFSM



Figura 7: Visão geral do restante da construção na estrutura principal.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Ao observar aspectos construtivos da estância, percebe-se a simplicidade das edificações, buscando atender as necessidades básicas e não o requinte, adequando-as aos recursos disponíveis, com o aproveitamento de materiais locais para a construção. A partir da segunda metade do século XIX ocorreu uma crescente introdução de materiais manufaturados, como tijolos e esquadrias. As paredes de tijolos são indício da influência do período industrial (LUCCAS, 1997).

Assim, nessa primeira intervenção, foi realizado o registro fotográfico e medição das duas estruturas encontradas, da estrutura principal (casa) e da estrutura denominada “galpão” (Figura 8). A morada, além de servir de abrigo, é o espaço onde se desenvolvem as formas de convívio e sociabilidade, advém disto a necessidade de entrar na habitação e buscar a vida doméstica e a intimidade dos indivíduos, o que está muitas vezes gravado em resquícios materiais. Mesmo encontrando-se em ruínas foi possível perceber os cômodos da casa, e muitas das suas aberturas, inferindo a pouca privacidade existente no âmbito familiar, pois as peças comunicam-se entre si, sendo necessário atravessar um cômodo para chegar ao outro.

Buscou-se registrar e reproduzir em desenho as estruturas remanescentes, tendo em vista que esses vestígios estão sofrendo a degradação constante por fatores naturais e antrópicos. Esse registro pode possibilitar que outros pesquisadores se debrucem no trabalho de reconstituir o sítio em questão, lembrando que:

A reconstituição proposta pelo arqueólogo é sempre subjetiva (ou seja, depende em boa parte de sua imaginação, incrementada com outros estudos e muito conhecimento sobre o povo e a época estudada; além de noções de arquitetura, por exemplo), pois os dados encontrados e anotados devem ser interpretados pelo escavador e diferentes estudiosos podem chegar a propor interpretações diversas (FUNARI, 2003, p. 32)



Figura 8: Medição das estruturas-galpão.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Na área dos fundos da casa havia grande ocorrência de evidências arqueológicas em superfície, devido à ação de roedores da região, que ao cavar suas tocas removem os vestígios materiais, juntamente com a terra, para a superfície. Dessa forma, constatou-se que neste local do sítio ocorre intenso processo de bioturbação alterando o registro arqueológico.

Nessa área foram abertos cinco poços-teste, objetivando verificar a estratigrafia do sítio e a ocorrência de materiais arqueológicos em subsuperfície. Havia grande quantidade de vestígios ósseos, materiais construtivos, alguns fragmentos de louça, lítico, vidro e metal. Em média os poços-teste atingiram 50 cm de profundidade, identificando-se uma camada de carvão de 25 a 30 cm abaixo da superfície, o que pode indicar que nesse local houve a incineração de lixo em algum momento das diversas ocupações. O solo é bastante arenoso, na primeira camada percebe-se grande quantidade de matéria orgânica, já a segunda camada é arenoargilosa.

Foram resgatados fragmentos de louça e cravos que apontam para uma ocupação do século XIX, mas também há muitos vestígios do século XX, pois a ocupação do sítio se estendeu até o final deste. Além destas evidenciou-se ocupações pré-históricas, constatadas pela presença de material lítico lascado, que

não serão abordadas neste trabalho, pois o objetivo do mesmo é estudar a ocupação deste local após o período colonial. A existência de ocupações pré-coloniais no mesmo local permite que se afirme que os homens, em diversas épocas, tenderam a ocupar regiões que atendam as necessidades fundamentais à sobrevivência, como por exemplo, abastecimento de água, alimentos e fontes de matéria-prima.

Esta intervenção teve um caráter preliminar, pois se pretendia levantar as informações para a realização de outra atividade de campo. A partir desta, foi possível perceber a margem de ocupação do sítio (final do século XIX até final do século XX), a cultura material presente (louça, materiais construtivos, ossos, metais, vidros) e a ocorrência de diversas ocupações na propriedade, durante as quais as construções foram sendo remodeladas e adaptadas.

Segunda intervenção

A segunda prospecção arqueológica nas Ruínas da Estância Santa Clara efetivou-se do dia 11 ao dia 14 de junho de 2009, com o objetivo de evidenciar os locais de maior concentração de evidências arqueológicas e buscar elementos que possibilitassem uma maior compreensão das estruturas e dos diferentes períodos de ocupação da estância.

A primeira atividade da prospecção foi um *Full Coverage Survey* na frente das estruturas (casa/sede e “galpão”), que consiste na abertura de poços-teste a uma distância delimitada (Figura 10 e 11), e que pode ser observado no croqui que segue em anexo. Esse tipo de intervenção visa fazer uma varredura da dispersão do material arqueológico na área escolhida.



Figura 10 e 11: *Full Coverage Survey*. Fonte: Acervo LEPA/UFMS

Delimitou-se um ponto zero (UTM 21 J 0565217/ 6627237), a partir do qual foram traçadas três linhas com variação de 10º de uma para outra. Em cada linha foram abertos poços-teste a cada três metros de distância.

A primeira linha (linha zero), partindo na direção de 0º a partir do ponto zero, com 30 m de extensão, teve dez poços-teste abertos. Nos poços 6, 7, e 9, não houve ocorrência de materiais arqueológicos e o solo encontra-se muito compactado. Assim, levantou-se, a hipótese de que nesse local havia um caminho de acesso à casa/sede, cujo o uso ao longo do tempo levou a compactação do solo.

A segunda linha (linha um), partindo de 10º, com 30 m de comprimento, teve dez poços-teste, sendo que, a partir do último, foi aberta uma sondagem controlada, devido à concentração de materiais. Com exceção dos poços-teste 4 e 5, os demais apresentaram vestígios arqueológicos. No poço-teste 6 observou-se que o solo estava bastante compactado.

A terceira linha (linha dois), a partir de 20º do ponto zero, medindo 27m de comprimento, teve nove poços-teste abertos. Em todos os poços-teste desta linha houve ocorrência de materiais.

A quarta e última linha (linha três), partiu dos 30º, medindo 21m, tendo sete poços-teste abertos, devido a presença da vegetação impossibilitou-se a continuidade desta linha. Só não foi encontrado material nos poços-teste 4 e 6. Verificou-se que o solo já não era tão compacto.

A presença de materiais construtivos nesta parte da frente do “galpão” e casa, onde se realizou a prospecção através do *Full Coverage Survey*, pode ser devido à existência de uma terceira estrutura, ainda mais antiga, que não apresentaria mais vestígios em superfície e que só através de uma escavação mais detalhada seria possível evidenciá-la. Essa hipótese surgiu devido algumas questões discutidas durante a intervenção de campo: 1º foram encontradas telhas nesse local de espessuras diferentes daquelas encontradas no “galpão” e na casa/sede; e 2º telhas de mesma espessura foram encontradas no contrapiso do “galpão”.

Segundo Orser, um dos problemas que complicam o entendimento de estruturas em sítios históricos é que, em muitos casos, as técnicas de construção utilizadas implicam a destruição de ocupações anteriores. Em alguns casos os sítios são destruídos por projetos arquitetônicos posteriores (2000, p. 69).

Além dos materiais construtivos, no procedimento do *Full Coverage Survey*, foram resgatados fragmentos de louça e vidro, metais, ossos, e lítico. A concentração das evidências foi maior nas duas extremidades das linhas traçadas, sendo que o intervalo entre essas duas áreas de maior concentração de materiais corresponde a frente das duas estruturas (casa/sede e “galpão”). Isto nos indica uma maior preocupação com o locais de acesso às estruturas no sentido de manter a frente das mesmas mais cuidadas e limpas.

No último poço-teste da segunda linha (linha um - L.1- Poço-teste 10) verificou-se uma ocorrência maior de vestígios materiais, surgindo a necessidade de abrir uma sondagem controlada a partir deste, que se denominou sondagem controlada 1, sendo dividida em quatro quadrículas (Q1, Q2, Q3 e Q4), cada uma medindo 1 x1m (Figura 12 e 13). Em todas as quadrículas foi evidenciada uma camada de carvão entre 15 e 20 cm e lítico na mesma camada em que aparece materiais relacionados a ocupação histórica (20cm).



Figura 12 e 13: Sondagem controlada 1. Fonte: Acervo LEPA/UFSM

A quadrícula 3 (Q3) foi aprofundada até 1,20 m de profundidade, para verificar a estratigrafia, que era composta por uma camada arenosa (10 cm) e outra areno-argilosa (1,10 m). O lítico foi evidenciado junto ao material histórico e a 50 cm na Q3, parecendo ter existido ocupações pré-históricas distintas no sítio, uma localizada na primeira camada estratigráfica, portanto mais recente e outra mais antiga.

O trabalho arqueológico nas Ruínas da Estância Santa Clara, além de contribuir para a compreensão das estâncias, pode contribuir para aprofundar o conhecimento das ocupações pré-coloniais na região.

Outra sondagem controlada (sondagem controlada 2) foi feita na área dos fundos da casa/sede, onde já tinham sido abertos cinco poços-teste na primeira

intervenção arqueológica em abril de 2009. Nesse local havia muitos vestígios na superfície, resultado da ação de um roedor da região, que ao cavar suas tocas acabam removendo o material arqueológico das camadas inferiores para a superfície.

A sondagem controlada 2 inicialmente foi dividida em quatro quadrículas de 1 x 1m (QA, QB, QC, QD), sendo posteriormente ampliada em mais duas quadrículas (QE, QF) (Figura 14 e 15).



Figura 14 e 15: Sondagem controlada 2. Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Havia uma concentração muito grande de material arqueológico em todas as quadrículas, com presença de carvão e matéria orgânica, sugerindo que no local havia acúmulo de lixo intencional, ou seja, uma possível área de descarte. Outro indicio de queima é a presença de ossos e telhas queimados, que se caracterizam por uma coloração preta.

Neste trabalho de campo levantou-se a hipótese de que o local seria uma lixeira. Nas sedes de estância e chácaras do século XIX era comum o descarte aleatório de lixo, mas também faziam buracos para o descarte de lixo doméstico (TOCCHETO, 2004, p. 257). Tal ocorrência pode ser explicada pela existência, em alguma das ocupações da propriedade, de moradores que atribuíam importância a higienização do ambiente, com acúmulo intencional do lixo em um local específico, e posterior queima deste material.

A bioturbação também era visível na maioria das quadrículas (Figura 16), alterando o registro arqueológico. Os materiais das camadas superiores acabam sendo aprofundados através das tocas, e ao mesmo tempo o material das camadas inferiores são jogados para a superfície.



Figura 14: Bioturbação – sondagem controlada 2.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM

De maneira geral, nesta área foram evidenciados muitos fragmentos de telha, tijolos, vestígios ósseos, fragmentos de vidro e louça, metais, plástico e lítico.

A quadrícula E (QE) foi aprofundada até 1,30 m para que a estratigrafia fosse evidenciada, foi encontrado material lítico a 80 cm de profundidade. Essa evidência lítica, indica uma ocupação pré-colonial bastante antiga, embora se esteja ciente das perturbações ocorridas no solo.

Foram identificadas três camadas estratigráficas, a primeira constituída de matéria orgânica, uma segunda arenoargilosa de cor ocre e a terceira uma camada de paleopavimento detrítico (Figura 17). Estratigrafia é um termo que se refere

a la sequencia de estratos de suelo, unos sobre otros. Usando el principio de *superposición*, los arqueólogos pueden identificar fácilmente qué artefactos fueron utilizados antes o después. Si no hubo remoción de tierra en el lugar se puede concluir lógicamente que los artefactos (y niveles estratigráficos) que están más próximos a la superficie actual fueron usados (o depositados) más recientemente que los artefactos más profundos (ORSER, 2000, p. 68)³⁰.

³⁰ a seqüência de estratos do solo, uns sobre outros. Usando o princípio de sobreposição, os arqueólogos podem identificar facilmente que artefatos foram utilizados antes ou depois. Se não houve remoção de terra no lugar se pode concluir logicamente que os artefatos (e níveis estratigráficos) que estão mais próximos a superfície atual foram usados mais recentemente que os artefatos mais profundos (ORSER, 2000, p. 68).

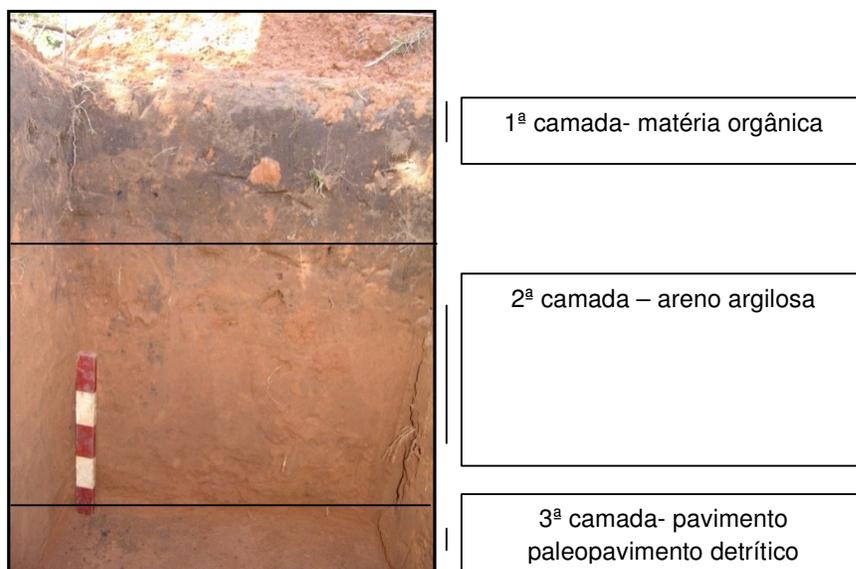


Figura 17: Estratigrafia, sondagem controlada 2
Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Um dos problemas, ao analisar a estratigrafia em sítios históricos, é que os níveis aparecem como “microniveles estratigráficos”³¹, camadas muito finas. Esses níveis onde pessoas viveram podem ter espessura de poucos centímetros, e a “presencia de estos estratos finos puede volver más difícil la interpretación de estos sítios”³²(ORSER, 2000, p. 69).

Ainda, a noroeste da casa/sede foram abertos seis poços-teste aleatoriamente para investigar a existência de vestígios materiais nessa área. Foram encontrados fragmentos de louça, vidro, telha e metais, o que levou a constatação de que o material está disperso em toda a área do sítio.

A estrutura denominada de “galpão” encontra-se com as paredes colapsadas. Dessa forma, a atividade proposta inicialmente foi de evidenciamento das paredes caídas, e do piso dessa estrutura. Na parte externa da frente foi aberta uma sondagem de 1m x 1,50m x 0,40 m (sondagem 1), e, a partir, desta uma trincheira de 0,50m x 4m x 0,50 m de profundidade (Figura 18). Na parte interna da estrutura foi removida uma camada de 0,15 m de terra e materiais construtivos até que se evidenciasse o piso (Figura 19).

³¹ micro níveis estratigráficos (ORSER, 2000, p. 69).

³² A presença destes estratos finos pode tornar mais difícil a interpretação destes sítios (ORSER, 2000, p. 69).



Figura 18: Trincheira.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM



Figura 19: Evidenciamento do piso – galpão.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Ao evidenciar o piso verificou-se que é formado por pedras rejuntadas com cimento. Quando um pedaço do piso foi retirado constatou-se a presença de telhas com espessura semelhante a de alguns fragmentos encontrados no *Full Coverage Survey*. Assim, levantou-se a possibilidade de ter existido outra construção anterior a essa, da qual se reaproveitou parte do material construtivo para fazer essa estrutura.

A frente do galpão foi toda evidenciada (Figura 20), sendo possível observar algumas das aberturas da estrutura, assim como alguns dos pilares de sustentação que caíram para a parte externa, devido ao peso do telhado (duas águas). Nos fundos foi evidenciado o piso de um possível avarandado.



Figura 20: Evidenciamento parte da frente do galpão.
Fonte: Acervo LEPA/UFSM

Apenas uma parte da estrutura foi evidenciada, mas foi o suficiente para constatar que a estrutura foi bem elaborada, chegou-se a levantar o questionamento se esta estrutura teria sido mesmo um galpão, ou seria uma estrutura reutilizada mais tarde como galpão. Ainda é possível pensar o galpão como morada dos agregados da estância, e como esta foi usada até fins do XX, os galpões não seriam tão rústicos como os do século XIX, mesmo que fosse para peão e agregado morar.

Com esta intervenção foi possível verificar os locais de maior concentração de vestígios arqueológicos, localizando uma possível área de descarte intencional de lixo aos fundos da estrutura principal (casa). Além disso, foi possível perceber aspectos construtivos da estrutura ao lado da estrutura principal (casa) e a possibilidade de ter existido construções mais antigas que essas que não apresentam mais vestígios em superfície. Reafirma-se, com essa intervenção, a simplicidade das construções, com o aproveitamento dos recursos disponíveis no local para a construção, atendendo às necessidades básicas e não ao requinte.

Terceira Intervenção

A terceira intervenção no Sítio Arqueológico Histórico Ruínas da Estância ocorreu do dia 21 de fevereiro a 02 de março de 2011, com o objetivo de escavar a área dos fundos da casa/sede, onde já haviam sido feitas sondagens em 2009. Devido a grande concentração de materiais neste local, levantou-se a hipótese de

ser uma lixeira e por isso a necessidade de uma escavação no local. A escavação localiza-se a 35 m dos fundos da casa.

Inicialmente foram demarcadas sete quadrículas de 1x1 m, denominadas Q1, Q2, Q3, Q4, Q5, Q6 e Q7 (Figura 21). Logo no início da escavação já foram evidenciados muitos fragmentos ósseos e material construtivo, como telhas e tijolos. Além destes, foram encontrados fragmentos de louças, vidro e metais. À medida que as quadrículas foram sendo aprofundadas percebeu-se a presença de carvão e materiais queimados, demonstrando que houve queimas no local.



Figura 21. Escavação das primeiras quadrículas. Acervo LEPA

A camada de ocupação histórica é evidenciada nos primeiros 35 cm de profundidade, onde encontram-se muitos vestígios da ocupação histórica no sítio, e cuja cultura material resgatada indica ser uma lixeira do século XIX. Além da ocupação histórica há evidências de uma ocupação pré-colonial neste nível (Figura 22). A partir dessa camada a coloração do solo modifica-se e há ocorrências menores de material histórico, estando estas associadas à bioturbação no local, provocada por tocas de roedores (Figura 23).



Figura 22: Estratigrafia- limite da camada de ocupação histórica Acervo LEPA

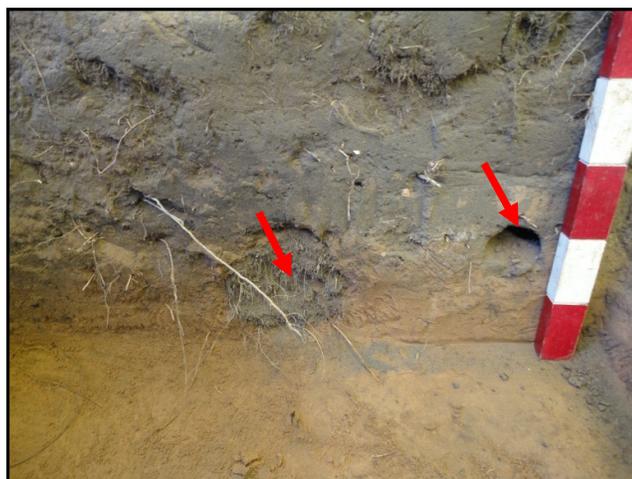


Figura 23: Bioturbação. Acervo LEPA/UFSM

Quando a profundidade das quadrículas ultrapassou os 45 cm surgiram ocorrências de material lítico, revelando uma segunda ocupação pré-colonial no sítio, que se estende aproximadamente até 1,15 m de profundidade. Foram identificadas três camadas estratigráficas, a primeira constituída de matéria orgânica, uma segunda areno-argilosa de cor ocre e a terceira camada estéril (Figura 24).



Figura 24: Estratigrafia. Acervo LEPA

No quarto dia, a escavação nas sete quadrículas iniciais foi encerrada, pois chegou-se a camada estéril do solo. Com isso cinco quadrículas foram abertas, dando continuidade as já escavadas: Q 8, Q7A, Q6A, Q5A e Q4A (Figura 25). Essas seriam escavadas apenas até o nível de ocupação histórica, onde havia grande quantidade de materiais arqueológicos, como ossos, vidros, louças, metais, e materiais construtivos (telha e tijolos).



Figura 25: Escavação das quadrículas 8, 7A, 6A, 5A e 4A
Acervo LEPA

No decorrer da escavação novas quadrículas foram sendo demarcadas, após serem esgotadas as anteriores. São elas a Q8A, Q8B, Q8C, Q7B, Q 3A, Q2A, Q1A, Q3B e Q2B, respectivamente.



Figura 26 e 27: Escavação. Acervo LEPA

Além da escavação aos fundos da casa, foi reaberta uma sondagem controlada realizada em 2009, a sondagem controlada 1, nas frente das ruínas da casa. As quadrículas reabertas foram a 1, 3, e 4 (Figura 28). A retomada desta sondagem visava investigar as ocupações pré-coloniais no sítio, já constatadas nas intervenções anteriores como sendo duas: uma no mesmo estrato da ocupação histórica, e outra a partir dos 50 cm de profundidade.

Com este intuito as quadrículas foram aprofundadas até 1,30 m, e dentre o material resgatado estavam lascas, instrumentos, núcleos e carvão. Sendo a matéria-prima predominante o arenito silicificado e em menor quantidade, alguns fragmentos de calcedônia e quartzo. Os materiais líticos estão associados à indústria Catalanense, definida pelo arqueólogo Antônio Taddei em 1959, assim chamada, pelo fato de os principais sítios localizarem-se nas imediações do arroio Catalão Chico no Departamento de Artigas no Uruguai (MILDER, 2000).



Figura 28: Sondagem controlada 1. Acervo LEPA/UFSM

Na sondagem controlada 1 foram retiradas quatro amostras para datar, a amostra 1 a 10 cm, a amostra 2 a 30 cm, a amostra 3 a 50 cm e a amostra 4 a 70 cm (Figura 29). E na escavação dos fundos da casa foram coletadas duas amostras, a amostra 1 a 15cm, e a amostra 2 a 35 cm. As amostras da sondagem controlada 1 foram datadas pelo laboratório Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA que faz ensaios com LOE e TL, e apresentam as seguintes datas: Nível I: 5.050 ± 560 ; Nível II: 6.880 ± 750 ; Nível III: 7.300 ± 675 ; Nível IV: 12.870 ± 2.050 . Essas datas demonstram uma ocupação bastante recuada para os povos pré-coloniais no sítio.



Figura 29: Amostra para datação- sondagem controlada 1
Acervo LEPA/UFMS

Em anexo, encontra-se um croqui com as estruturas identificadas, bem como, os locais de intervenção arqueológica e os locais que futuramente poderão ser escavados.

A cultura material resgatada pode contribuir para a compreensão de aspectos do cotidiano dos habitantes da Estância Santa Clara, os seus hábitos de consumo e alimentação, os materiais construtivos empregados, assim como o período de ocupação. Tais aspectos serão discutidos no capítulo referente a análise dos materiais. Nesta intervenção foram resgatados 437 fragmentos de louça, 3557 fragmentos de ossos, 198 peças líticas, 356 fragmentos de vidro e 1 inteiro, 116 metais (envolvendo fragmentos e peças inteiras), 502 fragmentos de material construtivo (telhas e tijolos) e 7 fragmentos não identificados na categoria materiais construtivos. No Capítulo 4 será apresentada a análise dos materiais resgatados, dando ênfase para o estudo das louças.

CAPÍTULO 4. VESTÍGIOS DE UM PASSADO ESTANCIEIRO: ANÁLISE DA CULTURA MATERIAL

Os vestígios materiais resgatados nos trabalhos de escavação são indícios de relações sociais que, segundo Funari, não devem ser lidos apenas como dados de forma bruta, pois foram produzidos para atender as necessidades humanas, tendo uma função primária, que visa atender a uma utilidade prática ou uma função secundária (simbólica). Os objetos ainda apresentam-se como o “meio de relação” entre os indivíduos que vivem em sociedade, (...) pois todo o relacionamento das pessoas com o mundo em que vivem passa pelos artefatos” (FUNARI, 2003, p. 33).

Segundo Jean Pierre Warnier, “desde o nosso nascimento até a morte, e mesmo além, nós não escapamos da cultura material, nem mesmo por um breve momento” (2003,p.6). A cultura material permite “perceber de forma direta, palpável, processos de mudança, diversidade social e variadas formas de apropriação dos espaços e das práticas sociais” (TOCCHETTO, 2001, p 8).

Os artefatos, definidos como elementos confeccionados e modificados pela ação humana, são objeto de estudo tanto da arqueologia pré-colonial como da arqueologia histórica (ORSER, 2000, p. 27). Sendo que os objetos estudados pela arqueologia histórica são semelhantes aos que continuam em uso hoje, tanto na sua forma quanto na sua função.

Os utensílios criados especificamente para o comércio são definidos por Orser (2000) como *mercadorias* e constituem a maior parte dos artefatos encontrados em sítios históricos. São “mercadorias produzidas em contextos industriais, vendidas y usadas por personas que no las producen. Los compradores o receptores de estos objetos pueden viver em culturas completamente diferentes, a milhares de kilómetros de los productores”³³ (2000, p;78, 79). Mas os sítios históricos apresentam também objetos artesanais, produzidos muitas vezes no próprio local ou região.

Uma das vantagens da arqueologia histórica é que esta pode valer-se da disponibilidade de informações sobre os artefatos do período histórico para datar sítios e estruturas. Tais informações sobre os artefatos podem ser: datas, marcas,

³³ (...) mercadorias produzidas em contextos industriais, vendidas e usadas por pessoas que não as produzem. Os compradores ou receptores desses objetos podem viver em culturas completamente diferentes, a milhares de quilômetros dos produtores (ORSES, 2000, p.78, 79).

registros de fabricantes, catálogos, etc. A análise de artefatos arqueológicos baseia-se, entre outros aspectos, na definição dos métodos de manufatura, da matéria-prima empregada, dos locais onde foram produzidos, sua utilidade e onde esses materiais foram resgatados. No caso específico da Santa Clara, os vestígios materiais, como cravos, louças do tipo faiança fina, apontam para uma ocupação do século XIX e XX.

Alguns materiais que compõe o sítio arqueológico estudado foram produzidos na região (telhas, tijolos), mas outros são produtos importados, como por exemplo, as louças em faiança fina, de produção inglesa. Acredita-se que essas mercadorias chegavam até o sítio através do comércio legal, ou através do contrabando, prática essa, muito comum na região fronteira.

Segundo Thompson Flores, esse contrabando, no qual as mercadorias têm sua comercialização permitida (como fazendas, roupas, sapatos, utensílios domésticos), mas que não pagaram as taxas alfandegárias, pode ser chamado de descaminho. Neste caso os produtos vão competir com o comércio lícito. Ainda, na fronteira, o pequeno contrabando realizado para suprir necessidades domésticas era bastante vantajoso, devido ao preço significativamente inferior e a facilidade de cruzar a fronteira (THOMPSON FLORES, 2007, p. 58).

Os produtos importados, como por exemplo, os da indústria europeia, entravam pelos portos de Buenos Aires e Montevideu, e de lá chegavam até a fronteira. No século XIX era mais fácil deslocar-se para a Argentina e Uruguai, do que encaminhar-se para fazer comércio em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Além disso, os preços nos portos de Montevideu e Buenos Aires eram inferiores aos encontrados em Porto Alegre e no porto de Rio Grande, e ainda, o comércio poderia ser feito sem ser taxado (THOMPSON FLORES, 2007, p. 62, 63).

Segundo Thompson Flores, referindo-se as mercadorias que entravam através da fronteira,

a maior incidência de importação era, sem dúvida, de fazendas de todos os tipos: das mais baratas e comuns as mais refinadas e custosas. Os demais artigos tais como utensílios domésticos (panelas, louças), bebidas, baralhos, chapéus, sapatos, cortes de roupas e objetos para as senhoras como meias de seda e pregadores de cabelos, também iam de produtos acessíveis, ou comuns, aos mais refinados (2007, p. 64).

Referindo-se ao consumo de louças Machado afirma que:

as vias ilícitas de comércio, como o contrabando, as distâncias entre os compradores e os centros de comércio, os caminhos, vendas, meios de transporte e custo constituem todo um contexto que deve ser considerado quando avaliamos o impacto e a forma como estes objetos chegam à mesa dos habitantes de uma determinada região (2004, p. 192).

Além do contrabando e seus agentes, durante o século XIX dois personagens são fundamentais para a realização do comércio no interior do estado, são eles os mascates e os donos de armazéns. Sendo os mascates que provavelmente repunham as mercadorias dos armazéns (MACHADO, 2004, p.144). No trabalho de Machado ainda constata-se que residir em áreas rurais não implicava em dificuldade de acesso a determinadas mercadorias, pois viajantes/comerciantes levavam suas mercadorias às mais distantes localidades (2004, p. 205).

Segundo Gomes (2001), o acesso a gêneros industrializados nas estâncias, como brincos, pulseiras, soldadinhos de chumbo, bonequinhas de louça e munição, era realizado principalmente pela figura do mascate. A maioria eram imigrantes estrangeiros que juntamente com mercadorias traziam notícias de acontecimentos, principalmente ocorridos na capital. Ainda poderia existir o comércio fixo: “o comércio de Campanha, na fronteira situava-se em certas zonas, representado por casas de secos e molhados e diversos materiais” (AMARAL (1972, p.135) *apud* GOMES (2001, p.50))³⁴.

Ao apresentar aspectos da vida material nas estâncias da fronteira oeste do século XIX Santi afirma que:

a manutenção de hábitos simples contrasta com a aquisição crescente de produtos industrializados que se evidencia neste período no resto do Brasil. O acesso às mercadorias era limitado, mas, a ação dos mascates, (...) e o contrabando intenso e variado tornavam possíveis as aquisições materiais, mesmo nas estâncias fronteiriças (SANTI, 2004,p.108).

Neste capítulo, inicialmente far-se-á considerações gerais sobre alguns tipos de materiais identificados na Estância, mas o foco será o estudo das louças.

Após a definição dos tipos de cerâmicas, considerou-se necessário apresentar uma revisão sobre estudo de louças em unidades domésticas do Rio Grande do Sul, mostrando diferentes contextos e interpretações com relação ao consumo das louças. A seguir discorreu-se sobre as possibilidades interpretativas

³⁴ AMARAL, Anselmo F. **Os campos neutrais**. Porto Alegre: Gráfica Editora Planus LTDA. 1972

sobre as louças, para então entrar na análise específica da coleção da Estância Santa Clara.

4.1. Aspectos gerais sobre a cultura material resgatada

Nas Ruínas da Estância Santa Clara, as evidências arqueológicas encontram-se dispersas por todo o sítio, mas há uma concentração maior numa área específica de descarte de lixo, à 35 m dos fundos da casa. Nesta lixeira há grande ocorrência de ossos, louças, telhas, tijolos, metais e vidros.

Os objetos encontrados, de uso pessoal e doméstico, são indicadores dos hábitos e das necessidades das pessoas que habitavam a Estância, como por exemplo, os utensílios utilizados nas refeições (talheres, louças, panelas), no trabalho, nos cuidados pessoais com higiene e saúde. E também são indicio da religiosidade dos moradores (peças de devoção³⁵, castiçais). As demais evidências resgatadas parecem ser aquelas utilizadas em construções, fundamentais ao abrigo.

Os materiais coletados encontram-se no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM), onde passaram pelo processo de curadoria (lavagem, catalogação, armazenamento e análise).

Telhas e Tijolos

As telhas e tijolos, segundo relatos orais, foram produzidos na própria Estância. Este dado pode ser utilizado para justificar a fragilidade e imperfeições desses materiais, podendo dar indício de uma produção artesanal não especializada, que não necessariamente tinham a produção de telhas e tijolos como um ofício, mas sim como uma questão de sobrevivência e auto-suficiência da propriedade.

Ainda a fragilidade dos vestígios construtivos, como telhas, pode justificar-se pelo tipo de queima das peças. Segundo Goulart:

³⁵ Foi encontrada no sítio uma medalha de Nossa Senhora das Graças, cuja aparição ocorreu na França em 1830. Popularmente a medalha ficou conhecida como Milhagrosa, em decorrência dos milagres e graças alcançadas quando os cristãos intercederam à Santa.

Os fornos com suas diferenças de temperatura, definem também a qualidade da queima do artefato, onde a concentração de calor vai influenciar sua resistência. Nos fornos elétricos, as queimas são homogêneas. Os fornos de combustão de carvão ou lenha levam ao cozimento desigual das telhas, ocasionando a formação de núcleos mais resistentes ou menos resistentes nas peças (2003, p. 199).

Os tijolos utilizados na construção da casa apresentam muitas fissuras, que também podem ocorrer devido ao processo de queima, que acaba definindo a qualidade, a resistência e a impermeabilização desses materiais. Em fornos caseiros, quando a combustão se dá através de lenha ou carvão, o calor não pode ser controlado. Isso resulta em materiais menos resistentes, afetando a própria conservação dos mesmos (Figura 30).

As telhas do sítio arqueológico estudado são do tipo curva (capa e canal). Algumas ainda encontram-se inteiras na superfície do sítio, mas foram encontrados muitos fragmentos no subsolo, que apresentavam espessuras e tipos queima diferenciados (Figura 31).

Existem duas formas de telhas que existem há milênios, tanto no Ocidente como no Oriente, e que mantiveram suas características originais até hoje, são elas a telha curva e a plana. Segundo Brancante, por mais que apareçam variantes de formatos, de dimensões, de acoplamento e de materiais diferentes dos clássicos, todas se enquadram nas duas classificações de origem: a curva e a plana (1981, p. 15),

Já foi comentado anteriormente sobre a variação de espessuras das telhas encontradas, sendo que existem telhas com espessura bem menor evidenciadas no contrapiso do galpão, na lixeira e em alguns poços testes abertos na área da frente da casa e galpão. Estas telhas diferem daquelas empregadas na cobertura dessas estruturas. Isto pode ser indicativo de construções mais antigas no sítio, anteriores ao galpão e a casa, que provavelmente foram desmanchadas e tiveram seus materiais aproveitados na edificação do então galpão e casa.

Desta forma poderiam ter existido edificações bem mais antigas na propriedade, o que confirma uma datação recuada para a Estância, talvez condizente com a época da construção do cubículo, anexo a casa, e também com os inúmeros materiais datados do século XIX.



Figura 30 e 31: Tijolos e Telhas *in situ*. Na imagem dos tijolos é possível visualizar a irregularidades desses materiais. Acervo LEPA/UFMS

Ossos

Quanto aos ossos, a maioria é de gado *vacum* e representam vestígios alimentares dos moradores da Estância. Alguns deles apresentam marcas de corte, que podem ser observadas na Figura 32. Provavelmente outros tipos de alimentos, que não a carne bovina, faziam parte da dieta alimentar desta propriedade, mas vestígios desses alimentos não sobreviveram a ação do tempo.



Figura 32: Vestígios ósseos, marcas de corte
Fonte: Acervo LEPA/UFMS

Metais

Os artefatos metálicos provenientes da Estância Santa Clara estão relacionados em sua maioria à construção (cravos, pregos, tramelas) e as atividades domésticas ligadas às refeições (facas, garfos, panelas). Também foram resgatados alguns materiais bélicos (cartuchos), outros relacionados à religiosidade (medalha milagrosa), e moedas. Nas intervenções realizadas foi identificado pouco material relacionado às atividades no campo e à prática agrícola. Porém acredita-se que

devido ao contexto do sítio esse tipo de instrumento também deve ter existido, apenas não foi encontrado nos locais de intervenção.



Figura 33: Facas e garfo. Acervo LEPA/UFSM



Figura 34: Cravos. Acervo LEPA/UFSM

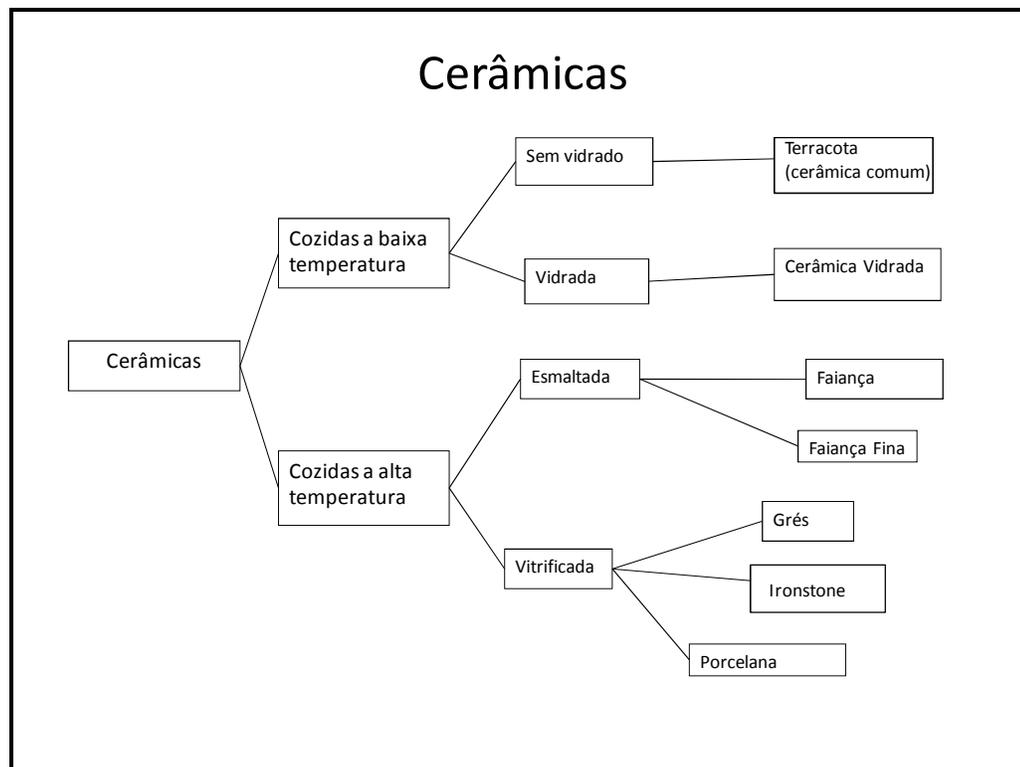


Figura 35: Medalha Milagrosa. Acervo LEPA/UFSM

4.2. Louças

As louças são artefatos inseridos em uma categoria analítica mais ampla, que são as cerâmicas. A denominação cerâmica “abrange todos os produtos derivados de uma composição de argila e outras substâncias minerais, postos ao cozimento para obter solidez e inalterabilidade” (PILEGGI *apud* TOCCHETTO, 2001, p. 21). A cerâmica pode ser dividida em dois grupos, a dos produtos porosos (louça de barro, terracota, produtos de olaria, faiança e faiança fina) e dos produtos não porosos (grés, porcelana, *ironstone*) (TOCCHETTO, 2001, p. 21).

Também se pode classificar as cerâmicas em vidradas e vitrificadas, as vidradas recebem um vidrado apenas em sua superfície, já as vitrificadas não recebem vidrado na superfície, e sim a sua pasta que é vitrificada durante a queima a altas temperaturas e devido as características da argila. As cerâmicas cozidas à alta temperatura (faiança, faiança fina, grés, *ironstone*, e porcelana) são conhecidas na literatura e popularmente como louças (TOLEDO, 2011, p. 124). No esquema abaixo é possível visualizar as várias categorias cerâmicas:



Organograma de categorias cerâmicas. TOLEDO (2011, p. 124)

4.2.1 Louças e unidades domésticas do Rio Grande do Sul oitocentista: diferentes contextos

Já foram desenvolvidos vários trabalhos sobre louças em unidades domésticas buscando compreender a relação dos grupos domésticos que habitavam o local e os vestígios por eles deixados. O estudo desses materiais possibilita que se recuperem aspectos que vão da aquisição ao descarte desses artefatos e possivelmente o comportamento das pessoas.

Em um sítio arqueológico o ambiente doméstico é definido por suas estruturas e pela cultura material presente, caracterizando um local onde se desenvolveram atividades relacionadas a moradia, alimentação, higiene, lazer, trabalho e descarte. Uma unidade doméstica é basicamente representada por uma estrutura que servia como morada, onde se desenrolam práticas cotidianas e onde os seus habitantes interagem. No século XIX os grupos que viviam em uma unidade doméstica não necessariamente eram aqueles unidos por laços de parentesco, mas sim baseados em laços diversos (TOCCHETTO, 2004, p.16).

A seguir será apresentada uma revisão sobre sítios históricos no Rio Grande do Sul que privilegiaram a análise das louças, tanto em ambientes rurais quanto em urbanos.

Um das pesquisas desenvolvidas em unidades domésticas do século XIX no Rio Grande do Sul é o trabalho de Luis Cláudio Symanski que analisou os dois primeiros grupos que ocuparam o Solar Lopo Gonçalves, em Porto Alegre, na segunda metade do oitocentos. A primeira ocupação trata-se da família de Lopo Gonçalves e a segunda do seu sobrinho e genro, Joaquim Gonçalves Bastos.

Inicialmente o Solar era uma sede de chácara, localizada em um ambiente semi-rural. Com o processo de expansão de Porto Alegre a unidade doméstica passou a fazer parte da cidade. As casas de chácara foram comuns durante o período colonial, e mesmo no Império e República. Geralmente localizavam-se na periferia dos centros urbanos e eram uma solução para as famílias mais abastadas, pois apresentavam vantagens como abastecimento de água e possibilidade de cultivar e criar para o seu sustento (SYMANKI, 1998, p. 101).

Lopo Gonçalves também apresentava imóveis na área urbana de Porto Alegre, onde residia oficialmente com a família. O Solar serviria para descansos em

finais de semana e feriados, sendo este um hábito comum entre as famílias mais ricas.

Symanski analisou as louças buscando compreender o comportamento de consumo dos moradores do Solar, principalmente relacionado a *status* socioeconômico. O autor comparou as louças de cada ocupação, visando verificar se houveram diferenças que indicassem mudanças no padrão de comportamento dos seus usuários.

Segundo Syamanski, apesar das altas condições econômicas de Lopo, ele levava um cotidiano modesto. Seu *status* estava impresso em sua vida pública e suas condições econômicas estavam expostas no sobrado que possuía na área urbana, e não nos itens presentes no interior dos seus domicílios.

A simplicidade dos itens de consumo doméstico atesta que ele mantinha um modo de vida modesto em suas residências. Talvez a origem simples de Lopo justifique a sua escolha de levar uma vida mais simples, preferindo aplicar seu dinheiro em bens mais duráveis que os utilizados no ambiente doméstico, e que estavam presentes nas casas de pessoas situadas nas mesmas condições que ele. Lopo “optou por pratas ao invés de porcelanas e por uma residência de alto valor que, por si só, já transmitia eficazmente mensagens indicadoras da sua filiação social” (SYMANSKI, 1998, p.120).

O autor constata ainda que na ocupação de Lopo as louças utilizadas eram compradas em peças avulsas ou trazidas da residência da cidade, não formando conjuntos, além disso nesta primeira ocupação as louças exerceram uma função primordialmente utilitária. Nesse primeiro momento havia uma falta de harmonia estética na mesa do Solar, que demonstra a privacidade das refeições familiares nesta casa de chácara, onde deviam receber apenas amigos muito próximos, para os quais não era necessário demonstrar um alto *status* sócio-econômico (SYMANSKI, 1998, p. 218).

De acordo com o autor, durante o século XIX, “o uso de louças velhas e de pior qualidade em unidades domésticas rurais, tais como sedes de fazendas e chácaras, cujos proprietários viviam na cidade, parece ter sido comum” (SYMANSKI, 1998, p.219).

A menor preocupação das famílias ricas com o conforto doméstico em suas residências rurais talvez deva-se ao fato de que, nesse ambiente, as atividades de socialização envolvendo indivíduos não pertencentes ao grupo doméstico ocorressem com bem menos frequência que na cidade, devido a baixa densidade populacional e ao problema da distância não só

dos núcleos urbanos mas também entre as próprias sedes das fazendas, numa época em que as possibilidades de transporte terrestre eram limitadas a veículos de tração animal (SYMANSKI, 1998, p. 247).

A associação entre ambiente rural e bens de consumo mais baratos não pode ser generalizada para todas as regiões do país. Nas fazendas de café do Rio de Janeiro do século XIX, por exemplo, o desenvolvimento econômico permitiu que seus proprietários adquirissem itens domésticos de alto valor, e até mesmo mudarem seu próprio modo de vida. Ressalta-se que nesse período o Rio de Janeiro foi o centro propagador de um modo de vida burguês no país. No Rio Grande do Sul, mais especificamente no meio rural, houve um menor refinamento dos hábitos e costumes das camadas mais afortunadas (SYMANSKI, 1998, p. 248, 249).

Já na ocupação de Joaquim Gonçalves, genro e sobrinho de Lopo, percebeu-se uma melhoria das louças em termos qualitativos, sendo que os ocupantes privilegiaram a aquisição de *ironstone*, e com predomínio de peças relacionadas ao consumo do chá. Neste segundo momento a residência é ampliada, e diferentemente da primeira ocupação, quando era uma chácara e não era domicílio da família, passa a assumir um caráter de moradia fixa da família e fazer parte, cada vez mais, do contexto da cidade em expansão (SYMANSKI, 1998, 229).

A louça essencialmente utilitária da primeira ocupação foi substituída por uma louça de melhor qualidade, portanto mais cara, que servia para comunicar a filiação social dos moradores aos visitantes externos. Nesta segunda ocupação ganham importância os eventos de socialização com indivíduos não pertencentes ao grupo doméstico, e por isso o predomínio de peças relacionadas ao chá (SYMANSKI, 1998, p. 231).

Também em Porto Alegre, Fernanda Tocchetto (2004) investigou quatro unidades domésticas do século XIX, visando interpretar as práticas cotidianas, como as relacionadas às refeições, ao consumo do chá e ao descarte do lixo. Os sítios arqueológicos pesquisados foram a Casa Riachuelo, o Solar da Travessa Paraíso, o Solar Lopo Gonçalves e a Chácara da Figueira.

Ao mencionar a penetração da lógica do capitalismo no Brasil, através de bens de consumo industrializados, a autora afirma que a estrutura do capitalismo pode variar de localidade para localidade. Existem particularidades em cada contexto, embora seja tentador “ver o capitalismo ou suas práticas chegando como

um pacote às lojas da América, seja com livros ou lotes de louça de Staffordshire” (TOCCHETTO, 2004, p.157).

No início do século XIX, com a abertura de um incipiente mercado capitalista, o Brasil passou a receber gêneros industrializados importados dos centros europeus. O país tornou-se um novo mercado consumidor, integrando-se a economia mundial em processo de consolidação. Dentre esses produtos destacam-se as louças de mesa e chá, como a faiança fina, que no final do setecentos, devido ao seu custo inferior à porcelana, viabilizou a produção em massa e a popularização de itens de uso doméstico e cotidiano (TOCCHETTO, 2004, p. 18).

Esses bens de consumo eram importados juntamente com os significados e práticas que lhes davam sentido nos países de origem, com os objetos vinham também os manuais de etiqueta. Fora dos locais de origem as práticas eram interpretadas, resignificadas e apropriadas conforme as particularidades locais. Na Europa, nos séculos dezoito e dezenove havia toda uma ritualização das refeições e do consumo do chá, que servia para demarcar fronteiras e diferenciações sociais, e em outros lugares buscaram imitar essas elites europeias (TOCCHETTO, 2004, p. 180).

Embora sejam fisicamente semelhantes ou iguais, esses objetos produzidos em massa revelam uma diversidade de usos e conotações, de acordo com cada contexto, ao acesso desigual, às posições socioeconômicas diferenciadas e escolhas particulares que seguem outros critérios que não o econômico e utilitário. Segundo Tocchetto o consumo não pode ser reduzido à exibição de *status* e à utilidade, mas deve ser considerado a construção de significados simbólicos (TOCCHETTO, 2004, p. 183).

Desta forma a autora buscou examinar a apropriação das práticas e costumes europeus no contexto em que os sítios estão inseridos, considerando as especificidades locais, que resultam em apropriações diferenciadas dos itens de consumo, dos discursos e das práticas.

Outro trabalho que se propõe a analisar a louça em contexto urbano é o de Luciana Peixoto (2009), que busca caracterizar o comportamento de consumo da sociedade pelotense do século XIX (1830-1900) através da louça recuperada na área central urbana da cidade. Para estudar essa área central a autora analisou cinco sítios arqueológicos, que consistem em casarões e a praça central da cidade, que em conjunto formaram uma lixeira coletiva no decorrer do século XIX. Esses

locais são representativos para entender a formação inicial do núcleo urbano, o seu período de apogeu econômico, e locais como a praça, servem de testemunho de todo o processo de ocupação do centro urbano.

Na segunda metade do século XIX Pelotas se destacou no cenário do estado. Neste período a cidade se tornou referência devido a sua riqueza econômica, propiciada pela indústria do charque. Segundo Peixoto (2009) “apesar de sua formação tardia, Pelotas teve um rápido desenvolvimento econômico e urbano, o que possibilitou o seu desenvolvimento social e cultural, fazendo com que, em determinados períodos ela fizesse frente aos grandes centros da época” (p.10).

A autora considera que a louça pode ser utilizada, além de referencial cronológico, como um excelente indicador de desenvolvimento urbano, ou mais especificamente, de urbanização. E que a adoção de um modo de vida urbano passa necessariamente pela adoção de novos valores e comportamentos, como por exemplo, a adoção de comportamentos que reforcem a distinção social entre os habitantes.

Peixoto sugere que foi a partir da década de 1840, período em que Pelotas está saindo da estagnação provocada pela Revolução Farroupilha, e retomando o crescimento e desenvolvimento econômico, que a cidade se inseriu efetivamente no mercado de consumo em escala internacional. A partir desse momento houve uma disseminação de produtos importados no mercado local, permitindo que um número maior de pessoas tivessem acesso a eles, como por exemplo, as louças (PEIXOTO, 2009, p.146).

O período ente 1860 e 1890 é identificado como o de expansão e auge da economia pelotense, e segundo Peixoto (2009), a cultura material comprova as condições econômicas favoráveis desse momento, pois há um grande consumo e oferta de produtos no mercado, principalmente impulsionados pela necessidade de ostentar as condições econômicas (p. 150). A autora associa também o consumo do chá e café com o desenvolvimento urbano da cidade. A presença de aparelhos de chá na amostra sugere a prática de reuniões sociais, que exigia um maior aparato de louças.

A autora afirma que o crescimento demográfico impulsionado pelas condições favoráveis da economia charqueadora fazia com que novos hábitos e costumes fossem incorporados pela sociedade, o que se tornava visível pelo consumo de novos produtos. Neste período, esteve presente “a emulação das elites pelos

segmentos médios da população, assim como da burguesia europeia pela elite” (PEIXOTO, 2009, p.156).

Duas das pesquisas a serem apresentadas nesta revisão referem-se ao meio rural, um estabelecimento estancieiro do século XIX, também localizado no município de Quaraí. São as pesquisas de Flamarion Freire da Fontoura Gomes (2001) e Grasiela Tebaldi Toledo (2011), realizadas no Sítio Arqueológico Estância Velha do Jarau.

A Estância Velha do Jarau foi ocupada no início do século XIX, até o início do século XX, configurando-se pelo desenvolvimento da pecuária e como espaço doméstico, onde o estancieiro morava com sua família.

As terras da estância tiveram diversos proprietários, estando entre os primeiros Maneco dos Santos Pedroso, que construiu as primeiras mangueiras de pedra, e Bento Manuel Ribeiro que estabeleceu o complexo estancieiro em 1828. A Estância foi abandonada entre os anos 1905 e 1907, devido a um incêndio de origem desconhecida e o aumento da passagem de pessoas na região depois da construção de uma estrada nos arredores.

Gomes (2001) dedica-se ao estudo do funcionamento da Estância Velha do Jarau, a partir de uma arqueologia espacial. O objetivo era compreender como se organizava a comunidade estancieira através da disposição e finalidade das estruturas que formavam o complexo de edificações destinadas a atividades econômicas e domésticas.

O autor se propõe a analisar a estância sob o viés da cultura material, e afirma que esse tipo de propriedade é uma sociedade complexa, repleta de diferenciações. Gomes analisou estruturas remanescentes da estância, como mangueiras, cemitério, entre outros; e as estruturas evidenciadas pela escavação, como pisos, contrapisos e alicerces. Dos materiais exumados em escavação Gomes se dedicou em especial ao estudo das louças, considerando-as como indicadores cronológicos e econômicos, identificando os locais das escavações onde esse material foi encontrado como complexo central (2001, p.14).

Ao analisar as louças, Gomes (2001), afirma haver uma ausência de uniformidade nos conjuntos, isso devido à diversidade de decorações encontradas, também ressalta as dificuldades de acesso a um comércio regular na estância, fator esse que também pode explicar a escassez do exemplares. A utilização das louças

teria mais um caráter funcional do que ostentação, e poderia ser proveniente dos aparelhos de louça das propriedades localizadas nas cidades.

Foi resgatada uma grande variedade de fragmentos de louça indicando que as condições de acesso se dava em pequena escala, adquiriam-se poucos exemplares em cada oportunidade. O isolamento da Estância Velha do Jarau pode explicar a despreocupação com uma uniformidade no padrão decorativo das peças, pois não havia preocupação quanto ao recebimento freqüente de visitas.

Outro trabalho relacionado à Estância Velha do Jarau é o de Toledo (2011), que estuda as estruturas centrais relacionadas ao espaço doméstico da estância, definindo suas funções, juntamente com a análise das louças resgatadas no sítio. A análise da autora se pautou, principalmente, pelas condições de acesso aos itens industrializados no sítio, pela especificidade do comércio realizado pelos mascates e contrabando na região.

O consumo e a utilização das louças na estância foi relacionado com a disponibilidade de adquirir esses produtos, não as considerando como indicador de status socioeconômico ou de distinção social neste ambiente fronteiriço, e sim como objetos utilizados cotidianamente e que configuram o espaço estancieiro do século XIX como um ambiente doméstico e familiar, e não só como local de conflito e criação de gado. A escolha de não relacionar as louças as questões de status e riqueza foi justificada pela preocupação em mostrar as especificidades do contexto fronteiriço, sendo que “os grupos sociais podem estar ressignificando os valores capitalistas segundo aspectos regionais e locais” (TOLEDO, 2011, p.136).

Toledo percebeu que há preponderância da utilização de recipientes fundos no sítio, com maior presença de malgas, xícaras e canecas, entre outros. Esse dado pode está relacionado a forma de consumir os alimentos, sendo os utensílios com maior concavidade destinados a consumir líquidos e pastosos. A autora explica esse maior consumo de recipientes fundos ao fato de ter sido identificado por Nobre (2011), através do estudo dos vestígios faunísticos, um consumo maior de ensopados do que carne em forma de churrasco na Estância Velha do Jarau. Segundo Toledo, relacionando o estudo das louças e dos ossos foi possível perceber as formas de preparo dos alimentos e os gostos dos ocupantes da estância (TOLEDO, 2011, p. 170).

A autora identificou grande variedade de técnicas e padrões decorativos na amostra analisada, não formando conjuntos para chá ou jantar. Essa variedade foi

relacionada com o acesso a esses bens: “os mascates poderiam estar trazendo peças avulsas, de variadas decorações e preços, e estas eram adquiridas pela necessidade do momento, sem preocupação com a formação de conjuntos para jantar ou chá” (TOLEDO, 2011, p.164).

As escolhas de consumo dos habitantes da estância estavam relacionadas as suas necessidades, sem preocupação com a ostentação e busca por distinção através das louças. Estas cumpriam funções utilitárias nesse cotidiano doméstico rural (TOLEDO, 2011, p. 170).

Outra pesquisa que apresenta análise de louça é a tese de Neli Galarce Machado (2004), *Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS- uma perspectiva arqueológica*. O objeto de estudo da autora é a cultura material de dois sítios arqueológicos históricos do século XIX no Rio Grande do Sul, Sítio Guarda de San Martin e Casa dos Mello, localizados no município de São Martinho da Serra.

Além da cultura material (louças, vidros, cerâmica indígena, cerâmica dos escravos, metal) Machado analisou as estruturas físicas do sítio. A autora discutiu questões como o comportamento de consumo nos sítios arqueológicos, se era considerável, ou apenas para a sobrevivência, se demonstrava *status* ou apenas consumia-se o necessário.

O acesso às mercadorias também foi discutido, segundo a autora, “provavelmente essas mercadorias chegavam via mascate, fato comum no período nessas regiões (...). Sabe-se que estes mascates não traziam aparelhos de jantar ou chá completos em suas mulas, até porque seria difícil carregar” (MACHADO, 2004, p.167). A localização geográfica do município também dificultaria o acesso às mercadorias, pois estava a 320 km de Porto Alegre e a uma altitude de 700 m na serra. O acesso às louças nos sítios estudados deve ter ocorrido através do comércio lícito e também através do contrabando.

Quanto à análise das louças nos sítios abordados a autora afirma que em regiões distantes dos grandes mercados, como São Martinho, a louça era apenas mais um elemento da tralha doméstica. Ainda foi verificado a presença massiva de louça barata em ambos os sítios, com formas e funções variadas. Em nenhum dos sítios há conjuntos de mesa, havendo uma variedade de peças. Situação essa bem diferente da encontrada para o Rio de Janeiro e Porto Alegre do século XIX.

Com essa revisão percebe-se que a cultura material e seus possíveis significados variam de acordo com o contexto em que as unidades domésticas estão inseridas. Os trabalhos realizados nas unidades domésticas fornecem dados sobre os diferentes modos de vida mantidos em ambientes urbanos e rurais, assim como os comportamentos de consumo.

4.2.2 Possibilidades interpretativas do estudo das louças e análise dessa categoria material na Estância Santa Clara

As louças são um dos vestígios comumente encontrados em sítios históricos, e podem ser indicadores cronológicos, das condições socioeconômicas dos habitantes, das tendências de consumo e escolhas das pessoas. É interessante constatar que a finalidade primordial dos artefatos cerâmicos, sejam eles contemporâneos ou pré-coloniais, é servir de suporte para contenção de resíduos sólidos ou líquidos, porém estes podem ser dotados de uma carga simbólica que transcende a funcionalidade original, atribuindo a estes inclusive sinais de identidade de classe, *status* e escolhas.

Mesmo assim, deve-se levar em consideração que os artefatos não são apenas indicadores de posição social, e também se questiona até que ponto a louça estrangeira pode indicar cronologia e *status* em contextos diferentes do de sua produção (SOUZA, 2010, p.6). Ainda segundo Deetz *apud* Lima “as louças devem ser compreendidas não apenas em seu papel funcional, mas também simbólico (1977:50)” (LIMA, 1995, p.129). Além disso, um enfoque que privilegie demasiadamente questões relacionadas aos *status* socioeconômico estará considerando apenas a fase de existência do objeto relacionada à entrada na unidade doméstica (SYMANSKI, 1996).

As louças ainda estão relacionadas a atividades domésticas e aos lugares indicadores dessas atividades, sejam ligadas a alimentação, higiene e descarte. Os contextos domésticos, aos quais estão relacionadas as louças, possibilitam a interpretação do cotidiano, das práticas e do local onde se vive (TOLEDO, 2008, p.28, 29). Segundo Lima as louças geralmente estão associadas à esfera feminina, pois estão estreitamente vinculadas ao subsistema alimentar, com o qual as mulheres sempre estiveram tradicionalmente envolvidas (1995, p. 130).

O estudo das louças, além permitir que se estabeleçam cronologias para os sítios, pode possibilitar a compreensão de aspectos do cotidiano dos habitantes, como comportamento, os gostos, escolhas, poder aquisitivo, *status* e afirmação da hierarquia entre as pessoas que habitavam as unidades domésticas. O consumo pode ser um indicativo de *status* social, quando a partir das suas escolhas as pessoas buscam se diferenciar de segmentos situados em posições socioeconômicas inferiores. Segundo Lima:

Artefatos são produtos de construções mentais e as pessoas os utilizam para falar aos outros sobre si mesmas e sobre sua visão de mundo. Os indivíduos revestem os objetos de significados, projetam neles seus desejos inconscientes, manipulam sua carga simbólica, reforçam através deles suas posições na hierarquia social, de tal forma que eles são representações tangíveis de uma intrincada trama de relações (1997, p. 12).

Não se pode afirmar que as louças tenham caráter apenas utilitário, sem nenhum significado para os moradores, até porque o uso de louça foi uma necessidade criada pelo desenvolvimento industrial, antes outros objetos eram empregados para cumprir suas funções. E também não pode se reduzir o consumo apenas à exibição de *status*, pois segundo Tocchetto:

A cultura material informa sobre atitudes, valores, modos de vida e sua interpretação caminha na direção de seu papel simbólico na conformação de limites sociais, divisões culturais e posições na estrutura social (Lima, 1999) de homens e mulheres dos grupos sociais domésticos. Informam sobre a conformação a normas sociais, a condutas compartilhadas e aceitas como certas, mas também sobre a ação dos indivíduos, sua participação ativa na condução de sua vida cotidiana, suas intenções e consciência prática (2004, p. 22).

As interpretações sobre a presença de louças em sítios históricos podem ser variadas, buscando na maioria das vezes estabelecer padrões de comportamento e consumo. No entanto, é fundamental que se relacione tais objetos às especificidades regionais onde os sujeitos estão inseridos.

Nesse sentido, as louças da Estância Santa Clara foram analisadas dentro dos pressupostos apresentados acima, buscando compreender seus usos e significados. As louças foram resgatadas nas intervenções de campo de 2009 e 2011. Os procedimentos metodológicos adotados na análise foram os seguintes: análise da dispersão espacial das louças no sítio; descrição da pasta (faiança, faiança fina, *Ironstone*, porcelana, grés, cerâmica vidrada, porcelana brasileira); do

tratamento de superfície (acabamentos, esmalte (*creamware*, *pearlware* ou *whiteware*) e gretamento) no caso da faiança fina; decoração ou ausência desta; parte constituinte do recipiente (parede, borda, base, alça); forma geral (prato, xícara, etc.); função (alimentação, higiene e cuidados pessoais, ornamentação); defeitos na produção; e significado do consumo desta categoria material na unidade doméstica estancieira, localizada na fronteira. As louças teriam apenas caráter funcional? Eram demarcadores de *status*? Que significados poderiam ter para aqueles que a consumiam?

Além disso, busquei investigar se as faianças finas são mesmo estrangeiras ou de produção nacional, pois a partir do século XX surgiram as primeiras fábricas deste produto no país. Segundo Rafael Abreu (2010, p.1), que analisou louças em faiança fina de uma fábrica nacional, não estamos preparados para ver a louça nacional, ficando a dúvida se ela está presente ou não nos sítios arqueológicos, sendo muitas vezes classificada como não identificada. Há também uma supervalorização da faiança inglesa em detrimento das de produção nacional.

Como já mencionado, as louças estão relacionadas com atividades domésticas e com os locais onde se desenrolavam estas atividades, seja a habitação onde ocorrem as refeições e cuidados pessoais, ou seja, áreas de descarte. Nesta pesquisa avaliou-se a dispersão do material pelo sítio, através das diversas intervenções. Embora as evidências encontrem-se dispersas por todo o sítio arqueológico, identificou-se uma área de descarte, onde há muita concentração de vestígios arqueológicos, com sinais de queimas no local. Esta área foi escavada na intervenção de 2011. A seguir será apresentado o gráfico com a dispersão das louças por área de intervenção, situando estas áreas de acordo com as estruturas remanescentes da sede (Gráfico 1).

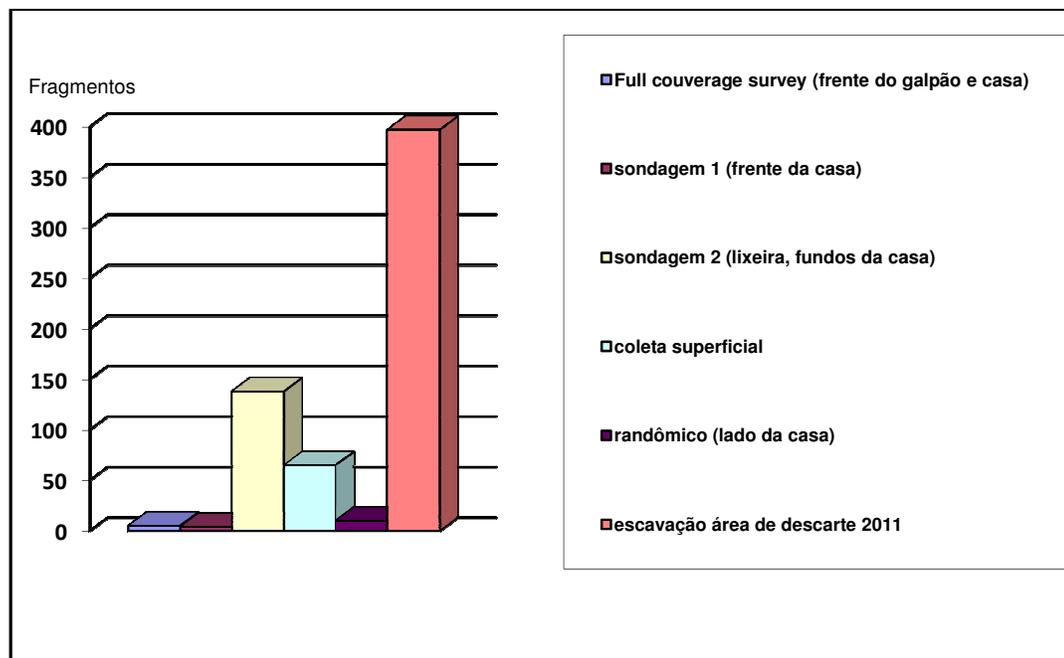


Gráfico 1: Distribuição das louças por área de intervenção

Com a análise da dispersão do material percebe-se que na área em frente à habitação há menor quantidade de materiais que nas demais áreas do sítio, o que denota uma preocupação, ao menos em parte, dos moradores com a fachada da propriedade. Além disso, percebe-se a grande concentração na área dos fundos da sede, identificando este local como uma lixeira do século XIX. Em alguma (as) das ocupações se deu destino fixo ao lixo, demonstrando que nem todo descarte era realizado em qualquer local e confirmando a afirmação de Tocchetto (2004) de que em sedes de estância e chácaras do século XIX era comum o descarte aleatório de lixo, mas também faziam buracos para o descarte de lixo doméstico.

Porém ressalta-se que os discursos e medidas higienistas, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, estavam mais voltadas para as cidades, visando tornar os ambientes urbanos “modernos”, seguindo os parâmetros europeus. As áreas rurais estavam à margem desse processo, distante do olhar da fiscalização, sendo que, a incorporação de práticas e valores modernos ocorreu primeiramente nas cidades, para mais tarde chegar efetivamente ao campo (TOCCHETTO, 2004, p. 261).

Adentrando em uma análise mais específica das louças do sítio arqueológico Estância Santa Clara, identificou-se a presença de diferentes tipos de pasta, foram encontrados fragmentos de faiança fina, *ironstone*, grés, cerâmica vidrada, porcelana, e porcelana brasileira. Há predominância no sítio do tipo de louça faiança

fina, bastante popular no Brasil durante todo o século XIX, que começou a ser importada da Inglaterra (em maior quantidade) após a abertura dos portos em 1808, e cuja produção nacional começou no século XX.

No início do século XIX, o Brasil passou a receber gêneros industrializados importados dos centros europeus, passando a integrar, como um novo mercado consumidor, a economia mundial em processo de consolidação do capitalismo. Com o processo de industrialização se intensificando, novos mercados e novos consumidores passaram a ser atingidos, antes impossibilitados de adquirir produtos dirigidos a setores com alto poder aquisitivo.

Dentre a variedade de itens produzidos pela indústria europeia, destacam-se as louças. Segundo Tocchetto, “no final dos setecentos, a faiança fina, de custo inferior a porcelana, viabilizou a produção em massa e a popularização de itens de uso cotidiano e doméstico” (2004, p 179). As louças de produção inglesa passaram a ser consumidas em quase todas as partes do mundo, sendo que os mesmos produtos eram encontrados em diversos lugares do globo, constituindo a expressão pioneira do consumo em massa.

Na intervenção de 2009 foram resgatados 183 fragmentos, sendo 164 faiança fina (96 *pearlware* ou *whiteware*, 32 *pearlware*, 18 *whiteware*, 18 *creamware*), 14 *ironstone*, 1 grés, 1 porcelana brasileira e 3 não identificadas. Na escavação de 2011 foram resgatados 437 fragmentos, sendo 407 de faiança fina (257 *pearlware* ou *whiteware*, 72 *pearlware*, 59 *whiteware*, e 19 *creamware*), 14 *ironstone*, 6 grés, 6 porcelana brasileira, 4 não identificadas. O total analisado foi de 620 fragmentos. (Gráfico 2)

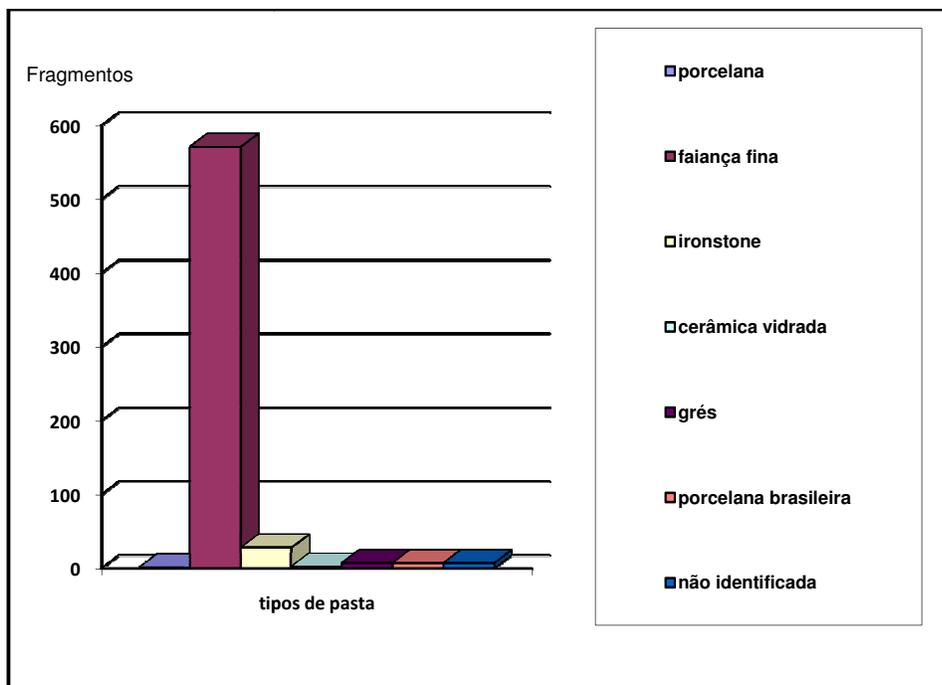


Gráfico 2: Tipos de pasta

Abaixo seguem as definições dos tipos de pasta encontrados na **Estância Santa Clara**:

-Porcelana: É uma louça branca, vitrificada, translúcida e sonora, que foi produzida inicialmente na China, durante a Dinastia Tang (618 a 906). Na porcelana não é possível verificar o limite entre a pasta e o esmalte. A pasta é composta por argila branca (caulim), quartzo, feldspato ou minerais de composição análoga, sendo o cozimento em alta temperatura. Na Europa o primeiro exemplar surgiu na Alemanha, no século XVII. E a produção nacional teve início no século XX.

-Grés: O grés apresenta textura forte, densa, impermeável, de grão fino, cozidos a alta temperatura e levados a vitrificação total. Este tipo de cerâmica está presente desde o século XVII até os dias de hoje no país, sendo utilizado também em louça sanitária e isolantes elétricos (ZANETTINI, 1986, p. 121). O grés dispensa a aplicação de vidrados e esmalte para tornar-se impermeável.

A sua impermeabilidade é característica da pasta composta por substâncias que a altas temperaturas entram em semifusão ou vitrificação total (PEIXOTO, 2004, p. 17). Foi originalmente produzido na Alemanha, por volta do século XV, mas passou a ser amplamente fabricado pela Inglaterra, França e Holanda. Devido às suas características impermeabilizantes tornou-se um excelente recipiente para o transporte de bebidas. Durante o século XIX países europeus exportaram

recipientes de grés contendo cerveja, genebra, água mineral e nanquim. Segundo Machado, muitos desses frascos “não apresentavam marcas e foram aqui reaproveitados para engarrafar bebidas nacionais” (2004, p. 97).

-Ironstone: O tipo de louça *ironstone* é uma louça semivítrea, de dureza intermediária entre a faiança fina e a porcelana, que começou a ser produzida na Inglaterra no começo do século XIX. A preponderância desse tipo de louça foi no final do século XIX. A sua identificação é difícil, pois é um material muito parecido com a porcelana, porém este ainda apresenta uma diferenciação entre pasta e esmalte, que estabelece a diferença entre esses dois tipos de louça. Na produção nacional, devido às semelhanças entre essas categorias de louça, não há distinção entre elas, sendo o *ironstone* muitas vezes chamado de porcelana brasileira (TOLEDO, 2011). Na Estância Santa Clara há presença de *ironstone* decorado com frisos dourados, que se tornou popular após a década de 70 do século XIX.

-Porcelana Brasileira: Produção nacional em *ironstone*/porcelana, cuja diferenciação dessas pastas não se fazia no Brasil, sendo que muitas vezes o *ironstone* era chamado de porcelana (TOLEDO, 2011, p.139). A louça nacional é mais recente (século XX) e mais barata que a louça estrangeira (SOUZA, 2010, p.195).

-Cerâmica vidrada: Segundo Brancante, este tipo de louça nada mais é do que a terracota agregada a um vidrado obtido a partir da queima, em resumo “a terracota, ao caminhar no tempo, encontra-se com o vidro e se cobre então com uma nova vestimenta, impermeável e colorida e assim ornada, sobe de categoria e adquire um novo “status” na sociedade cerâmica, com o nome de louça ou barro vidrado” (1981, p. 29). Geralmente é feita em torno e coberta por um esmalte vidrado, foi comum em assentamentos coloniais dos séculos XVIII e XIX. Foi substituída aos poucos pela faiança fina, mais resistente e barata, mas mesmo assim continuou a ser produzida.

-Faiança fina: A faiança fina é uma louça com pasta permeável, opaca, de textura granular, e quebra irregular, que para tornar-se impermeável a líquidos precisa ser revestida com esmalte. A faiança fina resultou de uma revolução na indústria cerâmica inglesa do século XVIII, representando um esforço para superar a faiança clássica e alcançar a porcelana no Ocidente. Devido à qualidade da pasta e fabricação mais simples a faiança fina substituiu a faiança portuguesa, e também concorria com a porcelana (TOCCHETTO, 2001, p.22). A inovação, com relação à

faiança portuguesa, foi a possibilidade da faiança fina poder ser decorada direto na cerâmica, sendo necessário apenas uma esmaltação, ao contrário da faiança portuguesa que passava por um número maior de queimas e esmaltação, tendo, desta forma, seus produtos encarecidos (SOUZA, 2010, p. 139).

A temperatura de queima deste tipo de louça varia entre 600 e 1150 graus. A confecção inicial era realizada em torno, substituído por molde em 1750. Elementos da faiança fina como o esmalte, a técnica de decoração e a decoração “fornecem indicações referentes, entre vários aspectos, a tendências de consumo e gosto, bem como ao período de fabricação das peças” TOCCHETTO, 2001, p. 23).

Esse tipo de louça foi genericamente denominado louça inglesa, porém não se pode confundir faiança fina com louça inglesa, pois sua produção se expandiu para outros países da Europa e do mundo, e durante o século XX para o Brasil.

Como a maioria da coleção é composta por faiança fina analisou-se o tratamento de superfície deste tipo de louça, como o acabamento e o esmalte. O acabamento é semelhante a um alisamento da superfície interna e externa da peça, quando esta ainda está úmida e não passou pelo segundo processo de queima, servindo para eliminar irregularidades e partículas que aderem à pasta quando úmida. Estes acabamentos podem deixar marcas visíveis na superfície da louça, como linhas ou estrias. Nos fragmentos analisados da Estância Santa Clara perceberam-se em alguns casos essas estrias ou linhas nas superfícies, originadas durante o processo de acabamento. Estas marcas do acabamento podem denotar despreocupação com a qualidade da produção, e sim com a quantidade, o que é típico de produções em série (SOUZA, 2010, p.91).

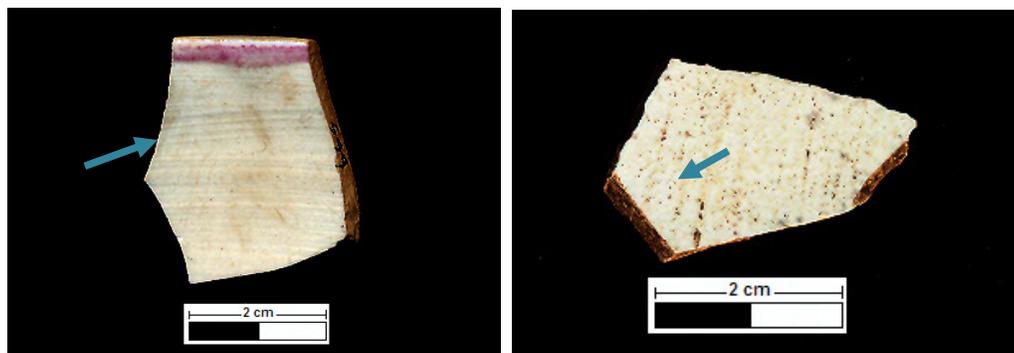


Figura 36: Estrias na superfície das louças. Acervo LEPA/UFSM.

Outro tratamento de superfície da faiança fina é o esmalte, que pode ser *creamware*, *pearlware* ou *whiteware*, esta classificação é baseada na cor e componente químico do esmalte, sendo, em muitos casos, questionável a sua adoção. Antes de definir cada termo uma ressalva deve ser feita com relação à denominação esmalte, pois segundo SOUZA (2010, p.92) este termo, embora reconhecido na arqueologia brasileira, apresenta variações de significado, como por exemplo, na Engenharia de Produção, que define esmalte como uma cobertura vítrea aplicada sobre superfícies metálicas. Portanto o autor prefere utilizar o termo vidrado, que é uma cobertura aplicada às cerâmicas, e que após a queima, em alta temperatura, forma uma camada vítrea fina que impermeabiliza a peça.

A louça *creamware*, criada por Josiah Wedgwood, é uma louça de corpo creme com esmalte de coloração esverdeada devido à aplicação de óxido de chumbo, substituindo o sal marinho que caracterizava o esmalte das faianças. O *creamware* foi produzido a partir de 1759 e começou a ser superado por volta de 1810 pelo tipo de esmalte *pearlware*, também criado por Josiah Wedgwood. O *pearlware* produzido a partir de 1779, caracteriza-se por tons azulados observados principalmente nos pontos de acúmulo (bordas e bases), devido a adição de óxido de cobalto, o azul vai variar de acordo com a quantidade de óxido de cobalto adicionada. Um *pearlware* claro pode ser até mesmo confundido, a olho nu, com o esmalte *whiteware*, além disso, partes que não apresentam acúmulo não podem ser identificadas, correndo-se o risco de classificar como *white* o que seria *pearl*.

Por volta de 1830 e 1840 o *pearlware* foi sendo abandonado, dominando o tipo *whiteware*, produzido a partir de 1820 e que continua sua produção até hoje devido ao seu custo inferior, o “barateamento, portanto, se deu em parte pela diminuição na quantidade de cobalto da composição do vidrado” (SOUZA, 2010, p.191). Este esmalte caracteriza-se por ser extremamente branco.

Segundo Tocchetto o esmalte não possibilita uma periodização mais estreita da fabricação da louça, pois o período de utilização de cada esmalte é amplo e ainda não é identificado facilmente em fragmentos cerâmicos pequenos (2003, p.24).

Uma crítica bem pautada, quanto à classificação dos esmaltes nos três tipos descritos acima, é de SOUZA (2010, P.93), segundo o autor esta classificação é falha para sítios históricos no Brasil do século XIX e XX. Ao analisar faianças finas de produção nacional o autor utiliza a classificação, e obtêm como resultado a

maioria de peças com esmalte *pearlware*, porém através de análises físico-químicas constatou-se apenas a presença de óxido de chumbo, e não de óxido de cobalto, atribuído a coloração azulada do *pearlware*, afirmando que:

Esse, portanto, é um outro vidrado e sua identificação mostra que não se pode classificar de *pearlware* todos os vidrados apenas porque são azulados nos locais de acúmulo, já que o chumbo também pode apresentar tais características. O que se esquece, por fim, é que tanto *creamware* quanto o *pearlware* eram compostos por chumbo, que é o elemento que compõem o vidrado. Cobalto e materiais como cobre ou estanho são elementos colorificantes, portanto é equivocado dizer que o *pearlware* (enquanto esmalte específico de uma produção inglesa da época) é um vidrado de cobalto, quando na realidade é um vidrado de chumbo, com cobalto.

Além disso, o autor argumenta que no Brasil produziam-se louças em faiança fina, que tinham vidrado esteticamente semelhante ao *pearlware*. Não se pode, desta forma, classificar imediatamente uma louça em “faiança fina não decoradas (ou mesmo com decorações como *trigais* e *willows*)” como inglesa e do século XIX, por apresentar as características do *pearlware* (SOUZA, 2010, p.194). A não identificação da louça nacional junto a louças estrangeiras leva a um erro de cronologias e interpretações, pois a louça nacional é mais recente (século XX) e mais barata que a louça estrangeira (SOUZA, 2010, p.195).

Mesmo considerando a crítica de Souza bem sustentada resolvi fazer a classificação usual, mas ressaltando as possibilidades levantadas pelo autor, e não utilizando deste atributo para estabelecer cronologias, ou diferenciar faiança fina estrangeira da nacional. Ao analisar os fragmentos da Estância Santa Clara, onde predominam faianças finas, permitiu-se a classificação “*whiteware* ou *pearlware*” para o esmalte em fragmentos que não apresentam pontos de acúmulo, como bordas e bases (Gráfico 3).

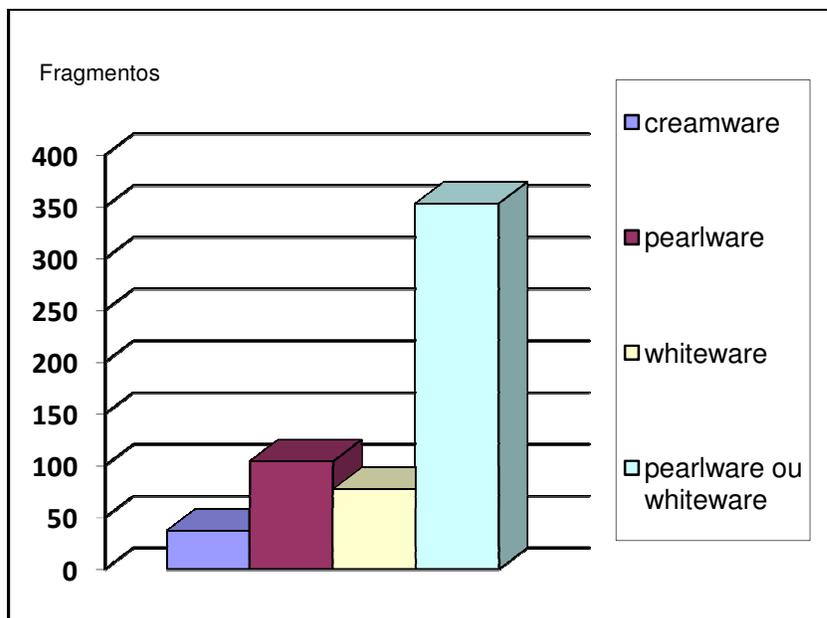


Gráfico 3: Tipos de esmalte identificados nas louças da Estância Santa Clara

Ainda falando sobre o tratamento de superfície das louças, mais especificamente sobre o processo de esmaltação, foi identificado nas faianças finas pequenas rachaduras no esmalte, denominado craquelado ou gretamento. Segundo Souza o gretamento é:

o efeito causado por tensão vidro-cerâmica, pela abertura do forno com louças ainda quentes (KINGERY & VANDINER 1986:267) e pela expansão por umidade da pasta, podendo ocorrer durante o uso ou após o descarte da peça, sendo, portanto uma ação inconsciente e não proposital dos usuários. (...) pode se manifestar de diferentes formas. A maioria das vezes chega até a superfície em forma de pequenas fissuras...outras vezes, as fissuras permanecem ocultas (2010, p.98).

O gretamento pode ser imediato, logo que a peça sai do forno, ou retardado, que ocorre devido à deformação da pasta quando em contato com a umidade, o que provavelmente ocorre em louças de unidades domésticas, nas quais o gretamento ocorre lentamente (SOUZA, 2010, p.98). Nos fragmentos de faiança fina analisados percebeu-se com maior frequência o gretamento com fissuras não tão aparentes, o que denominei de gretamento leve e aquele em estado bem avançado, com fissuras já marcadas pelos resíduos que se acumularam entre as rachaduras. No caso dos fragmentos encontrados na Santa Clara o gretamento pode ter ocorrido após a quebra dos recipientes.



Figura 37: Gretamento. Acervo LEPA/UFSM

Os fragmentos também foram classificados quanto às partes constituintes de um recipiente, ou seja, em parede, borda, base, alça, tampa (Gráfico 4). Quando possível, houve a remontagem de alguns fragmentos. Em alguns casos, a identificação da parte da peça possibilita que se perceba se eram planas (para conter sólidos) ou côncavas (para conter líquidos), e também facilita a determinação da funcionalidade, se eram objetos de jantar, ou de chá/café. Os fragmentos resgatados na estância encontram-se bastante fragmentados, não sendo possível identificar se as louças eram plana ou côncavas.

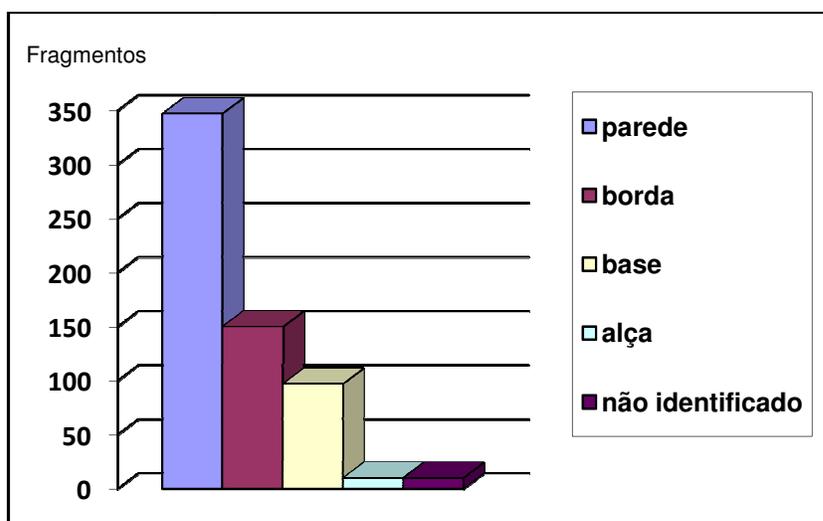


Gráfico 4: Tipos de fragmentos

A maioria da coleção encontra-se bastante fragmentada, sendo possível identificar a forma geral apenas em alguns casos, dentre estas se identificou formas gerais destinadas as refeições (pratos, malgas, xícaras, pires), relacionadas aos cuidados pessoais e poucos destinados à decoração. Identificou-se um pequeno fragmento de um bibelô, e a base de um provável castiçal (Gráfico 5)

Nos casos em que foi possível perceber a função verificou-se que a maioria das louças seriam destinadas as refeições, pois predominam os pratos, e algumas relacionam-se aos cuidados pessoais, como higiene e saúde (Gráfico 6). Desta forma infere-se que as louças eram bastante utilitárias, os moradores optavam pela aquisição de peças com utilidade prática de acordo com seu contexto e não voltadas a exibição de *status*, ou destinada a rituais específicos, como o chá. Ainda com relação à função, neste contexto rural, as peças poderiam assumir várias funções, e não uma única.

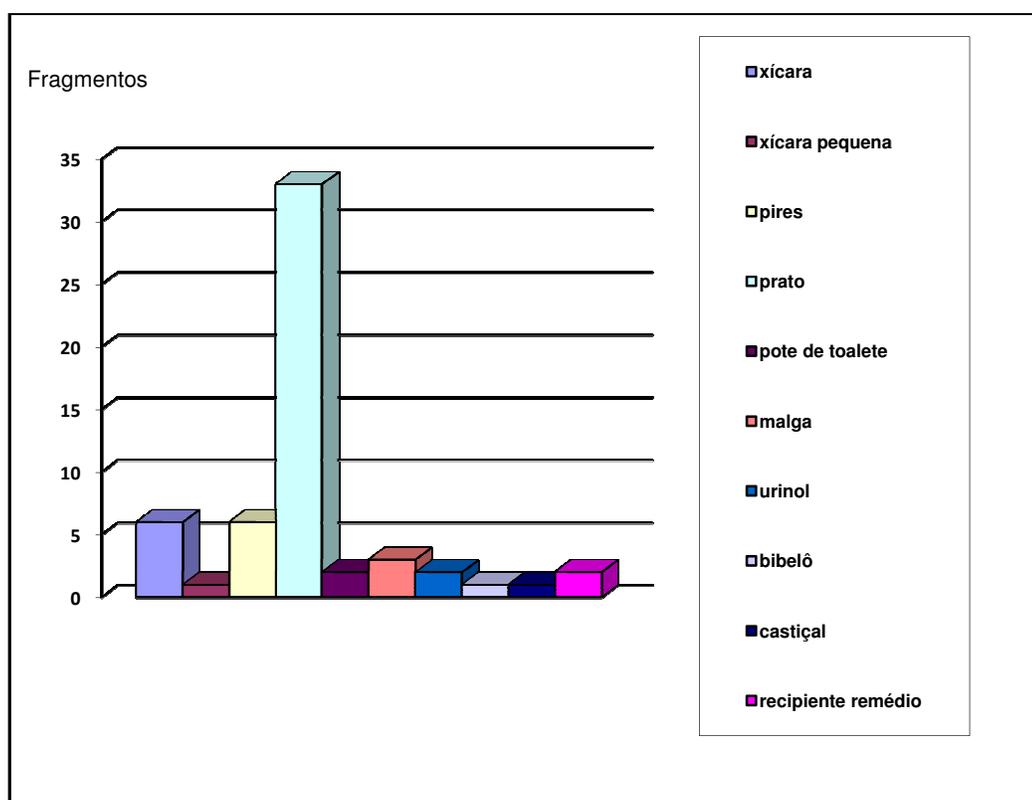


Gráfico 5: Formas identificadas

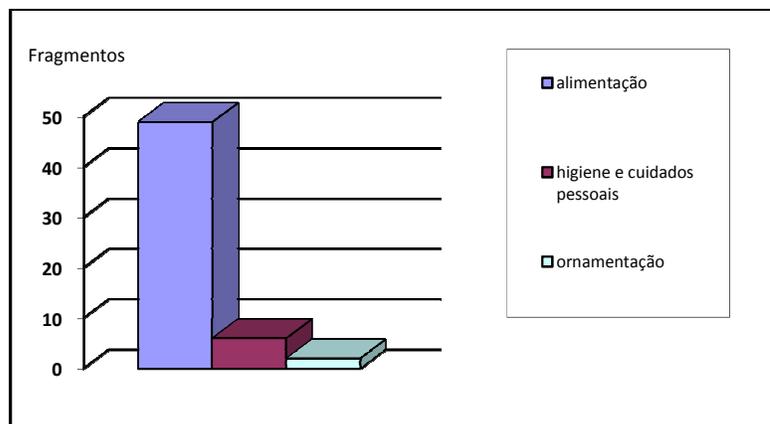


Gráfico 6: Função

Outro aspecto analisado foi a presença de alguns defeitos ocorridos durante o processo de produção das louças, os defeitos percebidos foram os seguintes: partículas que aderiram a superfície da louça, durante a queima ou no processo de esmaltação, que segundo Souza é “resultado de limpezas pouco eficientes das peças cruas pré-esmaltação” (2010, p. 97); manchas de tinta; rachaduras; perda de brilho do esmalte; esmalte descolado; acúmulo de esmalte ocasionando manchas azuladas; e defeitos na decoração.

Foi utilizada como referência a análise dos processos produtivos desenvolvida por Souza (2010), embora seja um trabalho com faiança fina nacional observou-se a ocorrência dos mesmos defeitos em faiança fina estrangeira, não sendo esses que demarcariam a diferenças entre produção nacional ou estrangeira.

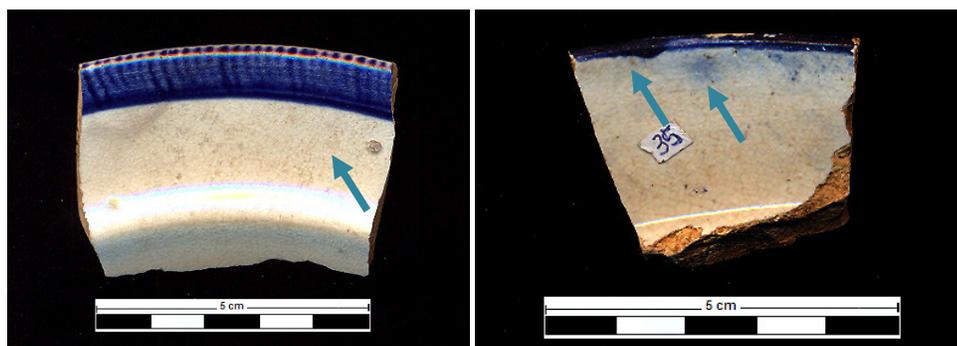
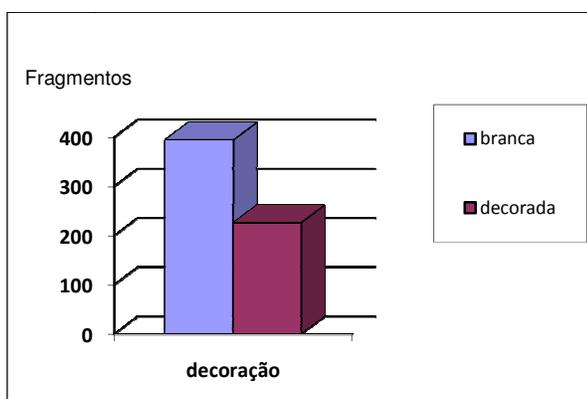




Figura 38: Defeitos no processo produtivo das louças. Acervo LEPA/UFSM

A ocorrência significativa de peças com defeitos na produção pode ser devido à exportação de peças com menor qualidade para o Brasil e região Platina, as quais poderiam inclusive ter um custo inferior àquelas louças que apresentavam melhor qualidade. Ou tais defeitos decorrem de uma produção ainda incipiente, que pode ter ocorrido nas primeiras fábricas que surgiram no país no início do século XX, com a apropriação dos modelos produzidos no exterior.

Da amostra analisada 394 fragmentos são brancos, e 226 são decorados, mas por se tratar de fragmentos deve-se levar em consideração que uma peça se quebra em diversas partes, podendo os fragmentos brancos mencionados acima fazerem parte de uma louça decorada, como por exemplo, ser parte constituinte de um prato *trigal* ou *shell edged* ou pertencerem a uma louça sem decoração. Entende-se aqui por decoração “a aplicação de pigmentos que geram efeitos cromáticos ou que marca relevos na peça apesar de acromáticos (...), o branco também pode ser pensado como padrão e efeito decorativo” (SOUZA, 2010, p.74).



Quanto às decorações das louças, elas podem ser divididas em três categorias, quanto a sua técnica decorativa, a primeira delas é superfície

modificada. A segunda é a pintura, que pode ser pintada a mão livre, pintada a mão com impressão ou, pintura mecânica (transfer printing) e decalcomania. Ainda existe uma terceira categoria, feita a partir da queima, onde a adição de produtos químicos pode modificar a pintura (borrão) (PEIXOTO, 2004) (Gráfico 7).

As decorações podem ser *sobre o esmalte ou baixo esmalte*, sendo as primeiras aplicadas sobre o vidrado (esmalte), como por exemplo, a decalcomania, e as decorações baixo esmalte são aplicadas sob o vidrado (esmalte) (SOUZA, 2010, p. 74).

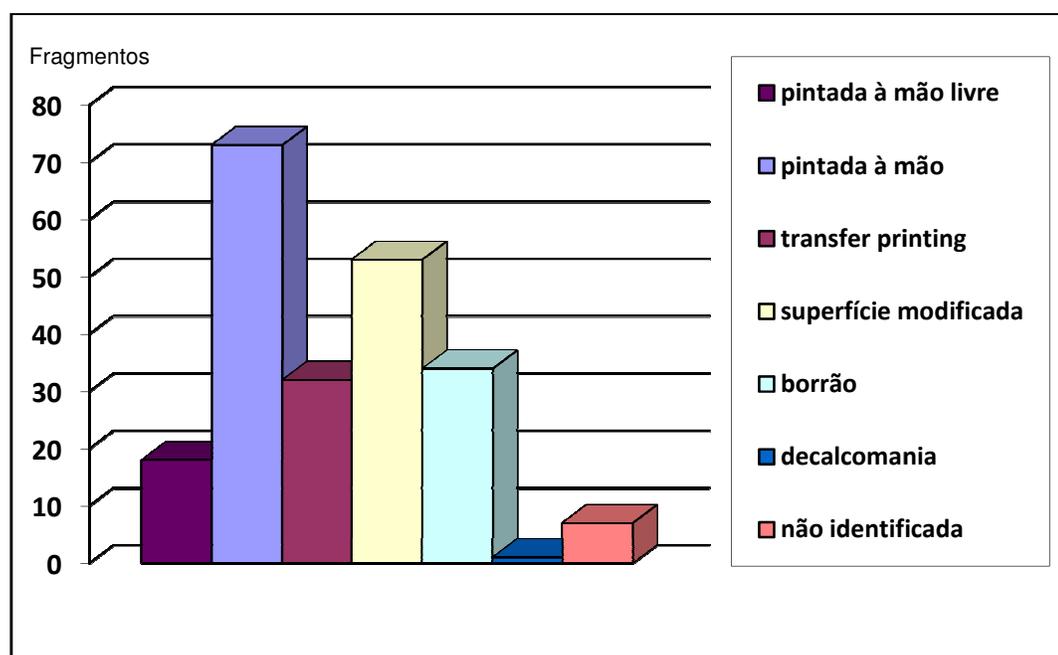


Gráfico 7: Técnicas decorativas

Na primeira categoria, superfície modificada, apareceram nas intervenções vinte fragmentos com o padrão *Trigal*, distinguido pela presença de ramos de trigo na borda. E com o padrão *Shell Edged*, caracterizado pela presença de linhas curtas perpendiculares a borda, esse tipo de decoração pode apresentar a superfície modificada ou não, sendo que foram resgatados sete fragmentos com superfície modificada e oito com superfície não modificada. Além de 26 fragmentos com superfície modificada não identificada, devido aos fragmentos serem muito pequenos e não permitirem a identificação (Gráfico 8).

Segundo Symanski, na década de 1850 houve o encerramento da produção da louça *Shell Edged* incisa, pois devido ao seu alto consumo está louça estava barateando demais. Mas alguns fabricantes se aproveitaram do grande consumo e

começaram a produzir uma decoração parecida, somente pintada e sem as incisões originais. Por não exigir tanta pericia por parte dos fabricantes essa louça seria mais barata ainda que as originais.

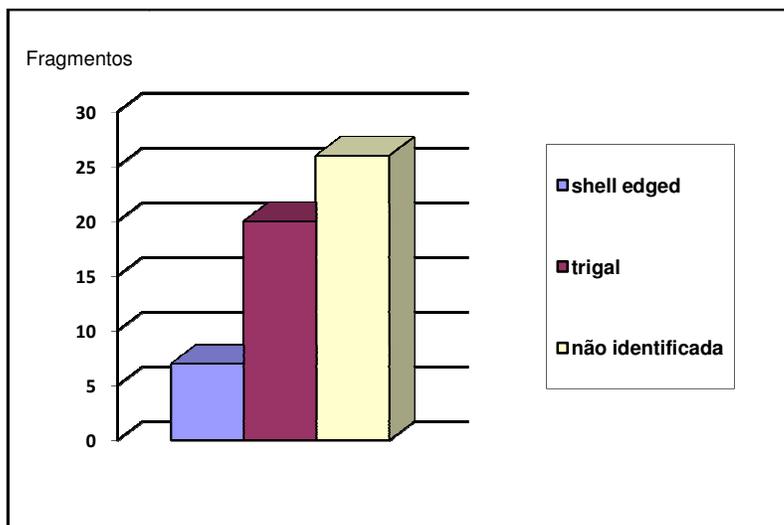
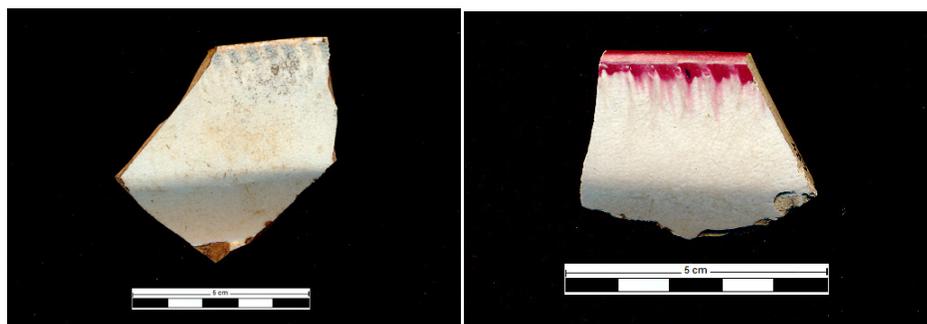


Gráfico 8: Tipos de decorações com superfície modificada



Figura 39: Trigal. Fonte: Acervo LEPA/UFSM



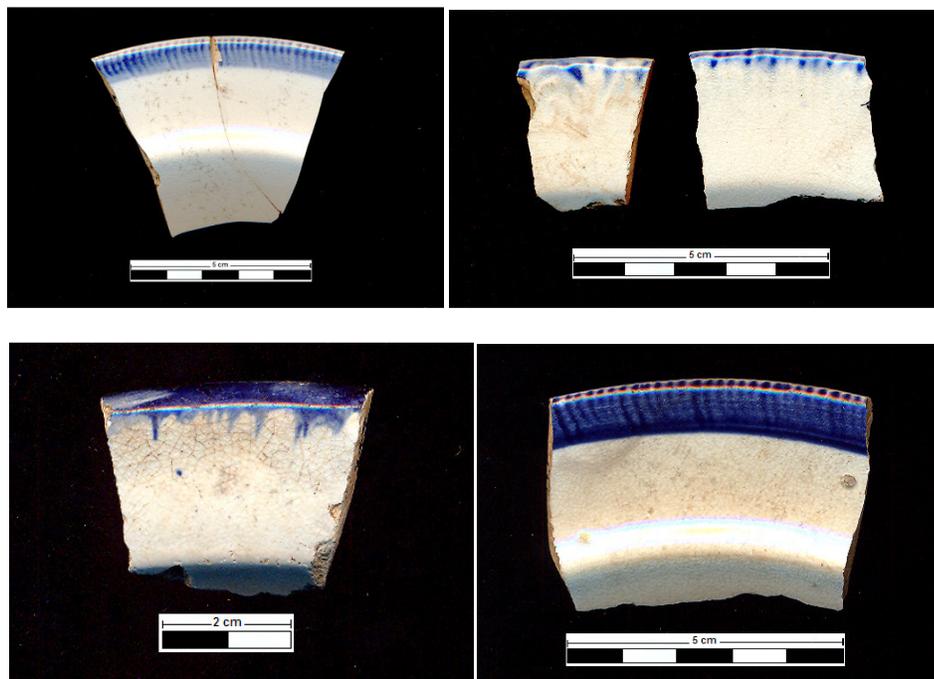


Figura 40: Tipos de *shell edged*. Fonte: Acervo LEPA/UFMS

Na segunda categoria, pintada a mão livre, que se caracteriza pela decoração de motivos florais, foram resgatados fragmentos em dois estilos na estância Santa Clara, 1 *spring style* e 17 *peasant style*. O primeiro estilo consiste em pinceladas finas cobrindo pequenas áreas da peça, o período de produção deste estilo foi entre a década de trinta e sessenta do século XIX, sendo popular entre a década de quarenta e sessenta (TOCCHETO, 2001, p. 26). Já o segundo estilo é caracterizado por pinceladas largas que cobre quase toda superfície da peça, sendo empregado entre 1810 e 1860.

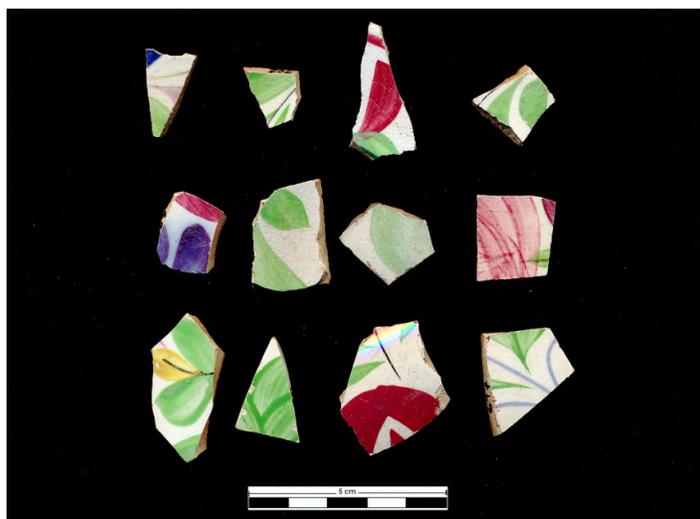


Figura 41: Louças com decorações pintadas à mão livre. Acervo LEPA/UFSM

Quanto às louças pintadas manualmente por impressão foram encontrados os seguintes tipos na estância:

-**faixas e frisos**: pintura de faixas e frisos ao redor da peça. A produção ocorreu do final do século XVIII ao início do século XX. Esta decoração pode aparecer de várias formas, como duas linhas próximas a borda, que se tornou comum no último quartel do século XIX, também como faixas estreitas, e como friso dourado, este produzido após 1860.

-**spatter**: consiste em salpicar tintas com uso de pincel, cobrindo a superfície da louça. O período de fabricação desse tipo de decoração foi de 1820 até a década de sessenta do século XIX.

-**carimbada**: técnica que consiste na aplicação de decoração com o auxílio de um carimbo. Foi produzida entre 1845 e início do século XX. A decoração carimbada também aparece combinada com a pintura à mão livre.

- **banhada (*dipped*)**: uma camada de argila é aplicada na superfície da louça, criando um pequeno relevo, geralmente com formas geométricas, faixas e listras. O período de produção desta decoração varia entre 1790 e começo do século XX. Algumas de suas variantes pode ser faixa azul (*blue banded*), faixas simples (*banded*), *wave*.

Além das decorações mencionadas acima, em dois fragmentos não foi possível reconhecer a decoração.

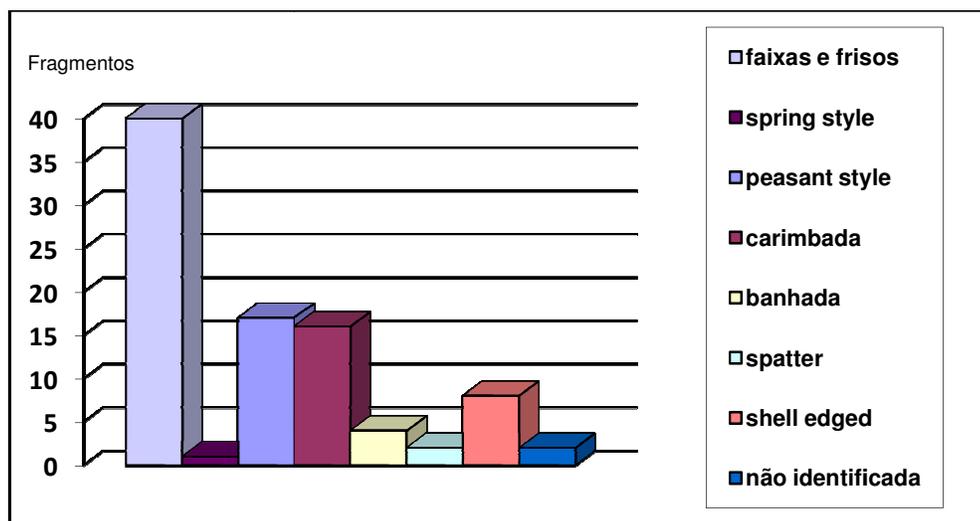


Gráfico 9: Tipos de decoração pintada à mão e à mão livre



Figura 42 e 43: Faixas e frisos e *Spatter*. Acervo LEPA/UFSM

Além de fragmentos pintados a mão livre e a mão com impressão, apareceram 32 fragmentos decorados com pintura mecânica, conhecidos como *transfer printing*, um processo mecânico de impressão por transferência, que permite a repetição do desenho em várias peças. O *transfer printing* começou a ser utilizado a partir 1750, dispensando a necessidade de pintura manual. Desta forma foi possível a produção em massa e menos onerosa, pois o processo de transferência era relativamente simples. Com esta técnica era possível decorar muitas peças em pouco tempo.

Esse tipo de decoração apresenta vários padrões e temas decorativos, sendo o padrão *Willow* o mais conhecido. Os motivos decorativos podem ser *chinoiserie*, pastoral, exótico, floral, clássico e romântico. Todos esses motivos são datados, apresentando datas do início e do final da produção, que podem contribuir para a datação de sítios arqueológicos (TOLEDO, 2011).



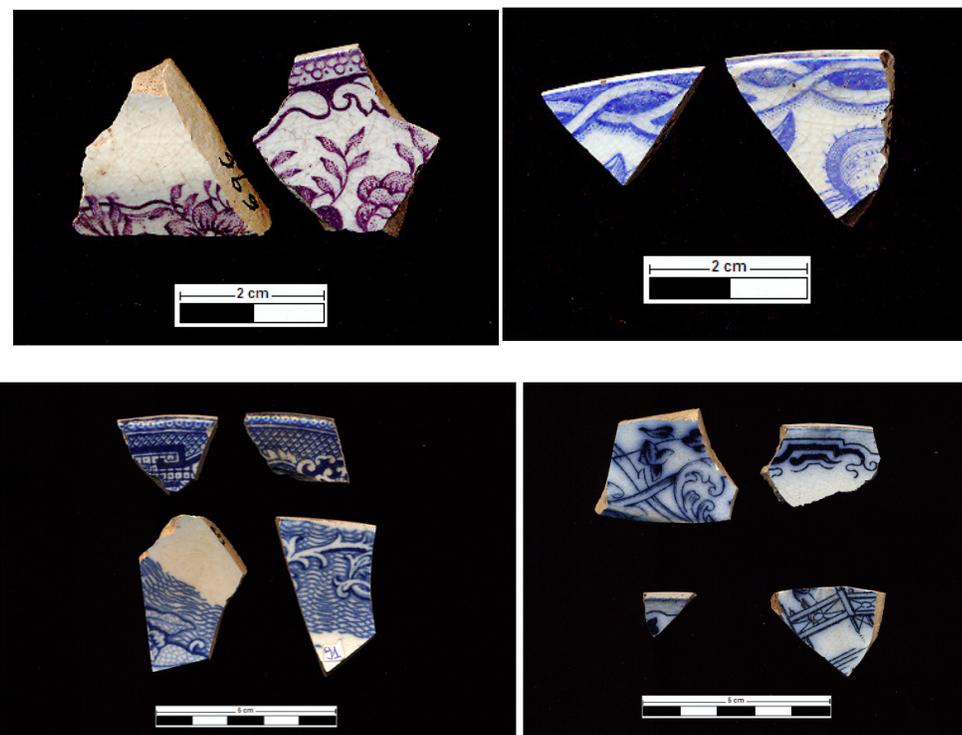


Figura 44: *Transfer printing* - Acervo LEPA/UFSM

Apenas um fragmento da coleção apresenta a decoração em decalcomania, também conhecida como *decal*. Esta decoração é aplicada sobre o esmalte, sendo necessário três queimas para finalizar a peça. A decoração é impressa em películas ou papel adesivo, esses são cobertos por plástico até o momento da aplicação na peça, quando o plástico é retirado e a decoração é aderida a peça, caracterizando-se por um leve relevo na superfície. O processo seguinte é a queima em temperatura de aproximadamente 600° C. A decalcomania tornou-se muito popular no final do século XIX. No Brasil esta técnica tornou-se comum nas porcelanas brasileiras (SOUZA, 2010, p.76).

Outro tipo de decoração presente no sítio é o borrão, contando com 34 fragmentos (2 em *transfer printing*, 13 pintado à mão, 2 carimbado e 17 não identificados). O borrão é obtido “através da colocação de recipientes contendo cloretos voláteis- cloreto de amônia, óxido de cálcio- no forno durante a queima para a aplicação do esmalte (TOCCHETO, 2003, P.36)”, causando o efeito borrado. O borrão pode ser leve ou mesmo dificultar a definição do desenho. Esta técnica teve seu período inicial na década de 30 do século XIX e manteve-se até o século XX. Após 1860 inicia-se a utilização do dourado como complemento decorativo do borrão.



Figura 45: Borrão Azul. Fonte: Acervo LEPA/UFSM

As cores dessas decorações são variadas e podem ser indicativo da época de produção, sendo o mais comum o azul, mas também aparecem rosa, vermelho, verde, marrom, violeta, preto, amarelo, entre outras, que podem ser encontradas em peças monocromáticas ou policromáticas.

Abaixo segue uma tabela com os tipos de decoração resgatados e outra com os tipos de esmalte, com o período inicial e final de sua produção. A tabela foi elaborada com base no trabalho de TOCCHETTO (2001), PEIXOTO (2009) e SYMANSKI (1998). Convém destacar que há várias divergências quanto a essas datas nos trabalhos consultados.

Tipo de decoração	Início da produção	Final da produção
Borrão	1830	Até o século XX
Azul Borrão	1835	1901
<i>Transfer printing</i> azul claro	1818	1867
<i>Transfer printing</i> azul escuro	1802	1846
<i>Transfer printing</i> estilo Chinoiserie padrão willow	1780	Até os dias atuais
<i>Transfer printing</i> lilás	1818	1871
<i>Transfer printing</i> preto	1785	1864
<i>Transfer printing</i> verde	1818	1859
<i>Transfer Printing</i> Borrão	1828	1929
Faixas e frisos	Final do século XVIII	Início do século XX
<i>Sponge</i>	1840	1860
<i>Spatter</i>	1820	1860
<i>Shell edged</i> – sem pintura	1780	Década de 1850
Padrão <i>Shell Edged</i> (azul)	1780	1860
Padrão <i>Shell Edged</i> (verde)	1780	1840
<i>Shell Edged</i> -somente pintada	1860	1890

Trigal	1851	Dias atuais
<i>Peasant style</i>	1810	1860
<i>Spring style</i>	1830	1860
Carimbada	1845	Início do século XX
Combinação de carimbada com pintada à mão	1845	1860
<i>Dipped</i>	1790	Início do século XX

Tipos de decorações da faiança fina resgatada na Estância Santa Clara e informações sobre o período de produção.

Tipo de esmalte	Início da produção	Final da produção
<i>Creamware</i>	1750	1810
Louça <i>pearlware</i>	1780	1820/1840
Louça <i>whiteware</i>	1820	Até os dias atuais

Tipos de esmalte e períodos de produção

As decorações encontradas nas Ruínas da Estância Santa Clara são bastante diversificadas e apontam para uma ocupação do século XIX. Essa diversificação não está relacionada à quantidade de louças, mas sim a presença de várias peças, com decorações variadas e que não constituem conjuntos. Este dado pode estar relacionado à disponibilidade e ao acesso às louças, que poderiam ter chegado a Estância como peças avulsas. Esse tipo de aquisição avulsa pode ter sido comum nessa região, e nas propriedades rurais, pois o mesmo foi observado nos trabalhos sobre a Estância Velha do Jarau, também localizada em Quaraí.

Levantou-se a possibilidade de algumas das louças serem nacionais, mas neste caso teria ocorrido uma cópia dos modelos externos, produzindo louças com os mesmos tipos de decorações, embora apresentando alguns defeitos resultantes de uma produção inicial, em fase de aprendizado. Mesmo assim, descarto esta possibilidade, caso assim fosse, seria como atribuir ao nacional a falta de originalidade, sendo que mesmo com similaridades há particularidades que diferem a produção nacional da estrangeira. Segundo Souza, referindo-se a faiança fina nacional, elas não são “cópias”, apesar de existirem semelhanças (2010, p.61).

Além disso, as fábricas de faiança fina nacional que começaram sua produção no início do século XX, surgiram em um contexto de valorização de louças mais ‘assépticas’, com a preferência por louças brancas. Segundo Souza:

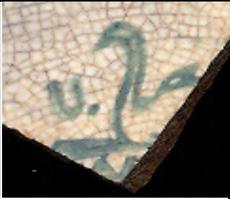
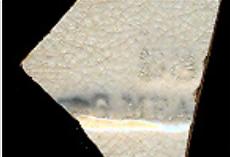
o embranquecimento da louça está ligado não apenas à tentativa de realçar o vidrado e a pasta, mas também de “limpar” o campo visual do consumidor, diminuindo o tamanho das decorações e o espaço que ocupava nas peças (2010, p. 204)

Com base nos argumentos apresentados acima, e várias características das louças analisadas, como decorações, período de produção e marcas, infere-se que as louças eram importadas, e que os defeitos em sua produção poderiam significar o despejo, pela indústria europeia, de produtos de qualidade inferior, nos seus mercados consumidores.

Alguns fragmentos resgatados apresentam selos que identificam a procedência, data de fabricação do material e fabricante como, por exemplo, os selos da fábrica inglesa *J. & G. MEAKIN LTD*. Esta foi fundada em 1851, em Staffordshire, pelos irmãos James e George Meakin, sendo que se destinava à produção de faianças finas. A indicação do país de procedência na marca, *England*, geralmente demonstra que a data de fabricação é posterior a 1891, embora algumas fábricas já tivessem adotado esta prática um pouco antes. Após 1861 algumas marcas passaram a incorporar o termo *Limited* (Ltd, Ld, etc.), porém a maioria passou a utilizá-lo mais tardiamente.

Os tipos de selos podem ser classificados ainda quanto à técnica de aplicação, como inciso, impresso, pintado e impresso por transferência. A tabela a seguir apresenta alguns dos selos encontrados na Estância Santa Clara:

Selos	Descrição
	<p>Fábrica: ALFRED MEAKIN</p> <p>Origem: inglesa</p> <p>Cor: preto</p> <p>Marca: incisa e carimbada</p> <p>Anterior a 1897</p> <p>“A inclusão do termo “Royal” no nome da fábrica ou no nome comercial do produto sugere que a peça foi fabricada na segunda metade do século XIX ou mesmo no século XX” (CALDARELLI, p.117).</p> <p>“A indicação do país de procedência na marca (ex: “England”) geralmente demonstra que a data de fabricação é posterior a 1891, embora algumas fábricas já tivessem adotado esta prática um pouco antes dessa data” (CALDARELLI, p.117).</p>

	<p>Não identificado</p> <p>Cor: verde</p> <p>Marca: pintada</p>
	<p>Fábrica: ALFRED MEAKIN</p> <p>Posterior a 1897</p> <p>Cor: preto</p> <p>“Marcas incorporando o termo “Limited” ou as abreviações do termo (Ltd, Ld, etc.), são de datas posteriores a 1861, sendo que a maioria é bem posterior a esta data” (CALDARELLI, p.117).</p>
	<p>Fábrica: J&G MEAKIN</p> <p>Origem: inglesa</p> <p>Cor: preto</p> <p>Posterior a 1890</p>
	<p>Não identificado</p>
	<p>Não identificado</p>
	<p>Fábrica: J&G MEAKIN</p> <p>Origem: inglesa</p> <p>Marca incisa</p>
	<p>Não identificado</p>

A identificação de alguns selos foi dificultada, devido à sua fragmentação. Mas é possível inferir, a partir das marcas, que o consumo era diversificado,

adquiriria-se o que estava disponível no mercado, sem a preocupação de consumir conjuntos de um mesmo fabricante.

Com base nas decorações das louças produzidas entre os últimos anos do século dezoito até a década de 1880 na Inglaterra, Miller (1980, 1991) classificou a faiança fina em uma escala econômica (TOCCHETTO, 2004, p. 193). Quatro níveis foram estabelecidos, com uma escala crescente quanto aos preços.

1º nível- louças mais baratas e sem decoração, incluindo as com esmalte *creamware, pearlware e whiteware*.

2º nível: decorações simples, pouco complexas: *Shell Edged, sponge, spatter, dipped, Mocha, banded, lined*. Na categoria de louças decoradas, estas eram as mais baratas, por não exigirem grandes habilidades do artesão. As peças com essas decorações nunca eram iguais umas as outras.

3º nível: louças pintadas a mão com motivos florais, geométricos e paisagens chinesas estilizadas.

4º nível: louças decoradas pela técnica *transfer printing*.

Cabe ressaltar que a partir da segunda metade do século XIX a louça branca encareceu, pois houve uma saturação da produção de louças decoradas. Então no contexto da segunda metade do século XIX, em termos de custo, as louças decoradas poderiam ser mais acessíveis do que as brancas, ressaltando que a louça branca pode vir a ser uma opção.

Seguindo a escala de Miller, no sítio analisado a amostra é composta predominantemente fragmentos de louça sem decoração, portanto mais baratas. Mas também há fragmentos de louças decoradas com valor mais elevado. A decoração predominante é o borrão, faixas e frisos, carimbada, e transfer printing, decorações essas de custo mais elevado. Em segundo, aparecem louças mais baratas, como *Shell edged, spatter, sponge*. Caso estas louças tenham sido adquiridas a partir do momento que a louça branca encareceu, talvez elas tivessem tido um custo um pouco inferior. E, além disso, constatou-se que as louças apresentam vários defeitos na sua produção, o que pode ter diminuído o seu custo.

Esta informação dificulta a inferência sobre o poder aquisitivo dos proprietários da estância, se consumiram as louças decoradas quando o seu custo era superior, ou quando houve uma desvalorização das louças muito decoradas e o encarecimento da louça branca. Além disso, não foi possível obter informações específicas sobre os ocupantes da Estância durante o século XIX, o que tornou difícil

a tarefa de caracterizá-los socialmente como pequenos, médios, grandes proprietários ou agregados. Percebe-se assim que nem sempre o nível socioeconômico de um grupo está expresso nitidamente na cultura material por ele utilizada.

Apesar das ressalvas acima, é possível constatar que as louças estavam sendo consumidas nesta unidade doméstica, apresentando certas especificidades relacionadas ao contexto no qual o sítio está inserido, no qual os grupos sociais poderiam estar atribuindo valores diferentes ao uso da louça, e não seguindo os padrões de comportamento “aburguesados” da época. Uma questão importante neste caso é quanto ao acesso às louças, pois esse tipo de material industrializado estava sendo consumido no sítio estudado, seja através do comércio legal ou do contrabando. E vale lembrar que, se provindas do contrabando, seu preço poder ter sido favorável, pois não foi necessário pagar taxas de importação. Segundo Medrano *apud* Machado (2004,p. 197).

Los productos que entraban de contrabando abastecían, de la misma forma que el comercio legal, toda la campaña de Rio Grande do Sul. Así, tanto los comerciantes como los consumidores podían comprar por precios de hasta un 20 ó 30 % más barato. Por este motivo, según documentos oficiales, en los municipios de San Gabriel, Santa Ana do Livramento, Itaqui, San Borja y otros, raro era el estanciero que no protegiera a los contrabandistas (1992, p. 229)³⁶.

Ainda deve-se considerar que os preços das louças no mercado de sua origem provavelmente não seja o mesmo dos países importadores, não podendo generalizar o uso da escala de Miller, pois está foi criada com base no mercado externo, e não do contexto do mercado consumidor que se formou no Brasil.

Mas mesmo que esses moradores tivessem condições para adquirir louças de custo mais elevado, não se preocuparam com a constituição de conjuntos de mesa completo, pois a coleção apresenta-se bastante diversificada. É possível ainda que as louças empregadas no sítio sejam provenientes de residências urbanas dos proprietários, que mandavam para a estância a louça velha, em peças avulsas.

O consumo desta propriedade rural não pode ser comparado com sítios urbanos da época, onde se tentava adquirir hábitos burgueses e o consumo era

³⁶ MEDRANO, Lilia Ines Zanotti. **Um ciclo comercial em la cuenca del Plata (1853-1920)**. In: Revista complutense de historia de América. n.18, 219-239. Ed. Complutense, Madrid, 1992.

mais intenso. Nas áreas urbanas e centros maiores as pessoas se preocupavam mais em ostentar através da aquisição de conjuntos de louça, e ainda havia atividades de socialização mais frequentes, como o ritual do chá. Segundo Machado (2004), no interior do Rio Grande do Sul outros hábitos poderiam ter assumido esse caráter ritualístico, seria o caso do chimarrão (p. 215).

Em um ambiente rural, mesmo que os proprietários tivessem condições para adquirir louças de custo mais elevado e conjuntos completos, não havia preocupação em demonstrar *status* a partir do consumo de louça. Outros bens materiais tinham mais valor nestes espaços, como a propriedade da terra e de animais, sendo o consumo das louças mais de cunho funcional. Segundo Milder (2002) o fato de um estancieiro possuir muita riqueza em terras não faz com que ele tenha que ostentar essa riqueza em seus comportamentos diários. Nestes contextos estava-se longe da cristalização de hábitos burgueses, pois até mesmo nos centros maiores essa tentativa estava lado a lado com hábitos mais rústicos, então se imagina em um contexto fronteiro, muitas vezes marcado pela hostilidade, e pela simplicidade dos hábitos.

Embora o consumo da louça na estância não tenha caráter de ostentação, ela pode ser considerada um demarcador de hierarquia dentro da própria unidade doméstica estancieira formada por diversos atores sociais, como estancieiro e família, peões, escravos, agregados, entre outros. A utilização das louças de melhor qualidade poderia estar restrita ao estancieiro e família, sendo que os demais utilizariam objetos de custo inferior ou menor qualidade.

Uma ressalva importante é a de que nem todos os grupos sociais assimilaram passivamente os padrões de consumo e comportamento das classes dominantes. Segundo Symanski diferentes grupos poderiam estar reagindo de forma diferenciada a determinadas situações, e resistindo às imposições da cultura hegemônica (2002, p.7). Ainda, a visão de que o capitalismo governaria à todos de forma unificada subestima a capacidade de resistência e heterogeneidade das sociedades passadas (Funari *apud* Symanski, 2002). Segundo Machado (2004), o capitalismo no século XIX não é uniforme, pois apresenta regionalismos, no caso do Brasil se estabelece de forma diferenciada, de acordo com cada região.

Encaminhando-se para as considerações finais desta análise, afirma-se que através do estudo das louças foi possível reconhecer o período de ocupação da Estância Santa Clara (século XIX e XX) e a variedade de decorações das louças

nesse ambiente rural, não havendo conjuntos completos, o que demonstra a não necessidade de ostentação através desse tipo de objeto, mesmo que os moradores tivessem condições econômicas, e estivessem adquirindo produtos industrializados importados. Estas manufaturas poderiam estar sendo adquiridas de acordo com a disponibilidade e acesso neste contexto específico.

As louças encontradas no sítio, também podem ter sido adquiridas por um valor mais acessível, devido à possibilidade do contrabando e por apresentarem vários defeitos em sua produção. E mesmo não podendo inferir precisamente sobre as condições socioeconômicas das pessoas que habitaram a estância, foi possível a partir do consumo das louças verificar os gostos e as escolhas das pessoas.

Portanto supõe-se que as louças possuem um caráter utilitário, voltado a suprir as necessidades básicas do cotidiano doméstico, como servir e consumir alimentos. Ainda a partir das louças percebe-se parte do cotidiano das refeições dos habitantes, que ocorria de forma simples, desprovidas de requinte e sofisticação, pois não seria a inserção da louça neste contexto rural da fronteira oeste que alteraria o comportamento das pessoas.

CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou as pesquisas desenvolvidas nas Ruínas da Estância Santa Clara, localizada em Quaraí/RS, enfatizando-se a análise da cultura material. Por caracterizar-se como um estabelecimento estancieiro foi necessário falar sobre as origens dessas propriedades na região estudada, assim como suas principais características.

A origem das estâncias da fronteira oeste do estado do Rio grande do Sul está relacionada a uma estratégia proposta pela Coroa Portuguesa que objetivava a ocupação da região e tomada de posse das terras em um período de acirradas disputas territoriais entre as Coroas Ibéricas. As primeiras pesquisas que investigaram as estâncias, importantes estabelecimentos para a consolidação da fronteira entre os Estados Nacionais, ressaltaram os acontecimentos políticos, econômicos e os grandes personagens, construindo assim uma imagem parcial do que seria esse estabelecimento.

Os atores sociais são reduzidos à figura do estancieiro e dos peões livres, ignorando a presença de escravos ou considerando a escravidão mais amena, simplificando dessa forma, uma sociedade muito mais complexa. A economia desse tipo de propriedade, não raras vezes, foi reduzida à pecuária, sendo que as atividades agrícolas estiveram presentes na grande maioria delas.

Porém essas propriedades rurais não se configuram apenas pelo desenvolvimento da pecuária e defesa do território contra o avanço espanhol, mas também por outros elementos que a historiografia tradicional não aborda, como a presença de atividades agrícolas, do trabalho escravo e de um ambiente doméstico onde habitava o estancieiro, seus familiares e agregados.

Com a arqueologia cria-se a possibilidade de resgatar o indivíduo comum, o cotidiano daqueles que não deixaram outros documentos, a não ser o material. No caso específico das estâncias os vestígios materiais possibilitam novas versões, explorando aspectos como o cotidiano doméstico, a hierarquia, e o poder aquisitivo dos indivíduos.

Assim, buscou retomar-se parte do passado desta estância e do comportamento de consumo daqueles indivíduos que a habitaram, e dos quais possuímos apenas os vestígios materiais. Com a pesquisa foi possível reconhecer

as principais estruturas que compõe a estância, assim como a possibilidade de existência de outras estruturas não mais visíveis no sítio. Além disso, percebeu-se o aproveitamento dos recursos disponíveis na localidade para a realização das construções, que atendem as necessidades básicas dos moradores, não sendo construções nem um pouco rebuscadas.

A cultura material, presente no sítio, representa os diversos momentos que o território foi ocupado, desde ocupações pré-coloniais à coloniais. Alguns dos materiais encontrados no sítio arqueológico foram produzidos na região (telhas, tijolos), mas outros são produtos importados, como por exemplo, as louças em faiança fina, de produção inglesa. Supõe-se que essas mercadorias chegassem através do comércio legal, ou do contrabando, prática essa muito comum na região fronteiriça.

Os objetos resgatados nas intervenções, de uso pessoal e doméstico, são indicadores dos hábitos e das necessidades das pessoas que habitavam a Estância, como por exemplo, estão os utensílios utilizados nas refeições (talheres, louças, panelas), no trabalho, nos cuidados pessoais com higiene e saúde. Também apresentam indícios da religiosidade dos moradores (medalhas religiosas, castiçais). Já as demais evidências são aquelas utilizadas em construções, fundamentais ao abrigo.

Alguns aspectos dessa cultura material foram apresentados, principalmente das louças, que indicam o período de ocupação do sítio, alguns hábitos de consumo e significados que as louças poderiam ter para os habitantes da estância. Inferiu-se que as louças eram bastante utilitárias, tendo seu consumo voltado para suprir as necessidades básicas do cotidiano doméstico, como servir e consumir alimentos.

Os moradores optavam pela aquisição de peças com utilidade prática de acordo com seu contexto e não voltadas a exibição de *status*. Ainda a partir da análise das louças percebe-se parte do cotidiano das refeições dos moradores da Estância Santa Clara, que ocorria de forma simples, desprovidas de requinte e sofisticação, pois não seria a inserção da louça (principalmente a importada) neste contexto que alteraria o comportamento das pessoas de forma imediata.

O consumo desta propriedade não se compara ao dos centros urbanos da época, onde a aquisição de louças era mais intensa e as pessoas preocupavam-se em ostentar através da aquisição de conjuntos completos, até mesmo em função de atividades de socialização mais freqüentes.

Esse trabalho veio a somar-se com as demais publicações sobre a região, visando compreender a organização de uma estância da fronteira oeste, principalmente no que se refere aos aspectos doméstico e material.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos. **Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração.** CLIO- Série Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, 1 (8): 131- 151, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Famílias e vida doméstica.** In: História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. Coord. Geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo Companhia das Letras, 1997. 9ª impressão.

BRANCANTE, Eldino da F. **O Brasil e a cerâmica antiga.** São Paulo: Lithographia Ypiranga, 1981.

CALDARELI, Solange Bezerra (coord.). **Arqueologia no Vale do Paraíba Paulista:SP 070 Rodovia Carvalho Pinto.** São Paulo: DERSA desenvolvimento rodoviário S.A., 2003.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Negócios na madrugada : o comércio ilícito e a expansão da economia no extremo oeste (1850-1870).** Dissertação de mestrado – Universidade de Passo Fundo, 2003.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo, FOGOLARI, Everson P. (orgs.). **Estudos de Arqueologia Histórica.** Erechim: 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. **Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica.** In: Mneme: Revista de Humanidades. Dossiê

Arqueologias Brasileiras, v.6, n.13, dez.2004/jan. 2005. Disponível em <HTTP://www.sool.com.br/mneme>.

FUNARI, P.P.A. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In: **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas**. Andrés Zarankin e Maria Ximena Senatores (orgs.), Buenos Aires, Ediciones Del Tridente, 2002, 107-116.

GOMES, Flamarion Freire da Fontoura. **Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1928-1905)** Um Estudo de Caso em Arqueologia Histórica Rural. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2001.

GOULARTI, Daiane. Material de Olaria- Procedimentos de análise e resultados. In: CALDARELI, Solange Bezerra (coord.). **Arqueologia no Vale do Paraíba Paulista:SP 070 Rodovia Carvalho Pinto**. São Paulo: DERSA desenvolvimento rodoviário S.A., 2003.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia sul-rio-grandense e seus fundamentos. In: **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1992.

HILBERT, Klaus. Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras. In: **Métis: história & cultura** - v.8, n.16, p.11-25, jul./dez. 2009.

KOVEL, Ralph; KOVEL, Terry. **Kovel's new dictionary of marks- Pottery and Porcelain**. New York: Crown Publishers, Inc. Printed in the U.S.A., 1986.

KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento. In: **Breve história do Rio Grande do Sul** – 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

LIMA, Tânia Andrade. **Arqueologia Histórica na América do Sul: Um desafio para a próxima década.** Arqueología Uruguaya hacia el fin del milenio. Tomo I-IX Congreso Nacional de Arqueología. Colonia del Sacramento-Uruguay- 16 a 19 de junio de 1997.

LIMA, Tânia Andrade. **Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX.** Anais do Museu Paulista. São Paulo: v.3, p.129-191, jan./dez. 1995

LUCAS, Luis Henrique Haas. **Estâncias e fazendas: uma contribuição ao estudo da arquitetura tradicional riograndense.** Este artigo foi extraído da seguinte dissertação de Mestrado em Arquitetura: Estâncias e fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, PROPAR/UFRGS, 1997. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.071/363>. Acesso em 9 setembro de 2010.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **A arquitetura no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. (Documenta 15). P. 75 a 81.

MACHADO, Neli Terezinha Galarce. **Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS – uma perspectiva arqueológica.** Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer. **Arqueologia do sudoeste do Rio Grande do Sul, uma perspectiva geoarqueológica.** 2000, São Paulo, USP-MAE.

MILDER, S. E. S, et alii. O cotidiano estancieiro do século XIX: louça inglesa x tradições culturais. VI INIC – ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E II EPG – ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO LATINO AMERICANO. **Anais de Trabalhos Completos- UNIVAP- Universidade do Vale do Paraíba, 16 a 18 de outubro de 2002.** São José dos Campos: Univap, 2002.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica: manual**, Brasília: IPHAN, 2005.

NOBRE, Chimene Kuhn. **Ar Livre e Carne em Abundância: Um estudo histórico-cultural do gaúcho e sua alimentação no século XIX**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

NOVAIS, Fernando A (Coord. Geral). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 9ª reimpressão.

ORSER Jr., Charles E. **Introducción a la Arqueología Histórica**. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología y Ediciones del Tridente, 2000. Tradução de Andrés Zarankin.

OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: Boeira, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral). **História do Rio Grande do Sul – Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

OSÓRIO, Helen. O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Catálogo de Faiança Fina da Residência Conselheiro Maciel**. Monografia (Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2004.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **A louça e os modos de vida urbanos na Pelotas oitocentista**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)**. In: História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PES, Jaqueline Ferreira. **Arqueologia Histórica e as pesquisas nas Ruínas da Estância Santa Clara, Quaraí/RS**. Monografia (Curso de História), Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

PES, Jaqueline Ferreira. Ruínas da Estância Santa Clara- Quaraí/RS: as primeiras intervenções arqueológicas e a cerâmica histórica. In: **Estudios Historicos**, Uruguay, n.7, 2011.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: Boeira, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral). **História do Rio Grande do Sul – Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

SANTI, Juliana Rossato. **Estabelecimento de Estâncias: Estratégia imposta pela Coroa Luso-Brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana), Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

SILVA, Nery Luiz Auler da. **Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio século XIX**. Passo Fundo, 2003.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Louça branca para a Paulicéia: Arqueologia Histórica da Fábrica de Louças Santa Catharina/IRFM- São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937)**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). São Paulo, 2010.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: Edipurs, 1998.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas**, ed. by Andrés Zarankin e Maria Ximena Senatore. Buenos Aires, ediciones del Tridente, 2002. p.31-62

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. A louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais. In: **Revista do CEPA**. n.20. Santa Cruz: UNISC, 1996. p.59-76.

THOMASI, Diele Ilha. **Metais da Estância Velha do Jarau-Quaraí-RS: uma análise do cotidiano de uma estância na fronteira Brasil-Uruguaí no século XIX através da Arqueologia Histórica**. Monografia de especialização (Pós Graduação em Arqueologia – Processos Interdisciplinares em Arqueologia, URI), Erechim: 2008.

THOMPSON FLORES, Mariana. **O contrabando na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: mercadorias, agentes, estratégias e abrangência (1851-1864)**. p.99

THOMPSON FLORES, Mariana. **Contrabando e contrabandista na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. (1851-1864)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; et al. **A Faiança Fina em Porto Alegre: Vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre: Secretária Municipal da Cultura, 2001.

TOCCHETTO, Fernanda. **Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista**. Tese de Doutorado em História PUCRS – Arno Alvarez Kern, 2004.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço: os lugares e as louças no espaço doméstico**. Monografia apresentada no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A pesquisa arqueológica em Quaraí/RS: uma contribuição à identificação do patrimônio local**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade.** Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). São Paulo, 2011.

XAVIER, Paulo. A Estância. In: **Rio Grande do Sul Terra e Povo.** Porto Alegre, 1964.

WARNIER, Jean.Pierre. **Construir a cultura material. O homem que pensava com seus dedos.** Paris, Presses Universitaires de France. 1999. Tradução Emílio Fogaça, 2003.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. In: **ARQUEOLOGIA: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas.** Volume 5. Curitiba. 1986. P. 117 a 130.

Croqui Sítio Arqueológico Ruínas Santa Clara

D	C	28	38
B	A	1A	2A
E	F	1	2
		4A	4
		5A	5
		6A	6
		7A	7
		8A	8

LEGENDA

-  Locais onde foram realizadas intervenções no solo /2009
-  Cerca de pedra
-  Piso evidenciado composto por laje de arenito /2009
-  Paredes colapsadas evidenciadas /2009
-  Portas identificadas /2009
-  Janelas identificadas /2009
-  Ponto zero do Full Coverage Survey /2009
-  Local das sondagens controladas /2009
-  Locais onde ocorrerão possíveis intervenções no solo
-  Locais onde foram realizadas intervenções no solo /2011
-  Piso de cimento /2009
-  Locais onde foram realizadas intervenções no solo /2011
-  Continuação em 2011 da sondagem realizada em 2009

